



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "re" and the date "17/10".

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2018

ÍNDICE

Tribunal De Contas – Resolução N.º.4/2001 -2ª Secção – Instruções n.º. 1/2001

Documentos de Prestação de Contas 2018

Balanço
Demonstração de resultados
Plano plurianual de investimentos
Orçamento (resumo)
Resumo da execução da receita e despesa
Orçamento da receita
Orçamento da despesa
Controlo orçamental da receita
Controlo orçamental da despesa
Execução do plano plurianual de investimentos
Fluxos de caixa
Contas de ordem
Operações de tesouraria
Caracterização da entidade
Notas ao balanço e à demonstração de resultados
Modificações do orçamento – Receita
Modificações do orçamento – Despesa
Modificações ao plano plurianual de investimentos
Modificações ao Plano de Actividades Municipais
Contratação administrativa – situação dos contratos
Transferências correntes – Receita
Transferências de capital – Receita
Transferências correntes – Despesa
Transferências de capital – Despesa
Activos de rendimento variável
Empréstimos
Outras dívidas a terceiros

Relatório de gestão

Guia de remessa

Outros Documentos:

Norma de controlo interno

Acta da Reunião

Resumo diário de tesouraria

Síntese das reconciliações bancárias

Mapa de fundo de maneio

Relação de acumulação de funções

Relação nominal dos responsáveis

Declaração de compromissos plurianuais em atraso

Declaração de pagamentos em atraso

Declaração de recebimentos em atraso

Lista de processos pendentes

Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Declarações de responsabilidade

Anexo I

Anexo II



BALANÇO

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	2.495.904,71		2.495.904,71	2.410.904,71
452	Edifícios	971.290,27	463.440,57	507.849,70	527.802,38
453	Outras construções e infra-estruturas	96.477.812,24	76.822.710,04	19.655.102,20	22.533.178,42
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	25.000,00		25.000,00	25.000,00
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	1.330.294,91		1.330.294,91	477.048,12
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		101.300.302,13	77.286.150,61	24.014.151,52	25.973.933,63
	Imobilizações incorpóreas				
	Despesas de instalação				
431	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
432	Propriedade industrial e outros direitos	10.097,39	3.739,23	6.358,16	
433	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		10.097,39	3.739,23	6.358,16	
	Imobilizações corpóreas				
	Terrenos e recursos naturais	15.232.254,60		15.232.254,60	14.340.799,30
421	Edifícios e outras construções	28.401.893,21	9.288.037,68	19.113.855,53	19.552.276,32
422	Equipamento básico	4.636.423,94	4.008.576,02	627.847,92	683.122,74
423	Equipamento de transporte	2.083.966,30	1.813.712,49	270.253,81	278.677,07
424	Ferramentas e utensílios	136.713,07	120.924,30	15.788,77	16.397,43
425	Equipamento administrativo	1.474.001,15	1.397.494,28	76.506,87	70.810,33
426	Taras e vasilhame				
427	Outras imobilizações corpóreas	34.139,65	22.382,70	11.756,95	12.650,73
429	Imobilizações em curso	1.183.712,32		1.183.712,32	463.833,79
442	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
448		53.183.104,24	16.651.127,47	36.531.976,77	35.418.567,71
	Investimentos financeiros				
	Partes de capital	2.757.595,93		2.757.595,93	2.498.630,00
411	Obrigações e títulos de participação	632.285,57		632.285,57	632.285,57
412	Investimentos em imóveis				
414	Outras aplicações financeiras				
415	Imobilizações em curso				
441	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
447		3.389.881,50		3.389.881,50	3.130.915,57
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermediários				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				

BALANÇO

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N -
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	148.424,59		148.424,59	
212	Contribuintes c/c	4.907,27		4.907,27	4.210,92
213	Utentes c/c	16.772,08		16.772,08	152.423,13
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.036.139,03	1.008.154,95	27.984,08	
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	57.093,00		57.093,00	57.093,00
262+263+265+266 +267+268	Outros devedores	11.521,87		11.521,87	10.992,80
		1.274.857,84	1.008.154,95	266.702,89	224.719,85
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.188.607,22		1.188.607,22	950.654,60
11	Caixa	390,77		390,77	837,71
		1.188.997,99		1.188.997,99	951.492,31
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	2.977.258,95		2.977.258,95	2.871.723,08
272	Custos diferidos	51.973,31		51.973,31	25.767,96
		3.029.232,26		3.029.232,26	2.897.491,04
	Total de amortizações		93.941.017,31		
	Total de provisões		1.008.154,95		
	Total do activo	163.376.473,35	94.949.172,26	68.427.301,09	68.597.120,11

BALANÇO

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018.

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Patrimônio	99.566.603,59	99.566.603,59
56	Ajustamento de partes de capital em empresas	494.217,80	494.217,80
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	400.871,05	324.761,05
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
59	Resultados transitados	-49.298.478,09	-47.852.512,34
88	Resultado líquido em exercício	-2.159.515,21	-1.773.696,25
		49.003.699,14	50.759.373,85
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	186.684,21	276.869,22
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
		186.684,21	276.869,22
2312	Empréstimos obtidos de m/l prazo	4.836.903,38	5.161.666,03
		4.836.903,38	5.161.666,03
227	Fornecedores - contratos futuros		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	771.070,69	
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c	310,58	
252	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.786,70	
219	Credores pela execução do orçamento		
261	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
24	Fornecedores de imobilizado		
264	Estado e outros entes públicos	65.804,87	60.517,24
262+263+264+265+2	Administração autárquica		
217	Outros credores	409.809,17	465.847,35
	Clientes e utentes c/ cauções	80.619,06	75.823,32
		1.330.401,07	602.187,91
273	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	802.512,93	705.898,71

BALANÇO

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	12.267.100,36	11.091.124,39
		13.069.613,29	11.797.023,10
	Total do passivo	19.423.601,95	17.837.746,26
	Total dos fundos próprios e do passivo	68.427.301,09	68.597.120,11

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
612	Custos e perdas				
616	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
62	Mercadorias			1.490,15	
62	Matérias			172.177,74	173.667,89
641+642	Fornecimentos e serviços externos:	4.280.107,26			4.977.528,26
643 a 648	Custos com o pessoal:				
643 a 648	Remunerações	3.642.609,54		3.201.576,54	
63	Encargos sociais	1.134.673,48	4.777.283,02	935.965,80	4.137.542,34
66	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.953.785,10		1.913.110,03
67	Amortizações do exercício		4.658.280,07		4.747.820,05
65	Provisões do exercício		26.855,07		353.661,82
65	Outros custos operacionais		150,01		107,35
	(A)		15.696.460,53		16.303.437,74
68	Custos e perdas financeiros		31.575,33		32.404,04
	(C)		15.728.035,86		16.335.841,78
69	Custos e perdas extraordinários		665.231,33		112.128,66
	(E)		16.393.267,19		16.447.970,44
88	Resultado líquido do exercício.....	30.627.019,17	-2.159.515,21	31.122.244,63	-1.773.696,25
	(X)		14.233.751,98		14.674.274,19
7111	Proveitos e ganhos				
7112+7113+7	Vendas e prestações de serviços:				
119	Venda de mercadorias				
712	Venda de produtos	162.838,86		139.553,16	
713	Prestações de serviços	951.544,51		965.866,08	
72	Rendas e aluguers	113.018,09	1.227.401,46	65.564,25	1.170.983,49
(a)	Impostos e taxas		4.011.473,06		3.945.728,98
75	Variação da produção				
73	Trabalhos para a própria entidade				
74	Proveitos suplementares				
76	Transferências e subsídios obtidos		7.540.716,43		7.333.949,71
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		12.779.590,95		12.450.662,18
78	Proveitos e ganhos financeiros		1.019.266,89		1.089.538,02
	(D)		13.798.857,84		13.540.200,20
79	Proveitos extraordinários		434.894,14		1.134.073,99
	(F)		14.233.751,98		14.674.274,19
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-2.916.869,58		-3.852.775,56
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		987.691,56		1.057.133,98
	Resultados Correntes: (D - C)		-1.929.178,02		-2.795.641,58
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		-2.159.515,21		-1.773.696,25

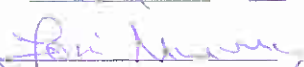
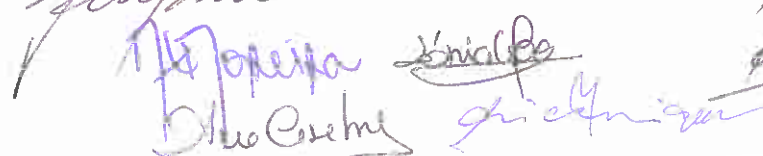
ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril de 2019



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019


[illegible]

[illegible]

CÓDIGO	NOME	CATEGORIA	Nº	DESCRIÇÃO	NOME DE REALIZAÇÃO	FORMA DE FINANCIAMENTO			NOME DO PROJETO	NOME DO TÍTULO	PERÍODO		DESCRIÇÃO DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISÃO
						FORMA DE FINANCIAMENTO					TOTAL	DEBITADO	NÃO DEBITADO	ANOS SEQUENTES					
						R\$	R\$	R\$						2019	2020	2021			
																	PREV. ANO 1-01-2017	PREV. ANO 31-12-2017	
A TRANSFERIR ...													417.467,00	417.467,00		2.736.000,00	171.000,00		3.554.467,00
2.1.1.1.1	CONSTRUÇÃO	04	2017-10	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0			3.591,50	3.591,50		50.000,00	50.000,00		103.591,50	
2.1.1.1.2	CONSTRUÇÃO	05	2017-11	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0			5.412,00	5.412,00		1.000,00	1.000,00		7.824,00	
2.1.1.1.3	CONSTRUÇÃO	06	2017-12	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0			47.576,40	47.576,40		50.000,00	50.000,00		145.152,40	
2.1.1.1.4	CONSTRUÇÃO	07	2017-13	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0						10.000,00	10.000,00		20.000,00	
2.1.1.1.5	CONSTRUÇÃO	08	2017-14	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0						5.000,00	5.000,00		10.000,00	
2.1.1.1.6	CONSTRUÇÃO	09	2017-15	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0			49.156,50	49.156,50		400.000,00	400.000,00		1.007.356,50	
2.1.1.1.7	CONSTRUÇÃO	10	2017-16	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0						1.000,00	1.000,00		2.000,00	
2.1.1.1.8	CONSTRUÇÃO	11	2017-17	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.9	CONSTRUÇÃO	12	2017-18	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.10	CONSTRUÇÃO	13	2017-19	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.11	CONSTRUÇÃO	14	2017-20	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.12	CONSTRUÇÃO	15	2017-21	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.13	CONSTRUÇÃO	16	2017-22	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.14	CONSTRUÇÃO	17	2017-23	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.15	CONSTRUÇÃO	18	2017-24	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.16	CONSTRUÇÃO	19	2017-25	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.17	CONSTRUÇÃO	20	2017-26	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.600,00	2017/01/01	2018/12/31/0										
2.1.1.1.18	CONSTRUÇÃO	21	2017-27	Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho (Fachada lateral - PT200)	EMPRESA		65.6												

ENCÍDULO	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ORÇAMENTOS ORÇAMENTOS DE 2012 2013
MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA		

PÁGINA : 5

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Paul 7/27"
 - Middle right: "me"
 - Below "me": "AF"
 - Bottom right: "7/27" and a signature.

CATEGORIA	CÓDIGO DE CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO DE PROJETO	CÓDIGO DE ATIVIDADE	NOME DO PROJETO	NOME DO RESPONSÁVEL	FASE DE INVESTIMENTO			DATA INÍCIO	DATA FIM	REALIZAÇÃO		RESUMOS DE INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)						TOTAL PERÍODO		
						IN	AN	FI			IN	AN	ANO EM CURSO (PARTE ANTERIOR)			ANOS SEGUINTE				OUTROS	
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021			
												IN	AN	FI	IN	AN	1-01-2017	31-03-2017			TOTAL
A. INVESTIMENTOS ...															5.104.073,00	4.704.073,00	400.000,00	3.803.000,00	623.000,00		9.756.073,00
1.1.1.	50000000	05	2012	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA SERVIÇO DE RESERVA E O CÍRCULO	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31							1.000,00	1.000,00		2.000,00	
1.1.1.1.	50000000	05	2012	Regularização do Complexo Residencial de Favelas de Alencar	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31			43.849,70	43.849,70			1.000,00			44.849,70	
1.1.1.2.	50000000	05	2012	Regularização de Área de Favelas de Alencar	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31			168.737,50	168.737,50			1.000,00			169.737,50	
1.1.1.3.	50000000	05	2012	Regularização, Beneficiação e construção de instalações e redes sociais e pequenas estruturas no Complexo	EMP. MUN.				2012/01/01	2012/12/31			20.917,30	20.917,30						20.917,30	
1.1.1.4.	50000000	05	2012	Equipamentos para a regularização de terras livres de posse e posse	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31			56.616,15	56.616,15						56.616,15	
1.1.1.5.	50000000	05	2012	Regularização do lote de Favelas Alencar (Lote 1)	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31											
3.	50000000	05	2012	PROJETOS AUTONOMOS	EMPRESA								1.241.115,55	1.241.115,55		1.252.500,00	302.500,00		2.796.115,55		
3.1.	50000000	05	2012	Regularização e concessão de várias ruas	MUN. MUN.				2012/01/01	2012/12/31											
3.2.	50000000	05	2012	Indústria e energia	EMPRESA								1.107.176,19	1.107.176,19		82.500,00	82.500,00		1.272.176,19		
3.2.1.	50000000	05	2012	Iluminação Pública	EMPRESA								1.107.176,19	1.107.176,19		80.000,00	80.000,00		1.267.176,19		
3.2.1.1.	50000000	05	2012	Iluminação Residencial - Favelas	EMPRESA	95,0	00%		2012/01/01	2012/12/31			1.106.000,00	1.106.000,00		80.000,00	80.000,00		1.266.000,00		
3.2.1.2.	50000000	05	2012	Iluminação de infraestrutura elétrica no Complexo	EMPRESA	05,0	00%		2012/01/01	2012/12/31			7.176,19	7.176,19					7.176,19		
3.2.2.	50000000	05	2012	Zone Industrial	EMPRESA											2.500,00	2.500,00		5.000,00		
3.2.2.1.	50000000	05	2012	Aplicação do lote de Garagens Residenciais no Favelas Residenciais	MUN. MUN.				2012/01/01	2012/12/31						2.500,00	2.500,00		5.000,00		
3.3.	50000000	05	2012	Transportes e comunicações	EMPRESA								12.772,06	12.772,06		60.000,00	60.000,00		132.772,06		
3.3.1.	50000000	05	2012	Transportes rodoviários	EMPRESA								12.772,06	12.772,06		60.000,00	60.000,00		132.772,06		
3.3.1.1.	50000000	05	2012	Regularização/Construção de Parques de Passagem - Favelas	EMPRESA	65,0	00%		2012/01/01	2012/12/31						50.000,00	50.000,00		100.000,00		
3.3.1.2.	50000000	05	2012	Regularização da rua para o Anjo Hospital de J. de C. de Residência - Favelas	EMPRESA	05,0	00%		2012/01/01	2012/12/31						10.000,00	10.000,00		20.000,00		
3.3.2.	50000000	05	2012	Aplicação de sinalização e serviços	EMPRESA				2012/01/01	2012/12/31			12.772,06	12.772,06					12.772,06		
3.4.	50000000	05	2012	Comércio e turismo	EMPRESA								121.167,30	121.167,30		1.110.000,00	160.000,00		1.391.167,30		
3.4.1.	50000000	05	2012	Mercado e feiras	EMPRESA								93.603,00	93.603,00		1.050.000,00	160.000,00		1.243.603,00		
3.4.1.1.	50000000	05	2012	Regularização do Mercado Municipal para construção de rampas de estacionamento social e público social - Favelas	EMPRESA	85,0	00%		2012/01/01	2012/12/31			93.603,00	93.603,00		1.050.000,00	160.000,00		1.243.603,00		
3.4.2.	50000000	05	2012	Turismo	EMPRESA								27.564,30	27.564,30		60.000,00	60.000,00		117.564,30		
B. INVESTIMENTOS ...															6.001.751,16	6.207.751,16	400.000,00	5.063.500,00	1.066.500,00		12.735.751,16

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	12.650.534,00	Correntes	11.639.088,06
De capital	6.000.367,78	De capital	7.011.813,72
Total	18.650.901,78	Total	18.650.901,78
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	18.650.901,78	Total Geral	18.650.901,78

ENTIDADE	RESUMO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA	DATA	ANO	PÁGINA
ALMEIRIM		2019/01/30	2018	1

PERÍODO : Janeiro / Dezembro

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
RECEITAS CORRENTES				
01 IMPOSTOS DIRECTOS	3.481.414,00	4.069.054,19	116.9	23.8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	101.881,00	105.425,29	103.5	0.6
03 Contribuições				
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	96.777,00	118.679,69	122.6	0.7
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	753.707,00	760.315,92	100.9	4.4
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.957.270,00	6.898.645,13	99.2	40.3
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.206.724,00	1.164.803,59	96.5	6.8
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.761,00	79.001,01	149.7	0.5
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.650.534,00	13.195.924,82	104.3	77.1
RECEITAS DE CAPITAL				
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5,00	30.921,66	618433.2	0.2
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.129.113,00	2.019.524,40	48.9	11.8
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1,00			
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1.154.901,00	1.154.900,00	100.0	6.7
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5.284.022,00	3.205.346,06	60.7	18.7
OUTRAS RECEITAS				
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	216,28	21628.0	0.0
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	716.344,78	716.344,78	100.0	4.2
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	716.345,78	716.561,06	100.0	4.2
TOTAL GERAL	18.650.901,78	17.117.831,94	91.8	100.0

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
DESPESAS CORRENTES				
01 DESPESAS COM O PESSOAL	4.766.855,98	4.733.145,68	99.3	29.2
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.806.435,45	4.036.964,14	84.0	24.9
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	29.639,00	28.945,10	97.7	0.2
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.998.328,88	1.937.080,02	96.9	12.0
05 SUBSÍDIOS				
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.828,75	31.274,14	82.7	0.2
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	11.639.088,06	10.767.409,08	92.5	66.5
DESPESAS DE CAPITAL				
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.022.728,17	4.492.383,32	74.6	27.7
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	212.587,29	153.849,34	72.4	1.0
09 ACTIVOS FINANCEIROS	67.691,26	67.691,26	100.0	0.4
10 PASSIVOS FINANCEIROS	708.807,00	708.591,96	100.0	4.4

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL				
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	7.011.813,72	5.422.515,88	77.3	33.5
TOTAL GERAL	18.650.901,78	16.189.924,96	86.8	100.0

ORGÃO EXECUTIVO

Em 25 de abril de 2019

[Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2018
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	12.650.534,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.481.414,00
01.02	OUTROS	3.481.414,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2.428.281,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	457.789,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	410.163,00
01.02.05	DERRAMA	185.180,00
01.02.99	Impostos directos diversos	1,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	101.881,00
02.02	OUTROS	101.881,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	101.881,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	61.752,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	18.514,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	11.159,00
02.02.06.05	Publicidade	1.656,00
02.02.06.06	Saneamento	1,00
02.02.06.99	Outros	8.799,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de direitos de passagem	5.971,00
02.02.06.99.02	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00
02.02.06.99.99	Outras	2.827,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	96.777,00
04.01	TAXAS	71.924,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	71.924,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	43.886,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	1.254,00
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	1,00
04.01.23.06	Saneamento (Débito)	1,00
04.01.23.99	Outros	26.781,00
04.01.23.99.01	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	1,00
04.01.23.99.99	Outras	26.779,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	24.853,00
04.02.01	JUROS DE MORA	23.054,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	1.798,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	1,00
04.02.99.01	Taxa de Relaxe	1,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	753.707,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.006,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.006,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.626,00
05.07.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00
05.07.99	OUTRAS	1.625,00
05.10	RENDAS	751.075,00
05.10.01	TERRENOS	3.183,00
05.10.05	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	747.891,00
05.10.99	OUTROS	1,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.957.270,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.957.270,00
06.03.01	ESTADO	6.715.230,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.280.092,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	373.143,00
06.03.01.03	Participação Variável no IRS	668.800,00
06.03.01.99	Outras	1.393.195,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	242.040,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.206.724,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2018
-----------------------------------	----------------------	------------------------------------

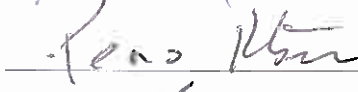
PÁGINA : 2

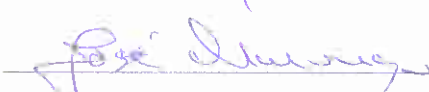
CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01	VENDA DE BENS	140.179,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	200,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	227,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	139.750,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	1,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	1,00
07.01.11.01	Água (Débito)	1,00
07.02	SERVIÇOS	988.821,00
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DEPORTO	191.964,00
07.02.08.01	Serviços Sociais	1,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	1,00
07.02.08.02.99	Outros serviços recreativos	1,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	1,00
07.02.08.04	Serviços Desportivos	191.961,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	796.855,00
07.02.09.01	Saneamento	1,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	633.946,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	15.195,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	3.874,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	1,00
07.02.09.09	Reembolso Seguros	47.506,00
07.02.09.99	Outros(Disp.)	96.332,00
07.02.99	Outros	1,00
07.02.99.01	Encargos de cobrança de receitas	1,00
07.03	RENDAS	77.724,00
07.03.01	HABITAÇÕES	17.545,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	60.177,00
07.03.99	OUTRAS	2,00
07.03.99.01	Aluguer de Contadores Água (Abolido/Débito)	1,00
07.03.99.02	OUTROS BENS	1,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.761,00
08.01	OUTRAS	52.761,00
08.01.99	OUTRAS	52.761,00
08.01.99.01	Indemnizações por deteriorização, roubo e extravio de bens patrimoniais	1,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	7.897,00
08.01.99.03	IVA reembolsado	1,00
08.01.99.99	Diversas	44.862,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	5.284.022,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5,00
09.01	TERRENOS	1,00
09.03	EDIFÍCIOS	1,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE - SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	1,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	1,00
09.04.01.03	Outros	1,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.129.113,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.129.112,00
10.03.01	ESTADO	1.222.567,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	475.566,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	747.000,00
10.03.01.99	Outras	1,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.906.545,00
10.03.07.01	FEDER	2.764.051,00

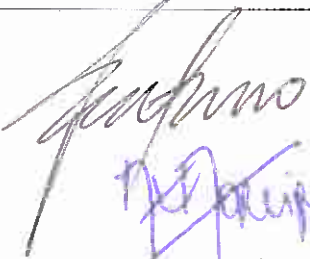
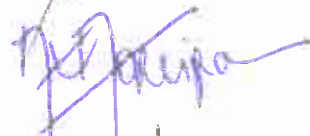




ENTIDADE MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS DO ANO 2018
-----------------------------------	----------------------	------------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
10.03.07.04	FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE)	142.494,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00
10.05.01	CONTINENTE	1,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00
11.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00
11.06.10	FAMÍLIAS	1,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.154.901,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.154.901,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.154.901,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00
13.01	OUTRAS	2,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	1,00
13.01.99	OUTRAS	1,00
	OUTRAS RECEITAS	716.345,78
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	716.344,78
16.01	SALDO ORÇAMENTAL	716.344,78
16.01.01	Na posse do serviço	716.344,78
TOTAL DAS RECEITAS		18.650.901,78

Em 15 de abril de 2019


Em 29 de abril de 2019


ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	(POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DO ANO 2018

PÁGINA 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
11		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1.258.381,64	
11.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	24.146,80	
		DESPESAS CORRENTES		24.146,80
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		24.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		24.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		23.000,00
	01.02.13.02	Outros		23.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		146,80
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		146,80
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		146,80
11.02		CÂMARA MUNICIPAL	410.637,19	
		DESPESAS CORRENTES		410.637,19
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		407.760,19
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		338.570,52
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		191.808,93
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		86.069,80
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		35.715,96
	01.01.11.01	Membros do Órgãos Autárquicos		35.715,96
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		9.540,00
	01.01.13.02	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra situação		3.963,87
	01.01.13.03	Subsidio de Refeição - Órgãos Autárquicos		5.576,13
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		15.435,83
	01.01.14.02	Subsidio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer Outra Situação		15.435,83
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5.372,60
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		15,56
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		5.357,04
	01.02.13.02	Outros		5.357,04
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		63.817,07
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		681,21
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		62.536,85
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas(RCTFP)		59.759,63
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		33.884,68
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime geral		25.874,95
	01.03.05.03	Segurança Social - Regime Geral		2.777,22
	01.03.05.03.01	Contribuição para a segurança social- OUTROS		2.777,22
	01.03.09	SEGUROS		599,01
	01.03.09.01	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais		599,01
	01.03.09.01.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (apólice)		599,01
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.877,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.877,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.877,00
11.03		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	806.137,26	
		DESPESAS CORRENTES		29.639,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		29.639,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		29.486,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		29.486,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		29.486,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		150,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÔMICA
11.04	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		150,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
	03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		1,00
	03.05	OUTROS JUROS		1,00
	03.05.01	Juros de Mora		1,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1,00
		DESPESAS DE CAPITAL		776.498,26
	09	ATIVOS FINANCEIROS		67.691,26
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		67.691,26
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS		67.691,26
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		708.807,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		708.807,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		708.807,00
		CLASSES INATIVAS	17.460,39	
		DESPESAS CORRENTES		17.460,39
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		17.460,39
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.225,33
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3.225,33
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		14.235,06
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		12.347,58
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		1.887,48
	SO	SERVIÇOS MUNICIPAIS	17.392.520,14	
		DESPESAS CORRENTES		11.157.204,68
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.317.635,40
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.174.063,55
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		2.312.053,95
	01.01.04.01	Pessoal em funções		2.086.654,92
	01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		42.674,07
	01.01.04.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		182.724,96
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		64.508,57
	01.01.06.01	Pessoal em funções		64.508,57
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		26.486,37
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		72.840,98
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		262.555,36
	01.01.13.01	Susídio de Refeição - Pessoal dos Quadros		253.196,62
	01.01.13.01.01	Transitado de anterior nomeação definitiva		176.323,30
	01.01.13.01.02	Contrato por tempo indeterminado		76.873,32
	01.01.13.02	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra situação		9.358,74
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		411.341,52
	01.01.14.01	Subsídio de férias e de Natal - Pessoal dos Quadros		398.575,57
	01.01.14.01.01	Transitado de anterior nomeação definitiva		303.858,73
	01.01.14.01.02	Contrato por tempo indeterminado		94.716,84
	01.01.14.02	Subsídio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer Outra Situação		12.765,95
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		24.276,80
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		190.182,53
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		27.956,19
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		7.181,31
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		6.699,89
	01.02.11	SUBSÍDIO DE TURNO		58.160,13
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		90.185,01
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		953.389,32
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		151.797,90

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		27.394,34
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		715.513,35
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas(RCTFP)		715.513,35
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		508.240,10
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime geral		207.273,25
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		12.201,57
	01.03.09	SEGUROS		45.000,00
	01.03.09.01	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais		45.000,00
	01.03.09.01.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (apólice)		45.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1.482,16
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		1.482,16
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.803.411,65
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.370.493,14
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		35.553,92
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		450.270,60
	02.01.02.01	Gasolina		21.941,78
	02.01.02.02	Gasóleo		324.501,68
	02.01.02.99	Outros		103.827,14
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		34.362,11
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		321.894,47
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		27.880,03
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		18.722,98
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		17.428,36
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		30.152,23
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		421,72
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		80.326,45
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		2.268,87
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		16.203,08
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		17.353,20
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		23.858,17
	02.01.16.03	Outras		23.858,17
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7.853,44
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2.876,70
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		805,14
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		28.244,43
	02.01.21	OUTROS BENS		254.017,24
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.432.918,51
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		1.018.679,52
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		667.996,65
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		190.321,49
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		60.442,75
	02.02.10	TRANSPORTES		190.814,96
	02.02.12	SEGUROS		83.954,85
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.967,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		101.329,27
	02.02.15	FORMAÇÃO		9.557,46
	02.02.17	PUBLICIDADE		89.926,31
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		52.342,48
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		35.711,49
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		293.172,02
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		98.800,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		536.902,26
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.998.328,88
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		680.974,05
	04.05.01	CONTINENTE		680.974,05
	04.05.01.02	FREGUESIAS		576.836,00
	04.05.01.02.01	Almeirim		184.500,00
	04.05.01.02.02	Benfica do Ribatejo		123.978,50

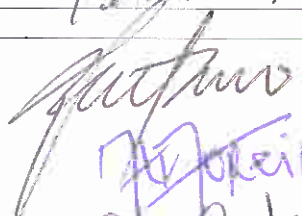
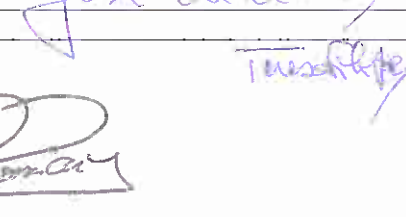
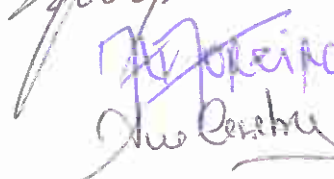
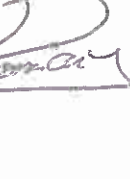
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	04.05.01.02.03	Fazendas de Almeirim		172.252,50
	04.05.01.02.04	Raposa		96.105,00
	04.05.01.04	Associação de Municípios		71.024,04
	04.05.01.08	Outros		33.114,01
	04.06	SEGURANÇA SOCIAL		79.427,34
	04.06.01	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		79.427,34
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		862.005,27
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		862.005,27
	04.08	FAMÍLIAS		375.922,22
	04.08.02	OUTRAS		375.922,22
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		37.828,75
	06.02	DIVERSAS		37.828,75
	06.02.03	OUTRAS		37.828,75
	06.02.03.01	Outras Restituições		0,97
	06.02.03.02	LVA Pago		13.447,58
	06.02.03.99	Diversas		24.380,20
		DESPESAS DE CAPITAL		6.235.315,46
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		6.022.728,17
	07.01	INVESTIMENTOS		6.019.653,17
	07.01.01	TERRENOS		836.030,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		2.411.982,95
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		377.034,43
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		271.847,69
	07.01.03.05	ESCOLAS		461.952,40
	07.01.03.07	OUTROS		1.301.148,43
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		2.257.114,54
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		579.439,02
	07.01.04.05	Parques e Jardins		114.977,27
	07.01.04.09	Sinalização e Transito		12.772,06
	07.01.04.10	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica		1.107.176,19
	07.01.04.13	Outros		442.750,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		299.927,98
	07.01.06.02	Material Transporte - Outro		299.927,98
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		25.339,04
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		11.753,36
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		17.917,41
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		150.583,94
	07.01.10.01	Equipamento Básico de recolha de resíduos		44.794,02
	07.01.10.02	Equipamento básico - outro		105.789,92
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		9.003,95
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		3.075,00
	07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		3.075,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		212.587,29
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		212.587,29
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		212.587,29
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				18.650.901,78

Em 15 de abril de 2019

Rogério Almeida

Em 27 de abril de 2019

José de Sousa

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE ALMEIRIM -

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINANC. DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12) a
	RECEITAS CORRENTES	12.650.534,00	1.144.774,06	13.273.782,57	10.843,49	13.195.924,82			13.195.924,82	1.211.788,32	104,3
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.481.414,00		4.069.054,19		4.069.054,19			4.069.054,19		116,9
0102	OUTROS	3.481.414,00		4.069.054,19		4.069.054,19			4.069.054,19		116,9
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2.428.281,00		2.653.387,01		2.653.387,01			2.653.387,01		109,3
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	457.789,00		516.058,75		516.058,75			516.058,75		112,7
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	410.163,00		583.556,63		583.556,63			583.556,63		142,3
010205	DERRAMA	185.180,00		316.051,80		316.051,80			316.051,80		170,7
010299	Impostos directos diversos	1,00									
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	101.881,00	244.782,50	108.185,32	624,09	105.425,29			105.425,29	246.918,44	103,5
0202	OUTROS	101.881,00	244.782,50	108.185,32	624,09	105.425,29			105.425,29	246.918,44	103,5
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	101.881,00	244.782,50	108.185,32	624,09	105.425,29			105.425,29	246.918,44	103,5
02020601	Mercados e Feiras	61.752,00	199.158,03	66.614,73	608,69	63.814,02			63.814,02	201.350,05	103,3
02020602	Loteamento e Obras	18.514,00	262,00	23.806,11		23.806,11			23.806,11	262,00	128,6
02020603	Ocupação de Via Pública	11.159,00	21.646,48	9.672,53	15,40	9.706,28			9.706,28	21.597,33	87,0
02020605	Publicidade	1.656,00	23.622,52	1.640,53		1.647,46			1.647,46	23.615,59	99,5
02020606	Saneamento	1,00									
02020699	Outros	8.799,00	53,03	6.451,42		6.451,42			6.451,42	53,03	73,3
0202069901	Taxa Municipal de direitos de passagem	5.971,00		6.451,42		6.451,42			6.451,42		108,0
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00									
0202069999	Outras	2.827,00	93,47							93,47	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	96.777,00	442.253,32	119.214,97	441,03	118.679,69			118.679,69	442.347,57	122,6
0401	TAXAS	71.924,00	442.222,43	82.914,97	441,03	82.379,69			82.379,69	442.316,68	114,5
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	71.924,00	442.222,43	82.914,97	441,03	82.379,69			82.379,69	442.316,68	114,5
04012301	Mercados e Feiras	1,00									
04012302	Loteamento e Obras	43.886,00	116,50	54.487,55	362,78	54.124,77			54.124,77	116,50	123,3
04012303	Ocupação de Via Pública	1.254,00		1.367,33		1.367,33			1.367,33		109,0
04012305	Caça, Uso e Porte de Arma	1,00									
04012306	Saneamento (Débito)	1,00	6.290,32							6.290,32	
04012399	Outros	26.781,00	435.746,20	27.060,09	78,25	26.887,59			26.887,59	435.840,45	100,4
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00									
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	1,00									
0401239999	Outras	26.779,00	435.815,61	27.060,09	78,25	26.887,59			26.887,59	435.909,86	100,4
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	24.853,00	30,89	36.300,00		36.300,00			36.300,00	30,89	146,1
040201	JUROS DE MORA	23.054,00	7,07	20.460,01		20.460,01			20.460,01	7,07	88,7
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	1.798,00		15.839,99		15.839,99			15.839,99		881,0
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	1,00	23,82							23,82	
04029901	Taxa de Relaxe	1,00	23,82							23,82	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	753.707,00		760.315,92		760.315,92			760.315,92		100,9
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.006,00									

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PÁG. 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	EXEC. FINAN. DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	1.006,00									
0507	FINANCEIRAS										
	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.626,00									
	NOS LUCROS DE SOCIEDADES E										
	QUASE-SOCIEDADES NÃO										
	FINANCEIRAS										
050702	Empresas Públicas Municipais	1,00									
	e Intermunicipais										
050799	OUTRAS	1.625,00									
0510	RENDAS	751.075,00		760.315,92		760.315,92			760.315,92		101.2
051001	TERRENOS	3.183,00		3.182,88		3.182,88			3.182,88		100.0
051005	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	747.891,00		757.133,04		757.133,04			757.133,04		101.2
051099	OUTROS	1,00									
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.957.270,00	5.565,80	6.898.645,13		6.898.645,13			6.898.645,13	5.565,80	99.2
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.957.270,00	5.565,80	6.898.645,13		6.898.645,13			6.898.645,13	5.565,80	99.2
060301	ESTADO	6.715.230,00		6.735.741,39		6.735.741,39			6.735.741,39		100.3
06030101	Fundo de Equilíbrio	4.280.092,00		4.280.092,00		4.280.092,00			4.280.092,00		100.0
	Financeiro										
06030102	Fundo Social Municipal	373.143,00		373.143,00		373.143,00			373.143,00		100.0
06030103	Participação Variável no IRS	668.800,00		668.800,00		668.800,00			668.800,00		100.0
06030199	Outras	1.393.195,00		1.413.706,39		1.413.706,39			1.413.706,39		101.5
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	242.040,00	5.565,80	162.903,74		162.903,74			162.903,74	5.565,80	67.3
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	1.206.724,00	436.936,18	1.234.257,09	9.721,55	1.164.803,59			1.164.803,59	496.668,13	96.5
	CORRENTES										
0701	VENDA DE BENS	140.179,00	54.696,64	152.402,06	5.439,38	143.663,70			143.663,70	57.995,62	102.5
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	200,00		334,02		334,02			334,02		167.0
	TÉCNICA										
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	227,00	6,41	287,12		287,12			287,12	6,41	126.5
070107	PRODUTOS ALIMENTARES E	139.750,00	29.923,01	151.780,92	5.439,38	143.042,56			143.042,56	33.221,99	102.4
	BEBIDAS										
070110	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E	1,00									
	REFUGOS										
070111	PRODUTOS ACABADOS E	1,00	24.767,22							24.767,22	
	INTERMÉDIOS										
07011101	Água (Débito)	1,00	24.767,22							24.767,22	
0702	SERVIÇOS	988.821,00	196.893,16	965.405,43	4.282,17	953.648,42			953.648,42	204.368,00	96.4
070207	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00									
070208	SERVIÇOS SOCIAIS,	191.964,00		186.833,27		186.833,27			186.833,27		97.3
	RECREATIVOS, CULTURAIS E DE										
	DEPORTO										
07020801	Serviços Sociais	1,00									
07020802	Serviços Recreativos	1,00									
0702080299	Outros serviços recreativos	1,00									
07020803	Serviços Culturais	1,00									
07020804	Serviços Desportivos	191.961,00		186.833,27		186.833,27			186.833,27		97.3
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS	796.855,00	196.893,16	778.572,16	4.282,17	766.815,15			766.815,15	204.368,00	96.2
	AUTARQUIAS										
07020901	Saneamento	1,00	4,05							4,05	
07020902	Resíduos Sólidos	633.946,00	139.775,57	635.377,26		627.365,83			627.365,83	147.787,00	99.0
07020903	Transportes Colectivos de	15.195,00	20.126,79	5.772,80		5.737,80			5.737,80	20.161,79	37.8
	Pessoas e Mercadorias										
07020904	Trabalhos por Conta de	3.874,00	10.730,46	4.936,80	103,71	4.943,45			4.943,45	10.620,10	127.6
	Particulares										
07020906	Mercados e Feiras	1,00									
07020909	Reembolso Seguros	47.506,00		24.706,84		24.706,84			24.706,84		52.0
07020999	Outros(Disp.)	96.332,00	26.256,29	107.778,46	4.178,46	104.061,23			104.061,23	25.795,06	108.0

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

PÁG. 3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE FINAN REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
070299	Outros	1,00									
07029901	Encargos de cobrança de receitas	1,00									
0703	RENDAS	77.724,00	185.346,38	116.449,60		67.491,47			67.491,47	234.304,51	88.4
070301	HABITAÇÕES	17.545,00	15.486,58	23.771,66		23.321,36			23.321,36	15.936,88	132.9
070302	EDIFÍCIOS	60.177,00	164.132,57	92.677,94		44.170,11			44.170,11	212.640,40	73.4
070399	OUTRAS	2,00	5.727,23							5.727,23	
07039901	Aluguer de Contadores Água (Abolido/Débito)	1,00	5.727,23							5.727,23	
07039902	OUTROS BENS	1,00									
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.761,00	15.346,11	84.109,95	56,82	79.001,01			79.001,01	20.398,23	149.7
0801	OUTRAS	52.761,00	15.346,11	84.109,95	56,82	79.001,01			79.001,01	20.398,23	149.7
080199	OUTRAS	52.761,00	15.346,11	84.109,95	56,82	79.001,01			79.001,01	20.398,23	149.7
08019901	Indemnizações por deteriorização, roubo e extravio de bens patrimoniais	1,00		5.066,48		5.066,48			5.066,48		50664 8.0
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	7.897,00		3.307,74		3.307,74			3.307,74		41.9
08019903	IVA reembolsado	1,00									
08019999	Diversas	44.862,00	15.346,11	75.735,73	56,82	70.626,79			70.626,79	20.398,23	157.4
	RECEITAS DE CAPITAL	5.284.022,00		3.205.346,06		3.205.346,06			3.205.346,06		60.7
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5,00		30.921,66		30.921,66			30.921,66		61843 3.2
0901	TERRENOS	1,00		30.921,66		30.921,66			30.921,66		30921 66.0
0903	EDIFÍCIOS	1,00									
090301	SOCIEDADES E QUASE - SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00									
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3,00									
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00									
09040101	Equipamento de Transporte	1,00									
09040102	Maquinaria e Equipamento	1,00									
09040103	Outros	1,00									
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.129.113,00		2.019.524,40		2.019.524,40			2.019.524,40		48.9
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.129.112,00		2.019.524,40		2.019.524,40			2.019.524,40		48.9
100301	ESTADO	1.222.567,00		961.471,39		961.471,39			961.471,39		78.6
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	475.566,00		475.566,00		475.566,00			475.566,00		100.0
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	747.000,00		485.905,39		485.905,39			485.905,39		65.0
10030199	Outras	1,00									
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.906.545,00		1.058.053,01		1.058.053,01			1.058.053,01		36.4
10030701	FEDER	2.764.051,00		1.039.478,31		1.039.478,31			1.039.478,31		37.6
10030704	FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE)	142.494,00		18.574,70		18.574,70			18.574,70		13.0
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00									

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE ALMEIRIM -

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

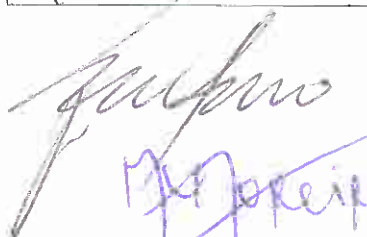
Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

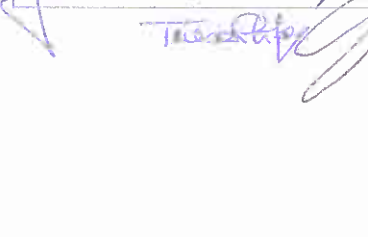
ANO 2018

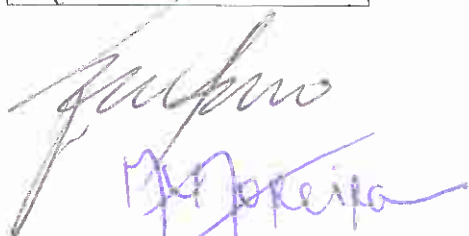
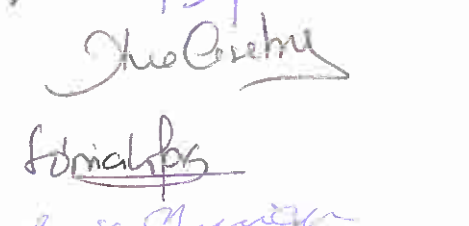

PÁG. 4

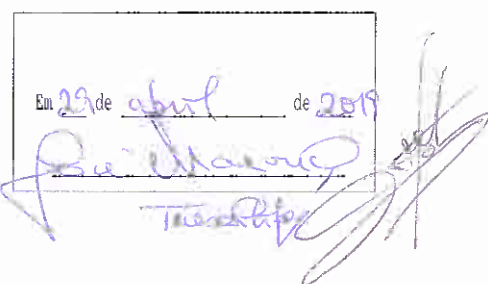
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
100501	CONTINENTE	1,00									
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00									
1106	EMPÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00									
110610	FAMÍLIAS	1,00									
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.154.901,00		1.154.900,00		1.154.900,00			1.154.900,00		100.0
1206	EMPÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.154.901,00		1.154.900,00		1.154.900,00			1.154.900,00		100.0
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.154.901,00		1.154.900,00		1.154.900,00			1.154.900,00		100.0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00									
1301	OUTRAS	2,00									
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00									
130199	OUTRAS	1,00									
	OUTRAS RECEITAS	716.345,78	3.110,07	717.090,13		716.561,06			716.561,06	3.639,14	100.0
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	3.110,07	745,35		216,28			216,28	3.639,14	21628
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	3.110,07	745,35		216,28			216,28	3.639,14	21628
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	3.110,07	745,35		216,28			216,28	3.639,14	21628
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	716.344,78		716.344,78		716.344,78			716.344,78		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	716.344,78		716.344,78		716.344,78			716.344,78		100.0
160101	Na posse do serviço	716.344,78		716.344,78		716.344,78			716.344,78		100.0
	TOTAL	18.650.901,78	1.147.993,98	17.196.218,76	10.843,49	17.117.831,94			17.117.831,94	1.215.537,31	91.8

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

Em 27 de abril de 2019


Em 29 de abril de 2019




MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE

ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE ARRAPIRÁ

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

Pág. 1

CLASSIFICAÇÃO		CORRIGIDAS	COMROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRUPO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a
ECONÔMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
	DESPESAS CORRENTES	11.639.088,06	11.546.695,41	2.473.925,82	14.020.621,23	10.767.409,08	92.392,65	871.678,98	779.286,33	92,51
01	DESPESAS COM O PESSOAL	4.766.855,98	4.733.770,63	33.000,00	4.766.770,63	4.733.145,68	33.085,35	33.710,30	624,95	99,23
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.515.859,40	3.483.653,50		3.483.653,50	3.483.653,50	32.205,90	32.205,90		99,00
010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	191.808,93	191.808,93		191.808,93	191.808,93				100,00
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.312.053,95	2.279.848,05		2.279.848,05	2.279.848,05	32.205,90	32.205,90		98,61
01010401	Pessoal em funções	2.086.654,92	2.086.654,92		2.086.654,92	2.086.654,92				100,00
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	42.674,07	42.674,07		42.674,07	42.674,07				100,00
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	182.724,96	150.519,06		150.519,06	150.519,06	32.205,90	32.205,90		82,57
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	64.508,57	64.508,57		64.508,57	64.508,57				100,00
01010601	Pessoal em funções	64.508,57	64.508,57		64.508,57	64.508,57				100,00
01010602	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	26.486,37	26.486,37		26.486,37	26.486,37				100,00
01010603	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	3.225,33	3.225,33		3.225,33	3.225,33				100,00
01010604	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	158.910,78	158.910,78		158.910,78	158.910,78				100,00
010111	REPRESENTAÇÃO	35.715,96	35.715,96		35.715,96	35.715,96				100,00
01011101	Membros do Órgão Autárquicos	35.715,96	35.715,96		35.715,96	35.715,96				100,00
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	272.095,36	272.095,36		272.095,36	272.095,36				100,00
01011301	Súsidio de Refeição - Pessoal dos Quadros	253.196,62	253.196,62		253.196,62	253.196,62				100,00
0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva	176.323,30	176.323,30		176.323,30	176.323,30				100,00
0101130102	Contrato por tempo indeterminado	76.873,32	76.873,32		76.873,32	76.873,32				100,00
0101130103	Súsidio de Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	13.322,61	13.322,61		13.322,61	13.322,61				100,00
01011303	Súsidio de Refeição - Órgãos Autárquicos	5.576,13	5.576,13		5.576,13	5.576,13				100,00
010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL	426.777,35	426.777,35		426.777,35	426.777,35				100,00
01011401	Súsidio de férias e de Natal - Pessoal dos Quadros	398.575,57	398.575,57		398.575,57	398.575,57				100,00
0101140101	Transitado de anterior nomeação definitiva	303.858,73	303.858,73		303.858,73	303.858,73				100,00
0101140102	Contrato por tempo indeterminado	94.716,84	94.716,84		94.716,84	94.716,84				100,00
01011403	Súsidio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer Outra Situação	28.201,78	28.201,78		28.201,78	28.201,78				100,00
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E INCAPACIDADE / INTEMPERIDADE	24.276,80	24.276,80		24.276,80	24.276,80				100,00
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	219.555,13	218.675,68		218.675,68	218.675,68	879,45	879,45		99,90
010201	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	27.956,19	27.956,19		27.956,19	27.956,19				100,00
010204	ADIOS DE CUSCO	8.196,87	7.601,51		7.601,51	7.601,51	595,36	595,36		92,74
010205	REGIO PARA FILMES	6.699,89	6.699,89		6.699,89	6.699,89				100,00
010211	SUBSÍDIO DE TURNO	58.160,13	58.160,13		58.160,13	58.160,13				100,00
010212	INDENIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	90.185,01	90.185,01		90.185,01	90.185,01				100,00
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	28.357,04	28.072,95		28.072,95	28.072,95	284,09	284,09		99,00
01021301	Outros	28.357,04	28.072,95		28.072,95	28.072,95	284,09	284,09		99,00
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1.031.441,45	1.031.441,45	33.000,00	1.064.441,45	1.030.816,50		624,95	624,95	99,94
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	152.479,11	152.479,11		152.479,11	152.479,11				100,00
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	27.394,34	27.394,34		27.394,34	27.394,34				100,00
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	778.050,20	778.050,20		778.050,20	778.050,20				100,00
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas(RCTFP)	775.272,98	775.272,98		775.272,98	775.272,98				100,00
01030503	Caixa Geral de Aposentações	542.124,78	542.124,78		542.124,78	542.124,78				100,00
0103050301	Segurança Social - Regime geral	233.148,20	233.148,20		233.148,20	233.148,20				100,00
0103050302	Segurança Social - Regime Geral	2.777,22	2.777,22		2.777,22	2.777,22				100,00
0103050303	Contribuições para a segurança social- OUTROS	2.777,22	2.777,22		2.777,22	2.777,22				100,00
0103050304	INCIDENTES EM SERVIÇOS E CONDIÇÕES PROFISSIONAIS	24.549,15	24.549,15		24.549,15	24.549,15				100,00
0103050305	OUTRAS PENSÕES	1.887,48	1.887,48		1.887,48	1.887,48				100,00
010309	SEGUROS	45.599,01	45.599,01	33.000,00	78.599,01	44.974,06		624,95	624,95	99,63
01030901	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	45.599,01	45.599,01	33.000,00	78.599,01	44.974,06		624,95	624,95	99,63

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE

ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 2

CLASSIFICAÇÃO	COTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRUPO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÔMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	DOTAÇÃO NÃO CONCRETIZADA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
514030101	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (apólice)	45.599,01	45.599,01	33.000,00	78.599,01	44.974,06		624,95	98,63
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.482,16	1.482,16		1.482,16	1.482,16			100,00
91931901	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	1.482,16	1.482,16		1.482,16	1.482,16			100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.886.435,45	4.768.816,02	2.062.028,60	6.830.844,62	4.036.964,14	37.619,43	769.471,31	53,99
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1.370.639,94	1.351.564,92	648.601,44	2.000.166,36	1.085.075,13	19.075,02	285.564,81	79,13
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	35.553,92	35.412,96		35.412,96	21.086,16	140,96	14.467,76	59,51
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	450.270,60	447.320,51	48.105,64	495.426,15	306.371,82	2.950,09	143.898,78	68,04
02010201	Gasolina	21.941,78	21.341,78		21.341,78	15.741,58	600,00	5.600,20	71,74
02010202	Gasóleo	324.501,68	323.077,58		323.077,58	232.667,97	1.424,10	91.833,11	71,70
02010299	Outros	103.827,14	102.901,15	48.105,64	151.006,79	57.962,27	925,99	45.864,87	55,83
020109	LIMPEZA E HIGIENE	34.362,11	33.862,04		33.862,04	33.173,85	500,07	1.188,26	96,54
020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	321.894,47	321.594,47	600.495,80	922.090,27	284.549,77	300,00	37.344,70	98,46
020106	ALIMENTAÇÃO - GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	27.800,03	26.003,84		26.003,84	23.016,42	1.876,19	4.863,61	52,56
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	18.722,98	18.180,00		18.180,00	16.407,41	542,98	2.315,57	87,63
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	17.575,16	15.775,15		15.775,15	15.406,42	1.800,01	2.168,74	87,66
020103	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	30.152,23	30.152,17		30.152,17	24.078,37	0,06	6.073,86	79,86
020104	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	421,72	421,72		421,72	421,72			100,00
020110	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	80.326,45	72.959,02		72.959,02	63.223,14	7.367,43	17.103,31	78,71
020113	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	2.268,87	2.268,87		2.268,87	2.093,87		175,00	39,29
020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	16.203,08	15.998,37		15.998,37	14.995,36	204,71	1.207,72	32,55
020115	PRÊMIOS, COMBORAÇÕES E OFERTAS	17.353,20	16.974,57		16.974,57	16.782,95	318,63	570,25	96,71
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	23.858,17	23.858,17		23.858,17	19.471,97		4.386,20	62,62
02011903	Outras	23.858,17	23.858,17		23.858,17	19.471,97		4.386,20	62,62
020119	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	7.853,44	7.653,43		7.653,43	6.422,90	200,01	1.430,54	81,79
020119	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2.876,70	2.876,70		2.876,70	2.766,00		110,70	96,15
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	805,14	805,14		805,14	712,89		92,25	88,34
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	28.244,43	26.822,76		26.822,76	22.756,03	1.421,67	5.488,40	60,57
020111	OUTROS BENS	254.017,24	252.625,03		252.625,03	211.338,08	1.392,21	42.679,16	83,29
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	3.435.795,51	3.417.251,10	1.413.427,16	4.830.678,26	2.951.889,01	18.544,41	483.906,50	85,82
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	1.018.679,52	1.017.771,84	1.029.893,02	2.047.664,86	872.304,94	907,68	146.374,58	85,63
020202	LIMPEZA E HIGIENE	667.996,65	667.996,65		667.996,65	619.884,09		48.112,56	92,80
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	190.321,49	188.495,22	3.630,96	192.126,18	162.650,18	1.826,27	27.671,31	85,46
020209	COMUNICAÇÕES	60.442,75	60.142,75	53.346,99	113.489,74	35.468,16	300,00	24.974,59	58,68
020210	TRANSPORTES	190.814,96	187.767,48	18.575,70	206.283,18	179.246,19	3.107,48	11.568,77	33,33
020212	SEGUROS	83.954,85	83.954,85	54.500,00	138.454,85	80.685,72		3.269,13	96,11
020213	DESLAÇÕES E ESTADAS	5.844,00	5.844,00		5.844,00	5.556,00		288,00	95,07
020214	ESTUDOS, PERCEPES, PROJECTOS E CONSULTORIA	101.329,27	101.329,27		101.329,27	88.542,82		12.786,45	88,39
020215	FORMAÇÃO	9.557,46	9.299,46		9.299,46	6.454,26	258,00	3.103,20	60,53
020216	PUBLICIDADE	89.926,31	88.749,31		88.749,31	86.758,68	1.177,00	3.167,63	96,48
020217	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	52.342,48	52.342,48	22.410,00	74.752,48	37.083,95		15.258,53	70,85
020218	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	35.711,49	35.711,47		35.711,47	29.353,94	0,02	6.357,55	82,20
020219	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	293.172,62	290.772,09	100.047,60	390.819,69	238.321,65	2.400,82	54.850,37	81,29
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	98.800,00	98.539,32		98.539,32	98.539,32	260,68	260,68	99,74
020225	OUTROS SERVIÇOS	536.902,26	528.595,00	131.022,89	659.617,89	411.039,11	8.307,26	125.863,15	76,50
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	29.639,00	28.945,10	311.897,22	340.842,32	28.945,10	693,90	693,90	98,62
0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	29.486,00	28.848,50	311.514,46	340.362,96	28.848,50	637,50	637,50	97,84
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	29.486,00	28.848,50	311.514,46	340.362,96	28.848,50	637,50	637,50	97,84
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	29.486,00	28.848,50	311.514,46	340.362,96	28.848,50	637,50	637,50	97,84
0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	150,00	96,60		96,60	96,60	53,40	53,40	64,40
030201	DESPESAS DIVERSAS	150,00	96,60		96,60	96,60	53,40	53,40	64,40
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	1,00		382,76	382,76		1,00	1,00	
030303	MATERIAL DE TRANSPORTE			382,76	382,76				
030307	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00					1,00	1,00	

NADA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE ALMEIRIM - MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 3

CLASSIFICAÇÃO		CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			PLAN DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
0305	OUTROS JUROS	1,00					1,00	1,00		
030501	Juros de Mora	1,00					1,00	1,00		
0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1,00					1,00	1,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.998.328,88	1.983.637,52	67.000,00	2.050.637,52	1.937.080,02	14.691,36	61.248,86	46.557,50	96,83
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			20.000,00	20.000,00					
040301	ESTADO			20.000,00	20.000,00					
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	680.974,05	680.974,05		680.974,05	671.450,25		9.523,80	9.523,80	99,60
040501	CONTINENTE	680.974,05	680.974,05		680.974,05	671.450,25		9.523,80	9.523,80	99,60
04050102	FREQUÊNCIAS	576.836,00	576.836,00		576.836,00	567.906,35		8.929,65	8.929,65	98,45
0405010201	Almeirim	184.500,00	184.500,00		184.500,00	182.475,00		2.025,00	2.025,00	98,88
0405010202	Benefício do Ribatejo	123.978,50	123.978,50		123.978,50	123.778,50		200,00	200,00	99,84
0405010203	Paredeiros de Almeirim	172.252,50	172.252,50		172.252,50	166.885,50		5.366,92	5.366,92	96,88
0405010204	Raposa	96.105,00	96.105,00		96.105,00	94.767,27		1.337,73	1.337,73	98,61
04050104	Associação de Municípios	71.024,04	71.024,04		71.024,04	71.024,04				100,00
04050105	Outros	33.114,01	33.114,01		33.114,01	32.519,86		594,15	594,15	98,21
0406	SEGURANÇA SOCIAL	79.427,34	77.477,34		77.477,34	65.130,74	1.950,00	14.296,60	12.346,60	82,60
040601	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	79.427,34	77.477,34		77.477,34	65.130,74	1.950,00	14.296,60	12.346,60	82,60
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	862.005,27	858.023,27	47.000,00	905.023,27	835.642,38	3.982,00	26.362,89	22.380,89	96,94
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	862.005,27	858.023,27	47.000,00	905.023,27	835.642,38	3.982,00	26.362,89	22.380,89	96,94
0408	FAMÍLIAS	375.922,22	367.162,86		367.162,86	364.856,65	8.759,36	11.065,57	2.306,21	97,86
040802	OUTRAS	375.922,22	367.162,86		367.162,86	364.856,65	8.759,36	11.065,57	2.306,21	97,86
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.828,75	31.526,14		31.526,14	31.274,14	6.302,61	6.554,61	252,00	92,67
0602	DIVERSAS	37.828,75	31.526,14		31.526,14	31.274,14	6.302,61	6.554,61	252,00	92,67
060203	OUTRAS	37.828,75	31.526,14		31.526,14	31.274,14	6.302,61	6.554,61	252,00	92,67
06020301	Outras Restituições	0,97	0,97		0,97	0,97				100,00
06020302	IVA Pago	13.497,58	11.497,84		11.497,84	11.497,84	1.949,74	1.949,74		95,58
06020303	Diversas	24.330,20	20.027,33		20.027,33	19.775,33	4.352,87	4.604,87	252,00	91,11
	DESPESAS DE CAPITAL	7.011.813,72	6.800.665,45	6.369.039,57	13.169.705,02	5.422.515,89	211.148,27	1.589.297,84	1.378.149,57	77,35
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.022.728,17	5.811.794,94	693.370,59	6.505.165,53	4.492.383,32	210.933,23	1.530.344,85	1.319.411,62	74,58
0701	INVESTIMENTOS	6.019.653,17	5.808.719,94	661.863,84	6.470.583,78	4.492.383,32	210.933,23	1.527.269,85	1.316.336,62	74,63
070101	TERREJOS	836.030,00	815.000,00		815.000,00	815.000,00	21.030,00	21.030,00		97,45
070103	EDIFÍCIOS	2.411.982,95	2.282.163,68	198.440,33	2.480.604,01	1.500.241,81	129.819,27	911.741,14	781.921,87	69,29
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	377.034,43	377.034,43		377.034,43	252.556,42		124.478,01	124.478,01	66,99
07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	271.847,69	271.847,69		271.847,69	246.426,48		25.421,21	25.421,21	90,66
07010303	ESCOLAS	461.952,40	445.593,93		445.593,93	127.738,70	16.358,47	334.213,70	317.855,23	94,62
07010304	OUTROS	1.301.148,43	1.187.687,63	198.440,33	1.386.127,96	873.520,21	113.460,80	427.628,22	314.167,42	69,15
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	2.257.114,54	2.243.461,54	459.938,53	2.703.400,07	1.900.228,43	13.653,00	356.886,11	343.233,11	91,19
07010401	Mauzóes, Arruamentos e Outras Complementares	579.436,02	565.909,02		565.909,02	411.361,10	13.530,00	168.077,92	154.547,92	70,99
07010402	Parques e Jardins	114.977,27	114.854,27		114.854,27	81.115,37	123,00	33.861,90	33.738,90	70,56
07010403	Sinalização e Trânsito	12.772,06	12.772,06		12.772,06	12.772,06				100,00
07010404	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica	1.167.176,19	1.107.176,19	19.808,99	1.126.985,18	1.036.789,31		70.386,88	70.386,88	93,64
07010405	Outros	442.750,00	442.750,00	440.129,54	882.879,54	358.190,59		84.559,41	84.559,41	90,80
070106	MATERIAL DE TRANSPORTES	299.927,98	253.804,53		253.804,53	71.178,53	46.123,45	228.749,45	182.626,00	63,75
07010601	Material Transporte - Outro	299.927,98	253.804,53		253.804,53	71.178,53	46.123,45	228.749,45	182.626,00	63,75
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	25.339,04	25.339,04		25.339,04	25.021,64		317,40	317,40	98,02
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	11.753,36	11.753,36	3.484,98	15.238,34	10.010,87		1.742,49	1.742,49	95,17
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	17.917,41	17.917,41		17.917,41	17.917,41				100,00
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	150.583,94	150.583,93		150.583,93	144.358,78	0,01	6.225,16	6.225,15	95,80
07011001	Equipamento Básico de recolha de resíduos	44.794,02	44.794,02		44.794,02	44.794,02				100,00
07011002	Equipamento básico - outro	105.789,92	105.789,91		105.789,91	99.564,76	0,01	6.225,16	6.225,15	94,12
070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	9.003,95	8.696,45		8.696,45	8.425,85	307,50	578,10	270,60	93,59
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	3.075,00	3.075,00	31.506,75	34.581,75			3.075,00	3.075,00	
070201	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	3.075,00	3.075,00	31.506,75	34.581,75			3.075,00	3.075,00	

NAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE

ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG. 4

CLASSIFICAÇÃO		COTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRUPO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	212.587,29	212.587,29		212.587,29	153.849,34		58.737,95	58.737,95	72,37
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	212.587,29	212.587,29		212.587,29	153.849,34		58.737,95	58.737,95	72,37
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	212.587,29	212.587,29		212.587,29	153.849,34		58.737,95	58.737,95	72,37
09	ACTIVOS FINANCEIROS	67.691,26	67.691,26	67.691,25	135.382,51	67.691,26				100,00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	67.691,26	67.691,26	67.691,25	135.382,51	67.691,26				100,00
090806	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	67.691,26	67.691,26	67.691,25	135.382,51	67.691,26				100,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	708.807,00	708.591,96	5.607.977,73	6.316.569,69	708.591,96	215,04	215,04		99,97
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	708.807,00	708.591,96	5.607.977,73	6.316.569,69	708.591,96	215,04	215,04		99,97
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	708.807,00	708.591,96	5.607.977,73	6.316.569,69	708.591,96	215,04	215,04		99,97
TOTAL		18.650.961,78	18.347.360,06	8.842.965,39	27.190.326,25	16.189.924,96	303.540,92	2.460.976,82	2.157.435,90	86,81

(a) (11 = 7 / 3 + 100)

Em 22 de abril de 2019
 1210116

Em 22 de abril de 2019
 for [assinatura]
 [assinatura]

[assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]

<p>ANEXO 01</p> <p>MUNICÍPIO DE ALEIRIN</p>	<p>EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - FUNCIONAL PLANO</p>	<p>SNO CONTABILÍSTICO 2018</p>
---------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	--------------------------------

Página : 1

FUNÇÃO	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DE FUNÇÃO	CÓDIGO DE PROJETO	CÓDIGO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			DADOS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE CANCELADO			ANAL. FUNDS	ANAL. FUNDS
							AC	AB	FC	INDIC	FIN	ANO	ANOS SEQUENTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.					FUNÇÕES GERAIS							1.207.543,52	3.687.000,00	4.894.543,52		782.059,85	782.059,85	64,76	15,98
1.1.					Serviços gerais de administração pública							596.309,87	3.687.000,00	4.263.309,87		459.096,32	459.096,32	76,99	10,77
1.1.1.					Administração geral							596.309,87	3.687.000,00	4.263.309,87		459.096,32	459.096,32	76,99	10,77
1.1.1.1.					Equipamento Instalações e Serviços							181.679,11		181.679,11		165.622,72	165.622,72	91,16	91,16
					Hardware e software informático	OUTRA						37.082,40		37.082,40		35.032,51	35.032,51	94,45	94,45
	39000000	01	2018	1								25.339,01				25.027,64		98,35	
	39000000	01	2018	1								11.753,16				10.010,87		85,17	
	39000000	02	2018	1	Disponibilização de serviços on-line	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31						
	39000000	03	2018	1	Infraestruturas de fibra óptica	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31						
	39000000	04	2018	1	Digitalização do Arquivo	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31						
	39000000	05	2018	1	Modernização Administrativa	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31						
	39000000	06	2018	1	Aquisição de viaturas	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31	3.075,00	3.075,00				
	39000000	07	2018	1	Aquisição de Mobiliário	OUTRA						2018/01/02	2018/12/31	17.917,41	17.917,41	17.917,41	12.913,41	160,50	160,50
		08	2018	1	Recuperação e manutenção de edifícios casarinos	ADM. DIR.						2018/01/02	2018/12/31	1.211,55	1.211,55	1.211,55	1.211,55	100,00	100,00
	39000000	08	2018	1										1.211,55		1.211,55		160,00	
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															
	39000000	08	2018	1															

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS - FUNCIONAL PLANO	ANO ORÇAMENTÁRIO 2018
MUNICÍPIO DE ALEZIRIN		

Página: 3

RECEITA	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/ITEM/UNIDADE DE PAR. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. ANUAL (a)	EXEC. CANCELADA (a)
					AC	EA	PC	INICIO	FIN	ANO	ANOS SEQUENTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
								A TRANSPORTAR ...		4.198.764,90	4.489.000,00	8.687.764,90		3.101.730,30	3.101.730,30		
2.5.			Construção, Conservação e Recuperação de Parques, Zonas Verdes e Arranjos Paisagísticos da Responsabilidade do Município	ADM. DIR.				2018/01/02	2018/12/31	29.752,67		29.752,67		27.415,67	27.415,67	92,15	92,15
2.5.1.			Serviços culturais, recreativos e religiosos							765.682,34	207.000,00	972.682,34		456.891,97	456.891,97	59,67	46,97
			Cultura							152.000,00		152.000,00					
			Centro de Interpretação Histórica de Alzeirín (2ª Fase)	EMPRESA				2017/01/02	2018/12/31	40.000,00		40.000,00					
			Requalificação da Fonte de São Roque	ADM. DIR.				2017/01/02	2018/12/31	10.000,00		10.000,00					
			Requalificação do Espaço envolvente ao Antigo Convento da Ordem III - P2026	EMPRESA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	100.000,00		100.000,00					
2.5.2.			Requalificação do Pólo do Múria	EMPRESA				2018/01/02	2018/12/31	2.000,00		2.000,00					
			Desporto, recreio e lazer							765.682,34	55.000,00	820.682,34		456.891,97	456.891,97	59,67	55,67
			Ampliação das banhoas e Requalificação do Estádio Municipal	EMPRESA				2016/01/02	2018/12/31	161.830,10		161.830,10		141.769,17	141.769,17	87,60	87,60
			Requalificação do Complexo das Piscinas Municipais	EMPRESA				2017/01/02	2018/12/31	09.100,21	50.000,00	139.100,21		83.119,93	83.119,93	59,36	66,40
			Disponibilização de bicicletas de uso público - P2020	OUTRA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	224.631,21	1.000,00	225.631,21					
			CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA SEDIR A FEIRA E O FÉRIAS	EMPRESA				2018/01/02	2018/12/31	2.000,00		2.000,00					
			Requalificação do Complexo Desportivo de Fazendas de Alzeirín	OUTRA				2016/01/02	2018/12/31	43.849,70	1.000,00	44.849,70		3.956,30	3.956,30	8,82	8,82
			Requalificação da Praça de Touros de Alzeirín	OUTRA				2018/01/02	2018/12/31	169.737,59	1.000,00	169.737,59		149.853,14	149.853,14	88,33	88,33
			Fundação, beneficiação e manutenção de instalações e obras sociais e parques desportivos no Concelho	ADM. DIR.				2018/01/02	2018/12/31	20.917,38		20.917,38		20.917,38	20.917,38	100,00	100,00
			Equipamentos para a ocupação de tempos livres de jovens e idosos	OUTRA				2018/12/31	2018/12/31	56.616,15		56.616,15		56.616,15	56.616,15	100,00	100,00
3.			Requalificação do piso da Pavilhão Alfredo Bento Calado					2018/01/02	2018/12/31								
			FRANÇAS ECONÓMICAS							1.241.115,55	1.555.000,00	2.796.115,55		1.060.194,72	1.060.194,72	85,42	37,92
3.2.			Recuperação e conservação de várias vias	ADM. DIR.				2018/01/02	2018/12/31								
3.2.1.			Indústria e energia							1.107.176,19	165.000,00	1.272.176,19		1.036.789,31	1.036.789,31	93,64	81,50
			Iluminação Pública							1.107.176,19	160.000,00	1.267.176,19		1.036.789,31	1.036.789,31	93,64	81,82
			Eficiência Energética - P2026	OUTRA	95,0			2016/01/02	2018/12/31	1.100.000,00	160.000,00	1.260.000,00		1.029.613,12	1.029.613,12	84,50	81,32
3.2.2.			Reforço de infraestruturas elétricas no concelho	OUTRA				2018/01/02	2018/12/31	7.176,19		7.176,19		7.176,19	7.176,19	100,00	100,00
			Zona Industrial							5.000,00		5.000,00					
			Ampliação da Zona de Atividades Económicas em Raio dos Negros	ADM. DIR.				2015/01/02	2018/12/31	5.000,00		5.000,00					
3.3.			Transportes e comunicações							12.772,06	120.000,00	132.772,06		12.772,06	12.772,06	100,00	9,62
3.3.1.			Transportes rodoviários							12.772,06	120.000,00	132.772,06		12.772,06	12.772,06	100,00	9,62
			Requalificação/Construção de Alargos de Passadeiras - P2026	EMPRESA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	100.000,00		100.000,00					
			Requalificação da via junto ao Antigo Hospital Dr. João César Henriques - P2020	EMPRESA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	20.000,00		20.000,00					
3.4.			Aquisição de sinalização e semáforos	OUTRA				2018/01/02	2018/12/31	12.772,06		12.772,06		12.772,06	12.772,06	100,00	100,00
3.4.1.			Comércio e Turismo							121.167,30	1.270.000,00	1.391.167,30		10.633,35	10.633,35	0,78	0,76
			Merceados e Feiras							93.603,00	1.150.000,00	1.243.603,00		10.633,35	10.633,35	11,36	0,86
			Requalificação do Mercado Municipal para centralização de serviços de solidariedade social e apoio social - P2020	EMPRESA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	93.603,00	1.150.000,00	1.243.603,00		10.633,35	10.633,35	11,36	0,86
3.4.2.			Turismo							27.564,30	120.000,00	147.564,30					
			Valorização Turística da Vale Real de Aljezur - P2026	EMPRESA	85,0			2017/01/02	2018/12/31	27.564,30	120.000,00	147.564,30					
4.			Outras funções							50.000,00		50.000,00					
4.3.			Diversas não especificadas							50.000,00		50.000,00					
			Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (Canil)	EMPRESA	49,7			2018/06/12	2018/12/31	50.000,00		50.000,00					
TOTAL GERAL										6.235.315,46	6.301.000,00	12.536.315,46		4.616.232,66	4.616.232,66	74,11	37,04

<p>EMISSÃO</p> <p>MUNICÍPIO DE ALMEIRIM</p>	<p>EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - FUNCIONAL PLANO</p>	<p>ANO CONTABILÍSTICO 2019</p>
---------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	--------------------------------

Página : 1

15 de abril de 2019

Leandro Almeida

27 de abril de 2019

Fori Naves

Teodoro

Adriano

Miguel

João Carlos

Somália

João Francisco

Rafael

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018
Pág. 8

RECEBIMENTOS

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			951.492,31
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		716.344,78	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		235.147,53	
RECEITAS ORÇAMENTAIS			16.401.487,16
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.069.054,19	
0102	OUTROS	4.069.054,19	
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2.653.387,01	
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	516.058,75	
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	583.556,63	
010205	DERRAMA	316.051,80	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	105.425,29	
0202	OUTROS	105.425,29	
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	105.425,29	
02020601	Mercados e Feiras	63.814,02	
02020602	Loteamento e Obras	23.806,11	
02020603	Ocupação de Via Pública	9.706,28	
02020605	Publicidade	1.647,46	
02020699	Outros	6.451,42	
0202069901	Taxa Municipal de direitos de passagem	6.451,42	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	118.679,69	
0401	TAXAS	82.379,69	
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	82.379,69	
04012302	Loteamento e Obras	54.124,77	
04012303	Ocupação de Via Pública	1.367,33	
04012399	Outros	26.887,59	
0401239999	Outras	26.887,59	
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	36.300,00	
040201	JUROS DE MORA	20.460,01	
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	15.839,99	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	760.315,92	
0510	RENDAS	760.315,92	
051001	TERRENOS	3.182,88	
051005	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	757.133,04	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.898.645,13	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.898.645,13	
060301	ESTADO	6.735.741,39	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.280.092,00	
06030102	Fundo Social Municipal	373.143,00	
06030103	Participação Variável no IRS	668.800,00	
06030199	Outras	1.413.706,39	
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	162.903,74	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.164.803,59	
0701	VENDA DE BENS	143.663,70	
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	334,02	
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	287,12	
070107	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	143.042,56	
0702	SERVIÇOS	953.648,42	
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DEPORTO	186.833,27	
07020804	Serviços Desportivos	186.833,27	
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	766.815,15	
07020902	Resíduos Sólidos	627.365,83	
07020903	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	5.737,80	
07020904	Trabalhos por Conta de Particulares	4.943,45	
07020909	Reembolso Seguros	24.706,84	
07020999	Outros{Disp.}	104.061,23	
0703	RENDAS	67.491,47	

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018

Pág. 2

RECEBIMENTOS

070301	HABITAÇÕES	23.321,36	
070302	EDIFÍCIOS	44.170,11	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.001,01	
0801	OUTRAS	79.001,01	
080199	OUTRAS	79.001,01	
08019901	Indeminizações por deteiorização, roubo e extravio de bens pa	5.066,48	
08019902	Indeminizações de estragos provocados por outrém em viaturas	3.307,74	
08019999	Diversas	70.626,79	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	30.921,66	
0901	TERRENOS	30.921,66	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.019.524,40	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.019.524,40	
100301	ESTADO	961.471,39	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	475.566,00	
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	485.905,39	
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADO	1.058.053,01	
10030701	FEDER	1.039.478,31	
10030704	FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE)	18.574,70	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1.154.900,00	
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.154.900,00	
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.154.900,00	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	216,28	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	216,28	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	216,28	
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES.....		13.195.924,82	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL.....		3.205.346,06	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		216,28	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.			990.171,77
TOTAL			18.343.151,24

PAGAMENTOS

DESPESAS ORÇAMENTAIS			16.189.924,96
01	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		
11	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1.255.894,24	
1101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	23.167,35	
1101 01	DESPESAS COM O PESSOAL		23.120,55
1101 0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		23.120,55
1101 010204	AJUDAS DE CUSTO		404,64
1101 010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		22.715,91
1101 01021302	Outros		22.715,91
1101 02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		46,80
1101 0201	AQUISIÇÃO DE BENS		46,80
1101 020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		46,80
1102	CÂMARA MUNICIPAL	410.038,18	
1102 01	DESPESAS COM O PESSOAL		407.161,18
1102 0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		338.570,52
1102 010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃ		191.808,93
1102 010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		86.069,80
1102 010111	REPRESENTAÇÃO		35.715,96
1102 01011101	Membros do Órgãos Autárquicos		35.715,96
1102 010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		9.540,00
1102 01011302	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra si		3.963,87
1102 01011303	Subsidio de Refeição - Órgãos Autárquicos		5.576,13
1102 010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		15.435,83
1102 01011402	Subsidio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer O		15.435,83

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018
Pág. 3

PAGAMENTOS

1102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5.372,60
1102	010204	AJUDAS DE CUSTO		15,56
1102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		5.357,04
1102	01021302	Outros		5.357,04
1102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		63.218,06
1102	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		681,21
1102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		62.536,85
1102	01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato		59.759,63
1102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações		33.884,68
1102	0103050202	Segurança Social - Regime geral		25.874,95
1102	01030503	Segurança Social - Regime Geral		2.777,22
1102	0103050301	Contribuição para a segurança social- OUTROS		2.777,22
1102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.877,00
1102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.877,00
1102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.877,00
1103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	805.228,32	
1103	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		28.945,10
1103	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		28.848,50
1103	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		28.848,50
1103	03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		28.848,50
1103	0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		96,60
1103	030201	DESPEAS DIVERSAS		96,60
1103	09	ACTIVOS FINANCEIROS		67.691,26
1103	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		67.691,26
1103	090806	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS A		67.691,26
1103	10	PASSIVOS FINANCEIROS		708.591,96
1103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		708.591,96
1103	100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		708.591,96
1104		CLASSES INACTIVAS	17.460,39	
1104	01	DESPESAS COM O PESSOAL		17.460,39
1104	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.225,33
1104	010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		3.225,33
1104	0103	SEGURANÇA SOCIAL		14.235,06
1104	010306	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		12.347,58
1104	010308	OUTRAS PENSÕES		1.887,48
SO		SERVIÇOS MUNICIPAIS	14.934.030,72	
SO	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.285.403,56
SO	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.141.857,65
SO	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUA		2.279.848,05
SO	01010401	Pessoal em funções		2.086.654,92
SO	01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remunera		42.674,07
SO	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba		150.519,06
SO	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		64.508,57
SO	01010601	Pessoal em funções		64.508,57
SO	010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		26.486,37
SO	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		72.840,98
SO	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		262.555,36
SO	01011301	Susídio de Refeição - Pessoal dos Quadros		253.196,62
SO	0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva		176.323,30
SO	0101130102	Contrato por tempo indeterminado		76.873,32
SO	01011302	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra si		9.358,74
SO	010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		411.341,52
SO	01011401	Subsidio de férias e de Natal - Pessoal dos Quadro		398.575,57
SO	0101140101	Transitado de anterior nomeação definitiva		303.858,73
SO	0101140102	Contrato por tempo indeterminado		94.716,84
SO	01011402	Subsidio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer O		12.765,95
SO	010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD		24.276,80
SO	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		190.182,53
SO	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		27.956,19
SO	010204	AJUDAS DE CUSTO		7.181,31
SO	010205	ABONO PARA FALHAS		6.699,89

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "ALE" and "98"]

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018
Pág. 4

PAGAMENTOS

SO	010211	SUBSÍDIO DE TURNO	58.160,13
SO	010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	90.185,01
SO	0103	SEGURANÇA SOCIAL	953.363,38
SO	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	151.797,90
SO	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	27.394,34
SO	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	715.513,35
SO	01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato	715.513,35
SO	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	508.240,10
SO	0103050202	Segurança Social - Regime geral	207.273,25
SO	010306	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	12.201,57
SO	010309	SEGUROS	44.974,06
SO	01030901	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profiss	44.974,06
SO	0103090101	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss	44.974,06
SO	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.482,16
SO	01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	1.482,16
SO	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.034.040,34
SO	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1.085.028,33
SO	020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	21.086,16
SO	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	306.371,82
SO	02010201	Gasolina	15.741,58
SO	02010202	Gasóleo	232.667,97
SO	02010299	Outros	57.962,27
SO	020104	LIMPEZA E HIGIENE	33.173,85
SO	020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	284.549,77
SO	020106	ALIMENTAÇÃO - GENEROS PARA CONFECCIONAR	23.016,42
SO	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	16.407,41
SO	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	15.359,62
SO	020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	24.078,37
SO	020111	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	421,72
SO	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	63.223,14
SO	020113	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	2.093,87
SO	020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	14.995,36
SO	020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	16.782,95
SO	020116	MERCADORIAS PARA VENDA	19.471,97
SO	02011603	Outras	19.471,97
SO	020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	6.422,90
SO	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2.766,00
SO	020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	712,89
SO	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	22.756,03
SO	020121	OUTROS BENS	211.338,08
SO	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.949.012,01
SO	020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	872.304,94
SO	020202	LIMPEZA E HIGIENE	619.884,09
SO	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	162.650,18
SO	020209	COMUNICAÇÕES	35.468,16
SO	020210	TRANSPORTES	179.246,19
SO	020212	SEGUROS	80.685,72
SO	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.679,00
SO	020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	88.542,82
SO	020215	FORMAÇÃO	6.454,26
SO	020217	PUBLICIDADE	86.758,68
SO	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	37.083,95
SO	020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	29.353,94
SO	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	238.321,65
SO	020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	98.539,32
SO	020225	OUTROS SERVIÇOS	411.039,11
SO	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.937.080,02
SO	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	671.450,25
SO	040501	CONTINENTE	671.450,25
SO	04050102	FREGUESIAS	567.906,35
SO	0405010201	Almeirim	182.475,00

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018
Pág. 5

PAGAMENTOS

SO	0405010202	Benficia do Ribatejo	123.778,50	
SO	0405010203	Fazendas de Almeirim	166.885,58	
SO	0405010204	Raposa	94.767,27	
SO	04050104	Associação de Municípios	71.024,04	
SO	04050108	Outros	32.519,86	
SO	0406	SEGURANÇA SOCIAL	65.130,74	
SO	040601	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	65.130,74	
SO	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	835.642,38	
SO	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	835.642,38	
SO	0408	FAMÍLIAS	364.856,65	
SO	040802	OUTRAS	364.856,65	
SO	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.274,14	
SO	0602	DIVERSAS	31.274,14	
SO	060203	OUTRAS	31.274,14	
SO	06020301	Outras Restituições	0,97	
SO	06020302	IVA Pago	11.497,84	
SO	06020399	Diversas	19.775,33	
SO	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.492.383,32	
SO	0701	INVESTIMENTOS	4.492.383,32	
SO	070101	TERRENOS	815.000,00	
SO	070103	EDIFÍCIOS	1.500.241,81	
SO	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	252.556,42	
SO	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	246.426,48	
SO	07010305	ESCOLAS	127.738,70	
SO	07010307	OUTROS	873.520,21	
SO	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.900.228,43	
SO	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	411.361,10	
SO	07010405	Parques e Jardins	81.115,37	
SO	07010409	Sinalização e Transito	12.772,06	
SO	07010410	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléct	1.036.789,31	
SO	07010413	Outros	358.190,59	
SO	070106	MATERIAL DE TRANSPORTES	71.178,53	
SO	07010602	Material Transporte - Outro	71.178,53	
SO	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	25.021,64	
SO	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	10.010,87	
SO	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	17.917,41	
SO	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	144.358,78	
SO	07011001	Equipamento Básico de recolha de resíduos	44.794,02	
SO	07011002	Equipamento básico - outro	99.564,76	
SO	070111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	8.425,85	
SO	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	153.849,34	
SO	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	153.849,34	
SO	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	153.849,34	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			10.767.409,08	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			5.422.515,88	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA				964.228,29
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE				1.188.997,99
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			927.906,98	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			261.091,01	
TOTAL				18.343.151,24

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE ALMEIRIM
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ANO 2018
Pág. 6

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril de 2019

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Período: 2018/01/02 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 1

Código			Código		
	Descrição	Valores		Descrição	Valores
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.033.038,77		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS	
	GARANTIAS E CAUÇÕES	1.488.213,75		CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	
	RECIBOS PARA COBRANÇA	544.825,02		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	
	CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES			GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS	64.793,71
	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO			CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS	289.105,48		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	
	CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES			RECEITA VIRTUAL COBRADA	77,00
	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO			RECEITA VIRTUAL ANULADA	
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA			SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE	2.257.273,54
				GARANTIAS E CAUÇÕES	1.712.525,52
				RECIBOS PARA COBRANÇA	544.748,02
				CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	
				FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	
	Total geral	2.322.144,25		Total geral	2.322.144,25

Em 15 de abril de 2019

Fech. Pê

Em 24 de abril de 2019

José da Anunciação

Teresa Silva

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA				DATA	ANO	PAGINA
ALMEIRIM		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/02/01	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREADOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
21		CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES		75.823,32	11.070,35	15.866,09		80.619,06
21.7		CLIENTES E UTENTES C/ GARANTIAS E CAUÇÕES		75.823,32	11.070,35	15.866,09		80.619,06
21.7.1		Licenças		75.823,32	11.070,35	15.866,09		80.619,06
21.7.1.01		Saldo anos anteriores		34.813,65	10.194,19			24.619,46
21.7.1.02		Preparo ano corrente		41.009,67	876,16	15.866,09		55.999,60
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2.044,29	56.541,72	842.187,92	851.682,58		63.992,09
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		29.027,55	370.872,48	374.602,97		32.758,04
24.2.1		Trabalho dependente		21.542,00	295.687,00	296.529,00		22.384,00
24.2.1.1		Trabalho dependente		21.542,00	295.687,00	296.529,00		22.384,00
24.2.2		Trabalho independente		6.686,94	34.790,89	37.679,38		9.575,43
24.2.4		Prediais		305,50	3.666,00	3.666,00		305,50
24.2.9		Sobre outros rendimentos		493,11	36.728,59	36.728,59		493,11
24.4		Restantes impostos		9,13		27,22		36,35
24.4.1		IMPOSTO DE SELLO		9,13		27,22		36,35
24.4.1.5		Outras licenças		3,13		27,22		30,35
24.4.1.5.1		Outras licenças (12.5.10)				27,22		27,22
24.4.1.5.2		Outras licenças (12.5.20)		3,13				3,13
24.4.1.8		Cartazes e anúncios (19.1.00)		6,00				6,00
24.5		Contribuições para a Segurança Social	2.044,29	27.501,97	471.315,44	477.052,39		31.194,63
24.5.1		Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		8.419,17	112.329,79	116.884,17		12.973,55
24.5.1.1		Pessoal		6.312,41	107.029,48	113.690,62		12.973,55
24.5.1.1.1		Descontos nas remunerações dos membros dos órgãos		1.016,24	11.984,16	11.830,32		862,40
24.5.1.1.2		Descontos rem. base pessoal em qualquer outra sit.		5.296,17	95.045,32	101.860,30		12.111,15
24.5.1.2		Contribuintes		2.106,76	5.300,31	3.193,55		
24.5.2		Caixa Geral de Aposentações		18.670,41	250.557,47	249.642,29		17.755,23
24.5.2.1		Pessoal		18.670,41	250.557,47	249.642,29		17.755,23
24.5.2.1.1		Descontos nas remunerações dos membros dos órgãos		1.189,29	15.693,87	15.653,54		1.148,96
24.5.2.1.2		Descontos nas remunerações base do pessoal		17.481,12	234.863,60	233.988,75		16.606,27
24.5.3		ADSE			103.442,85	103.442,85		
24.5.3.1		Pessoal			103.442,85	103.442,85		
24.5.3.1.1		Descontos nas remunerações dos membros dos órgãos			2.877,30	2.877,30		
24.5.3.1.2		Descontos nas remunerações base do pessoal			100.565,55	100.565,55		
24.5.5		Centro Regional de Segurança Social	2.044,29		4,57	2.111,33		62,47
24.5.6		Cofre da previdência do Ministério das Finanças		292,33	3.362,43	3.358,23		288,13
24.5.8		ADM		120,06	1.618,33	1.613,52		115,25
24.5.8.1		ADM PESSOAL		120,06	1.618,33	1.613,52		115,25
24.9		Outras tributações		3,07				3,07
24.9.2		Imposto sobre o valor acrescentado		3,07				3,07
24.9.2.1		Iva Águas 5%		3,07				3,07
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES	67,50	104.894,28	110.970,02	122.623,10		116.479,86
26.3		Sindicatos		697,50	8.624,13	8.630,74		704,11
26.3.1		Sindicato Quadros Técnicos do Estado e Entidades S		9,50	114,00	114,00		9,50
26.3.2		S.E.T.A.C.C.O.P.		6,66	82,44	82,80		7,02
26.3.3		S.T.A.L.		445,46	5.302,97	5.289,55		432,04
26.3.6		Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos		32,62	391,44	391,44		32,62
26.3.7		Sindicato dos Funcionários Públicos Sul e Açores		144,10	1.962,43	1.981,51		163,18
26.3.8		Sindicatos temporários		28,10	393,40	393,40		28,10
26.3.8.1		SINDICATO DOS TRABALHADORES BANCARIOS DO SUL E ILHAS		28,10	393,40	393,40		28,10
26.3.9		Outros		31,06	377,45	378,04		31,65
26.3.9.1		SINTAP		31,06	377,45	378,04		31,65
26.5		QUOTAS EM ASSOCIAÇÕES E SEGUROS		86,45	3.898,18	3.896,45		84,72
26.5.1		A.T.A.M.		21,94	266,44	266,89		22,39
26.5.5		FUNDO SOCIAL BANCARIO		16,13	213,61	213,06		15,58
26.5.6		SANS		48,38	3.418,13	3.416,50		46,75
26.6		INSTITUTO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		2.394,85				2.394,85
26.6.7		Programa Rede Social		2.394,85				2.394,85
26.8		Devedores e credores diversos	67,50	101.715,48	98.447,71	110.095,91		113.296,18
A TRANSPORTAR ...			2.044,29	135.543,84	865.780,58	880.075,86		147.794,83

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
ALMEIRIM		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/02/01	2018	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREADOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
TRANSPORTE ...			2.044,29	135.543,84	865.780,58	880.075,86		147.794,83
26.8.3		DESCONTOS		2.626,66	41.522,05	41.294,26		2.398,87
26.8.3.1		Descontos judiciais		2.163,59	24.171,70	23.943,91		1.935,80
26.8.3.2		Prestação de alimentos		170,00	2.040,00	2.040,00		170,00
26.8.3.3		Renda fun./inquilinos-Bairro do Pupo		1,18	1.793,53	1.793,53		1,18
26.8.3.5		Cartão EuroShell			9.932,25	9.932,25		
26.8.3.6		Renda Cofre de Previdência		291,89	3.584,57	3.584,57		291,89
26.8.6		CAUÇÕES E DEPÓSITOS DE GARANTIA		74.348,91	2.587,65	27.514,16		99.275,42
26.8.6.3		Cauções diversas-reforço 5% e 10% (OP)		74.348,91	2.587,65	27.514,16		99.275,42
26.8.6.3.01		Saldo anos anteriores		4.108,84	1.745,51			2.363,33
26.8.6.3.02		Caução ano corrente		70.240,07	842,14	27.514,16		96.912,09
26.8.9		Credores Diversos - Outros	67,50	24.739,91	54.338,01	41.287,49		11.621,89
26.8.9.1		Funcionários		600,00		900,00		1.500,00
26.8.9.1.07		Entrega de valores de funcionários		600,00		900,00		1.500,00
26.8.9.4		Outras cobranças	67,50	23.600,52	54.338,01	40.387,49		9.582,50
26.8.9.4.01		Actividades diversas		271,81	829,62	829,62		271,81
26.8.9.4.02		Cheques em trânsito		1.040,52				1.040,52
26.8.9.4.03		Cobranças indevidas		9,98				9,98
26.8.9.4.04		STAPE-Gratificações aos membros das mesas		636,69	202,20			434,49
26.8.9.4.05		Refeitório Municipal de Almeirim		9.284,28	12.546,08	3.261,80		
26.8.9.4.06		STAPE-Transferências para freguesias		5.189,50	214,00			4.975,50
26.8.9.4.07		Bar dos Funcionários da C.M.Almeirim		1.252,16	3.449,71	2.197,55		
26.8.9.4.08		Refeitório Escolas		1.488,66				1.488,66
26.8.9.4.09		Posto de Atendimento ao Cidadão	67,50	4.426,92	37.096,40	34.098,52		1.361,54
26.8.9.4.09.1		Cartas de condução		3.571,66	17.971,66	14.400,00		
26.8.9.4.09.2		Registo Criminal		268,28	3.600,00	3.485,00		153,28
26.8.9.4.09.4		SEF - CERTIFICADO DE CIDADÃO EUROPEU		533,01		240,00		773,01
26.8.9.4.09.5		Cartas de condução - AMA			287,31	352,38		65,07
26.8.9.4.09.6		Cartas de condução - IMT			8.707,50	9.058,50		351,00
26.8.9.4.09.7		Cartas de condução Freguesias - AMA		52,72	279,43	244,64		17,93
26.8.9.4.09.8		Cartas de condução Freguesias - IMT	67,50		6.250,50	6.318,00		
26.8.9.4.09.9		ADSE - 2ª Via do Cartão		1,25				1,25
26.8.9.5		Vistorias - NRAU		471,12				471,12
26.8.9.7		Censos - 2011		68,27				68,27
TOTAL ...			2.111,79	237.259,32	964.228,29	990.171,77		261.091,01

Em 15 de abril de 2019
 [Assinatura]

Em 24 de abril de 2019
 [Assinatura]
 Tesoraria

[Assinatura]
 [Assinatura]
 [Assinatura]
 [Assinatura]
 [Assinatura]

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**8.1.1 IDENTIFICAÇÃO**

DESIGNAÇÃO: Município de Almeirim
ENDEREÇO POSTAL: Rua 5 de Outubro - 2080-052 Almeirim
TELEFONE: 243594100 **FAX:** 243594138
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501273433

NÚMERO DE ELEITORES

Mais de 10.000 e menos de 40.000

Sim

Fonte:

INE: Censos 2011

POPULAÇÃO

Mais de 10.000 e menos de 40.000

Sim

8.1.2 LEGISLAÇÃO

Data de constituição:

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS**

O Município tem Serviços Municipalizados?

Não

EMPRESAS MUNICIPAIS

O Município tem Empresas Municipais?

Não

ÓRGÃOS

O Município tem órgãos de natureza consultiva?

Não

O Município tem órgãos de fiscalização?

Sim

ORGANOGRAMA

	DATA DE APROVAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	DIÁRIO DA REPÚBLICA
Estrutura Orgânica	Executivo - 29/08/2016 Assembleia - 04/10/2016	28/10/2016	N.º 208 II Série
Mapa de Pessoal	Executivo - 20/11/2017 Assembleia - 06/12/2017	Tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página eletrónica	

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		Período Responsabilidade
Pedro Miguel César Ribeiro	Presidente	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-Presidente	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Vereadora a Tempo Inteiro	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Ana Sofia Fonseca Casebre	Vereadora a Tempo Inteiro	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Rui Manuel Freire Farinha Rodrigues	Vereador a Tempo Inteiro	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Eurico Manuel Lopes Henriques	Vereador	01 janeiro a 31 dezembro 2018
Sónia Isabel Campos Silva Colaço	Vereadora	01 janeiro a 31 dezembro 2018

NÚMERO DE VEREADORES

A Tempo inteiro

01 jan a 30 dez 2018

4

Restantes Vereadores

01 jan a 30 dez 2018

2

BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO EXISTENTE

A aplicação de contabilidade autárquica permite o processamento contabilístico adequado a todos os procedimentos exigidos pelo POCAL.

A esta aplicação "POCAL", estão actualmente integradas outras aplicações, nomeadamente: **Património** (Amortizações e alterações patrimoniais); **Pessoal** - Gestão de pessoal (Vencimentos); **Taxas e Licenças** (Proveitos); **Obras Particulares** (Proveitos); **Publicidade** (Proveitos); Gestão das Execuções Fiscais; Máquinas de diversão; Rendas (Habitação);

Máquinas e Viaturas; Feiras e Mercados; Fiscalização e Contra Ordenações e Transportes Escolares. De modo a permitir a desmaterialização de processos, em 2011 será continuado o processo de gestão documental e workflow.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES	
O Município tem Demonstrações Financeiras Intervalares ?	Sim

DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	
No Município a contabilidade está descentralizada ?	Não

8.1.7	OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE
	NORMAS DE CONTROLO INTERNO
	As normas de controlo interno em vigor, foram aprovadas pelo Executivo Municipal em reunião ordinária realizada em 2 de Junho de 2003

ACÇÕES INSPECTIVAS			
ENTIDADE	DATA DA ACÇÃO	PERÍODO ABRANGIDO	Nº. DO PROCESSO
-	-	-	-

DOCUMENTOS DE GESTÃO			
	DATA DE APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO	DATA DE APROVAÇÃO/APRECIAÇÃO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO	OBSERVAÇÕES
Grandes Opções do Plano	20/11/2017	06/12/2017	
Orçamento	20/11/2017	06/12/2017	
Outros			



Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Município de Almeirim apresenta as seguintes notas ao balanço e à demonstração de resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na perceção dos mesmos.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.2 – No decorrer do exercício não ocorreram situações que afetem a comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados foram os definidos no ponto 4 do POCAL e, no que respeita ao cálculo das amortizações, foi utilizado o método das quotas constantes, aplicando as taxas de amortização definidas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, constam dos seguintes mapas:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Mapa A – Ativo Bruto

Ano Contabilístico : 2018

Período selecionado: JANEIRO

a DEZEMBRO

MAPA A
Ativo Bruto

Página: 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Trf.	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	2.410.904,71		85.000,00					2.495.904,71
EDIFÍCIOS	971.290,27							971.290,27
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	95.635.025,02		347.250,35		-495.536,87			96.477.812,24
BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	25.000,00							25.000,00
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	477.048,12		1.667.587,19		814.340,40			1.330.294,91
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
	99.519.268,12		2.099.837,54		318.803,53			101.300.302,13
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO								
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO			10.097,39					10.097,39
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS								
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO								
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
			10.097,39					10.097,39
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	14.340.799,30		971.293,22	52.100,00	-17.934,58		45.672,50	15.232.254,60
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	28.329.759,72		973.903,49		736.952,50		164.817,50	28.401.893,21
EQUIPAMENTO BÁSICO	4.537.719,12		119.347,73			19.799,28	843,63	4.636.423,94
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.024.787,77		71.178,53				12.000,00	2.083.966,30
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	130.549,12		6.163,95					136.713,07
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.440.139,39		36.143,34			2.281,58		1.474.001,15
TARAS E VASILHAME								
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	34.139,65							34.139,65
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	463.833,79		1.046.459,25		326.580,72			1.183.712,32
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
	51.301.727,86		3.224.489,51	52.100,00	1.045.598,64	22.080,86	223.333,63	53.183.104,24
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
PARTES CAPITAL	1.068.913,00		1.688.682,93					2.757.595,93
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	632.285,57							632.285,57
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS								
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES								
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS								
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA								
OUTROS TÍTULOS								
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO								
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
	1.701.198,57		1.688.682,93					3.389.881,50
Total	152.522.194,55		7.023.107,37	52.100,00	1.364.402,17	22.080,86	223.333,63	157.883.385,26

Nota: Coluna de transferências e abates, como sendo os movimentos a crédito das contas de imob.(abates com sinal (+), aumentos de imob de transf. com sinal (-))

ENTIDADE
ALMEIRIM

ACTIVO BRUTO

Ano Contabilístico : 2018

Período: Janeiro

a Dezembro

Data: 2019/03/15

Página : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.701.198,57		1.688.682,93			3.389.881,50
41.1 Partes de capital	1.068.913,00		1.688.682,93			2.757.595,93
41.1.1 Associações de municípios						
41.1.1.1 Associação Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.2 Empresas municipais e intermunicipais	1.061.893,00		1.688.682,93			2.750.575,93
41.1.3 Empresas privadas ou cooperativas	7.020,00					7.020,00
41.2 Obrigações e títulos de participação	632.285,57					632.285,57
41.2.1 Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2 Empresas privadas ou cooperativas	500,00					500,00
41.2.3 FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	631.785,57					631.785,57
41.4 Investimentos em imóveis						
41.4.1 Terrenos e recursos naturais						
41.4.2 Edifícios e outras construções						
41.4.2.1 Edifícios						
41.4.2.2 Outras construções						
41.5 Outras aplicações financeiras						
41.5.1 Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2 Títulos de dívida pública						
41.5.3 Outros títulos						
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	50.837.894,07		2.308.025,26	52.100,00	1.094.427,41	51.999.391,92
42.1 Terrenos e recursos naturais	14.340.799,30		1.011.205,72	52.100,00	67.650,42	15.232.254,60
42.2 Edifícios e outras construções	28.329.759,72		1.063.985,99		991.852,50	28.401.893,21
42.2.1 Edifícios	26.552.749,06		995.447,04		991.852,50	26.556.343,60
42.2.1.01 Habitação	879.448,50		82.417,82		15.500,00	946.366,32
42.2.1.02 Instalações de Serviços	2.702.982,62		242.257,50		221.900,00	2.723.340,12
42.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	9.024.497,29					9.024.497,29
42.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.172.127,69					1.172.127,69
42.2.1.05 Creches	5.274.442,66					5.274.442,66
42.2.1.06 Escolas	3.460.879,28					3.460.879,28
42.2.1.07 Lares de terceira idade						
42.2.1.08 Outros	4.038.371,02		670.771,72		754.452,50	3.954.690,24
42.2.2 Outras construções	1.777.010,66		68.538,95			1.845.549,61
42.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares						
42.2.2.02 Esgotos						
42.2.2.03 Iluminação pública						
42.2.2.04 Parques e jardins	934,80					934,80
42.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas			20.917,38			20.917,38
42.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água						
42.2.2.07 Viação rural						
42.2.2.08 Sinalização e trânsito	384.391,74		11.126,57			395.518,31
42.2.2.09 Infra-estruturas para distr. de energia eléctrica						
42.2.2.10 Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos						
42.2.2.11 Cemitérios						
42.2.2.12 Outras	1.391.684,12		36.495,00			1.428.179,12
42.3 Equipamento básico	4.537.719,12		119.347,73		20.642,91	4.636.423,94
42.4 Equipamento de transporte	2.024.787,77		71.178,53		12.000,00	2.083.966,30
42.5 Ferramentas e utensílios	130.549,12		6.163,95			136.713,07
42.6 Equipamento administrativo	1.440.139,39		36.143,34		2.281,58	1.474.001,15
42.7 Taras e vasilhame						
42.9 Outras imobilizações corpóreas	34.139,65					34.139,65
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			10.097,39			10.097,39
43.1 Despesas de instalação						
43.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento						
43.3 Propriedade industrial e outros direitos			10.097,39			10.097,39
43.9 Outras						
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	940.881,91		2.714.046,44		1.140.921,12	2.514.007,23
44.1 Imobilizações em curso de investimentos financeiro						
44.1.1 Partes de capital						
44.1.2 Obrigações e títulos de participação						
44.1.4 Investimentos em imóveis						
44.1.5 Outras aplicações financeiras						
44.2 Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	463.833,79		1.046.459,25		326.580,72	1.183.712,32
44.2.2 Edifícios e outras construções	463.833,79		1.046.459,25		326.580,72	1.183.712,32
44.2.2.01 Edifícios	463.833,79		1.046.459,25		326.580,72	1.183.712,32
44.2.2.01.01 Instalações de serviços	57.453,20		250.508,47		186.480,72	121.480,95
44.2.2.01.02 Instalações desportivas e recreativas	311.954,16		228.055,57			540.009,73
44.2.2.01.03 Mercados e instalações sanitárias						
44.2.2.01.04 Creches						
A transportar	52.908.500,00		4.485.369,62	52.100,00	1.280.908,13	56.060.861,49
Total	52.908.500,00		4.485.369,62	52.100,00	1.280.908,13	56.060.861,49

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte		52.908.500,00		4.485.369,62	52.100,00	1.280.908,13	56.060.861,49
44.2.2.01.05	Escolas			126.398,00			126.398,00
44.2.2.01.06	Lares da 3ª idade						
44.2.2.01.07	Outros	94.426,43		441.497,21		140.100,00	395.823,64
44.2.2.02	Outras construções						
44.2.2.02.05	Parques e jardins						
44.2.2.02.06	Instalações desportivas e recreativas						
44.2.2.02.12	Cemitérios						
44.2.2.02.13	Outros						
44.2.3	Equipamento básico						
44.2.4	Equipamento de transporte						
44.2.5	Ferramentas e utensílios						
44.2.6	Equipamento administrativo						
44.2.7	Taras e vasilhame						
44.2.9	Outras imobilizações corpóreas						
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
44.3.1	Despesas de instalação						
44.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimentos						
44.3.3	Propriedade industrial e outros direitos						
44.3.4	Aquisição de serviços						
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	477.048,12		1.667.587,19		814.340,40	1.330.294,91
44.5.2	Edifícios						
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	477.048,12		1.667.587,19		814.340,40	1.330.294,91
44.5.3.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	76.215,72		198.186,52		42.339,69	232.062,55
44.5.3.02	Sistemas de drenagem de águas residuais						
44.5.3.03	Estações de tratamento de águas residuais						
44.5.3.04	Iluminação pública						
44.5.3.05	Parques e jardins	387.732,90		80.593,28		453.197,18	15.129,00
44.5.3.07	Captação e distribuição						
44.5.3.08	Viação rural						
44.5.3.09	Sinalização e trânsito						
44.5.3.10	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica			1.031.898,46			1.031.898,46
44.5.3.11	Infraestruturas para tratamento resíduos sólidos						
44.5.3.13	Outras	13.099,50		356.908,93		318.803,53	51.204,90
44.5.4	Bens do património histórico, artístico e cultural						
44.5.5	Outros bens de domínio público						
44.6	Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
44.7	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
44.9	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	99.042.220,00		927.787,22			99.970.007,22
45.1	Terrenos e recursos naturais	2.410.904,71		85.000,00			2.495.904,71
45.2	Edifícios	971.290,27					971.290,27
45.2.07	Outros	971.290,27					971.290,27
45.3	Outras construções e infraestruturas	95.635.025,02		842.787,22			96.477.812,24
45.3.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	57.262.717,82		165.971,32			57.428.689,14
45.3.02	Sistemas de drenagem de águas residuais	10.927.551,54					10.927.551,54
45.3.03	Estações de tratamento de águas residuais	460.910,13					460.910,13
45.3.04	Iluminação pública	532.626,97					532.626,97
45.3.05	Parques e jardins	7.799.549,93		358.012,37			8.157.562,30
45.3.07	Captação e distribuição de água	6.695.584,26					6.695.584,26
45.3.08	Viação rural	10.307.492,33					10.307.492,33
45.3.09	Sinalização e trânsito						
45.3.10	Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	666.893,01					666.893,01
45.3.11	Infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos	5.417,93					5.417,93
45.3.13	Outros	976.281,10		318.803,53			1.295.084,63
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	25.000,00					25.000,00
45.9	Outros bens de domínio público						
Total		152.522.194,55		7.648.639,24	52.100,00	2.235.348,53	157.883.385,26

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Mapa B – Amortizações e Provisões

ENTIDADE

ALMEIRIM

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano Contabilístico : 2018 Período: Janeiro

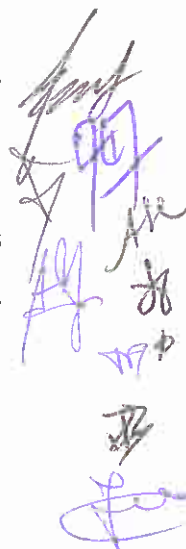
a Dezembro

Data : 2019/02/22

Página : 1

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	89.428.494,64	4.703.584,10	191.061,43	93.941.017,31
48.1	De investimentos em imóveis				
48.1.1	Terrenos e recursos naturais				
48.1.2	Edifícios e outras construções				
48.1.2.01	Edifícios				
48.1.2.02	Outras construções				
48.2	De imobilizações corpóreas	15.883.160,15	959.028,75	191.061,43	16.651.127,47
48.2.1	Terrenos e recursos naturais				
48.2.2	Edifícios e outras construções	8.777.483,40	678.391,22	167.836,94	9.288.037,68
48.2.2.01	Edifícios	8.333.228,53	637.972,31	167.836,94	8.803.363,90
48.2.2.01.01	Instalações de serviços	1.039.326,53	68.552,60	88.936,11	1.018.943,02
48.2.2.01.02	Instalações desportivas e recreativas	3.003.218,94	207.700,55		3.210.919,49
48.2.2.01.03	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	491.594,80	21.666,02		513.260,82
48.2.2.01.04	Creches	635.234,26	69.771,07		705.005,33
48.2.2.01.05	Escolas	1.270.239,94	78.559,65		1.348.799,59
48.2.2.01.06	Lares da 3ª idade				
48.2.2.01.07	Outros	1.893.614,06	191.722,42	78.900,83	2.006.435,65
48.2.2.02	Outras construções	444.254,87	40.418,91		484.673,78
48.2.2.02.05	Parques e jardins	62.494,24	1.074,06		63.568,30
48.2.2.02.06	Instalações desportivas e recreativas		784,41		784,41
48.2.2.02.08	Sinalização e Trânsito	309.793,82	18.029,77		327.823,59
48.2.2.02.12	Cemitérios				
48.2.2.02.13	Outros	71.966,81	20.530,67		92.497,48
48.2.3	Equipamento básico	3.854.596,38	174.622,55	20.642,91	4.008.576,02
48.2.4	Equipamento de transporte	1.746.110,70	67.901,79	300,00	1.813.712,49
48.2.5	Ferramentas e utensílios	114.151,69	6.772,61		120.924,30
48.2.6	Equipamento administrativo	1.369.329,06	30.446,80	2.281,58	1.397.494,28
48.2.7	Taras e vasilhame				
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	21.488,92	893,78		22.382,70
48.3	De imobilizações incorpóreas		3.739,23		3.739,23
48.3.1	Despesas de instalação				
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos		3.739,23		3.739,23
48.5	De bens de domínio público	73.545.334,49	3.740.816,12		77.286.150,61
48.5.1	Terrenos e recursos naturais				
48.5.2	Edifícios	443.487,89	19.952,68		463.440,57
48.5.2.07	Outros	443.487,89	19.952,68		463.440,57
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	73.101.846,60	3.720.863,44		76.822.710,04
48.5.3.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	44.532.834,70	2.478.751,70		47.011.586,40
48.5.3.02	Sistemas de drenagem de águas residuais	8.901.121,57	499.580,47		9.400.702,04
48.5.3.03	Estações de tratamento de águas residuais	274.734,43	17.871,70		292.606,13
48.5.3.04	Iluminação pública	470.721,81	44.647,46		515.369,27
48.5.3.05	Parques e jardins	2.457.350,05	177.627,03		2.634.977,08
48.5.3.07	Captação e distribuição de água	5.554.937,74	280.714,22		5.835.651,96
48.5.3.08	Viação rural	9.960.552,85	125.166,79		10.085.719,64
48.5.3.09	Sinalização e trânsito				
48.5.3.10	Infraestruturas para distribuição de energia eléct	468.217,66	50.426,12		518.643,78
48.5.3.11	Infraestruturas para tratamento de resíduos sólido	596,23	67,90		664,13
48.5.3.13	Outros	480.779,56	46.010,05		526.789,61
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural				
48.5.9	Outros bens de domínio público				
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
49.1	Partes de capital				
49.2	Obrigações e títulos de participação				
49.3	...				
49.5	Outras aplicações financeiras				
A transportar					
Total		89.428.494,64	4.703.584,10	191.061,43	93.941.017,31

8.2.8 – A informação desagregada a que se refere esta nota encontra-se nos mapas constando do Anexo I: mapa de inventário, mapa geral, mapa geral de bens móveis abatidos, síntese dos bens inventariados e autos de abate.



8.2.16 – Entidades participadas

ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS (*)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	NIPC				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AR - Águas do Ribatejo, EIM**	508345464	Empresa Intermunicipal	36001	13 743 362,00 €	2 123 786,00 €	15,45	2 123 786,00 €		2 123 786,00 €	
COTHIN - Centro Operativo e Transformador Hortofrutícola Nacional	505813238	Outra Societária	94995	69 250,06 €	1 500,00 €	2,17	1 500,00 €	1 500,00 €		
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956538	Sociedade Anónima	35230	12 500 000,00 €	5 520,00 €	0,04	5 520,00 €	5 520,00 €		
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Sociedade ou quase sociedade não financeira	84114	417 857 175,00 €	631 785,57 €	0,10	203 074,31 €	203 074,31 €		

* O Município, não detém controlo ou influência significativa sobre estas entidades.

** O acionista maioritário desta entidade é o Município de Torres Novas.



ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS (*)

Entidade Participada		NIPC	Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário (Capital Próprio Atual)	Contribuição		Obs.
Denominação	1					Em N	Forma de realização	
		2	3	4	5	6	Meios monetários	Em espécie
1							7	8
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		501627413	Associação de Municípios	94110	2 004 164,94 €	4 815,78 €	4 815,78 €	
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo		508787033	Comunidade Intermunicipal	91333	2 659 391,61 €	47 496,00 €	47 496,00 €	
RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos		504876864	Associação de Municípios	94110	1 548 859,41 €	10 628,64 €	10 628,64 €	
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho		508038430	Associação de Municípios	91333	122 825,88 €	1 300,00 €	1 300,00 €	

* O Município não detém contrato ou influência significativa sobre estas entidades.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.2.22 – A conta referente às dívidas de cobrança duvidosa apresenta um saldo de 1 036 139,03€, discriminado da seguinte forma:

Rubricas	Valor (€)
21.8 - Clientes, Contribuintes e utentes Cobrança Duvidosa	1 036 139,03 €
21.8.1 - Cobrança em atraso	968 988,05 €
21.8.1.01 - Clientes	470 284,63 €
21.8.1.02 - Utentes	233 594,20 €
21.8.1.03 - Utentes	265 109,22 €
21.8.2 - Cobrança em litígio	67 150,98 €
21.8.2.01 - Clientes	57 111,40 €
21.8.2.02 - Contribuintes	10 039,58 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.2.26 – Mapa das contas de ordem

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
ALMEIRIM		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/02/01	2018	1
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR	
09	CONTAS DE ORDEM	3.240.572,56	3.240.572,56	353.976,19	353.976,19			
09.1	CAUÇÕES E DEPÓSITOS DE GARANTIA	2.695.747,54	2.695.747,54	353.899,19	353.899,19			
09.1.1	CAUÇÕES	1.145.381,69	1.145.381,69	243.766,92	243.766,92			
09.1.1.1	CLIENTES	175.584,85	175.584,85	26.936,44	26.936,44			
09.1.1.1.1	Licenças	110.816,01	110.816,01	26.936,44	26.936,44			
09.1.1.1.1.1	Entregues		110.816,01		15.866,09			126.682,10
09.1.1.1.1.2	Devolvidas	34.992,69		11.070,35		46.063,04		
09.1.1.1.1.3	Accionadas							
09.1.1.1.1.4	Contrapartida	75.823,32		15.866,09	11.070,35	80.619,06		
09.1.1.1.2	Cauções Água	64.768,84	64.768,84					
09.1.1.1.2.1	Cauções Água - Entregues		64.768,84					64.768,84
09.1.1.1.2.2	Cauções Água - Devolvidas	64.768,84				64.768,84		
09.1.1.1.2.3	Cauções Água - Accionadas							
09.1.1.1.2.4	Cauções Água - Contrapartida							
09.1.1.2	Cauções 5% e 10% (OP)	969.796,84	969.796,84	216.830,48	216.830,48			
09.1.1.2.1	Cauções - Entregues		969.796,84		168.284,35			1.138.081,19
09.1.1.2.2	Cauções - Devolvidas	126.032,79		48.546,13		174.578,92		
09.1.1.2.3	Cauções - Accionadas							
09.1.1.2.4	Cauções - Contrapartida	843.764,05		168.284,35	48.546,13	963.502,27		
09.1.2	GARANTIAS	1.550.365,85	1.550.365,85	110.132,27	110.132,27			
09.1.2.1	CLIENTES	4.331,61	4.331,61	3.668,00	3.668,00			
09.1.2.1.1	Garantias Clientes - Entregues		4.331,61		3.668,00			7.999,61
09.1.2.1.2	Garantias Clientes - Devolvidas							
09.1.2.1.3	Garantias Clientes - Accionadas							
09.1.2.1.4	Garantias Clientes - Contrapartida	4.331,61		3.668,00		7.999,61		
09.1.2.2	FORNECEDORES	1.546.034,24	1.546.034,24	106.464,27	106.464,27			
09.1.2.2.1	Garantias Fornecedores - Entregues		1.546.034,24		101.287,04			1.647.321,28
09.1.2.2.2	Garantias Fornecedores - Devolvidas	981.739,47		5.177,23		986.916,70		
09.1.2.2.3	Garantias Fornecedores - Accionadas							
09.1.2.2.4	Garantias Fornecedores - Contrapartida	564.294,77		101.287,04	5.177,23	660.404,58		
09.2	RECIBOS PARA COBRANÇA	544.825,02	544.825,02	77,00	77,00			
09.2.1	RECEITA VIRTUAL - ANOS ANTERIORES	544.825,02	544.825,02	77,00	77,00			
09.2.1.1	R.Virtual Anos Anteriores - Processados	544.825,02				544.825,02		
09.2.1.2	R.Virtual Anos Anteriores - Cobrados				77,00			77,00
09.2.1.3	R.Virtual Anos Anteriores - Anulados							
09.2.1.4	R.Virtual Anos Anteriores - Contrapartida		544.825,02	77,00				544.748,02
09.2.2	RECEITA VIRTUAL - ANO CORRENTE							
09.2.2.1	R.Virtual Ano Corrente - Processados							
09.2.2.2	R.Virtual Ano corrente - Cobrados							
09.2.2.3	R.Virtual Ano Corrente - Anulados							
09.2.2.4	R.Virtual Ano Corrente - Contrapartida							
TOTAL ...		3.240.572,56	3.240.572,56	353.976,19	353.976,19			

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	982 579,66 €	26 855,07 €	1 279,78 €	1 008 154,95 €
292	Provisões para riscos e encargos	276 869,22 €		90 185,01 € **	186 684,21 € *
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

* De acordo com relação de processos judiciais em curso do gabinete jurídico

* * Inclui pagamentos por decisão judicial do processo n.º 2486/08.6belsd no valor de 15.528,77€

8.2.28 – No balanço observa-se na conta de resultados transitados a inclusão da totalidade do resultado apurado no exercício de 2018 (-2.159.515,21€), ascendendo assim o saldo da conta 59 – resultados transitados ao montante global de (-) 49.298.478,09€ e aumento da conta 576 no valor de 76.110,00€ relativo à aquisição por via de doação do edifício do antigo tribunal, ascendendo assim o valor da conta a 400.871,05€.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

(Unidade: €)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2018

ENTIDADE ALMEIRIM -

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTOS	30.640,84	26.867,31	781 - JUROS OBTIDOS		29,67
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	258.965,93	334.673,50
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	760.300,96	751.074,00
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		3.760,85
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	934,49	5.536,73	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	987.691,56	1.057.133,98	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	1.019.266,89	1.089.538,02	Total	1.019.266,89	1.089.538,02

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril de 2019

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019

[Handwritten signatures and stamps for the Executive Body]

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

[Handwritten signatures and stamps for the Deliberative Body]

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

Assinatura: *[Signature]*

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alme' and 'SA']

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

(Unidade: €)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

ANO 2018

ENTIDADE ALMEIRIM

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

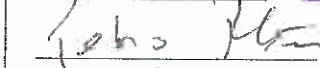
Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	153.849,34	50.194,79	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	498.321,53	8.104,38	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	30.921,66	
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	37.643,20	7.556,43
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	91.464,79	66.169,50
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	12.060,46	53.829,49	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	745,35	681.568,81
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	1.000,00		798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	274.119,14	378.779,25
EXTRAORDINÁRIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-230.337,19	1.021.945,33			
			Total	434.894,14	1.134.073,99
Total	434.894,14	1.134.073,99			

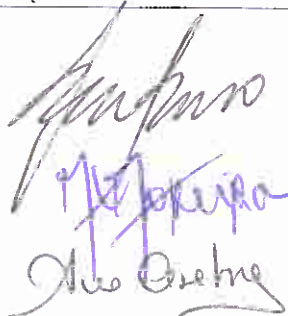
ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril de 2019



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de abril de 2019




ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 2	TOTAL DE REVISÕES : 2		DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.481.414,00			3.481.414,00	
0102	OUTROS	3.481.414,00			3.481.414,00	
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2.428.281,00			2.428.281,00	
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	457.789,00			457.789,00	
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	410.163,00			410.163,00	
010205	DERRAMA	185.180,00			185.180,00	
010299	Impostos directos diversos	1,00			1,00	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	101.881,00			101.881,00	
0202	OUTROS	101.881,00			101.881,00	
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	101.881,00			101.881,00	
02020601	Mercados e Feiras	61.752,00			61.752,00	
02020602	Loteamento e Obras	18.514,00			18.514,00	
02020603	Ocupação de Via Pública	11.159,00			11.159,00	
02020605	Publicidade	1.656,00			1.656,00	
02020606	Saneamento	1,00			1,00	
02020699	Outros	8.799,00			8.799,00	
0202069901	Taxa Municipal de direitos de passagem	5.971,00			5.971,00	
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00			1,00	
0202069999	Outras	2.827,00			2.827,00	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	96.777,00			96.777,00	
0401	TAXAS	71.924,00			71.924,00	
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	71.924,00			71.924,00	
04012301	Mercados e Feiras	1,00			1,00	
04012302	Loteamento e Obras	43.886,00			43.886,00	
04012303	Ocupação de Via Pública	1.254,00			1.254,00	
04012305	Caça, Uso e Porte de Arma	1,00			1,00	
04012306	Saneamento (Débito)	1,00			1,00	
04012399	Outros	26.781,00			26.781,00	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	1,00			1,00	
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	1,00			1,00	
0401239999	Outras	26.779,00			26.779,00	
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	24.853,00			24.853,00	
040201	JUROS DE MORA	23.054,00			23.054,00	
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	1.798,00			1.798,00	
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	1,00			1,00	
04029901	Taxa de Relaxa	1,00			1,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	753.707,00			753.707,00	
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.006,00			1.006,00	
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.006,00			1.006,00	
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.626,00			1.626,00	
050702	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00			1,00	
050799	OUTRAS	1.625,00			1.625,00	
0510	RENDAS	751.075,00			751.075,00	
051001	TERRENOS	3.183,00			3.183,00	
051005	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	747.891,00			747.891,00	
051099	OUTROS	1,00			1,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.957.270,00			6.957.270,00	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.957.270,00			6.957.270,00	
060301	ESTADO	6.715.230,00			6.715.230,00	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.280.092,00			4.280.092,00	
06030102	Fundo Social Municipal	373.143,00			373.143,00	
06030103	Participação Variável no IRS	668.800,00			668.800,00	
06030199	Outras	1.393.195,00			1.393.195,00	
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	242.040,00			242.040,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.206.724,00			1.206.724,00	
0701	VENDA DE BENS	140.179,00			140.179,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 2
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 2	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	200,00			200,00	
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	227,00			227,00	
070107	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	139.750,00			139.750,00	
070110	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	1,00			1,00	
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	1,00			1,00	
07011101	Água (Débito)	1,00			1,00	
0702	SERVIÇOS	988.821,00			988.821,00	
070207	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00			1,00	
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DEPORTO	191.964,00			191.964,00	
07020801	Serviços Sociais	1,00			1,00	
07020802	Serviços Recreativos	1,00			1,00	
0702080299	Outros serviços recreativos	1,00			1,00	
07020803	Serviços Culturais	1,00			1,00	
07020804	Serviços Desportivos	191.961,00			191.961,00	
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	796.855,00			796.855,00	
07020901	Saneamento	1,00			1,00	
07020902	Resíduos Sólidos	633.946,00			633.946,00	
07020903	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	15.195,00			15.195,00	
07020904	Trabalhos por Conta de Particulares	3.874,00			3.874,00	
07020906	Mercados e Feiras	1,00			1,00	
07020909	Reembolso Seguros	47.506,00			47.506,00	
07020999	Outros(Disp.)	96.332,00			96.332,00	
070299	Outros	1,00			1,00	
07029901	Encargos de cobrança de receitas	1,00			1,00	
0703	RENDAS	77.724,00			77.724,00	
070301	HABITAÇÕES	17.545,00			17.545,00	
070302	EDIFÍCIOS	60.177,00			60.177,00	
070399	OUTRAS	2,00			2,00	
07039901	Aluquer de Contadores Água (Abolido/Débito)	1,00			1,00	
07039902	OUTROS BENS	1,00			1,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.761,00			52.761,00	
0801	OUTRAS	52.761,00			52.761,00	
080199	OUTRAS	52.761,00			52.761,00	
08019901	Indeminizações por deteiorização, roubo e extravio de bens patrimoniais	1,00			1,00	
08019902	Indeminizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	7.897,00			7.897,00	
08019903	IVA reembolsado	1,00			1,00	
08019999	Diversas	44.862,00			44.862,00	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5,00			5,00	
0901	TERRENOS	1,00			1,00	
0903	EDIFÍCIOS	1,00			1,00	
090301	SOCIEDADES E QUASE - SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00			1,00	
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3,00			3,00	
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00			3,00	
09040101	Equipamento de Transporte	1,00			1,00	
09040102	Maquinaria e Equipamento	1,00			1,00	
09040103	Outros	1,00			1,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.567.613,00	561.500,00		4.129.113,00	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.567.612,00	561.500,00		4.129.112,00	
100301	ESTADO	1.172.567,00	50.000,00		1.222.567,00	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	475.566,00			475.566,00	
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	697.000,00	50.000,00		747.000,00	
10030199	Outras	1,00			1,00	
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.395.045,00	511.500,00		2.906.545,00	
10030701	FEDER	2.252.551,00	511.500,00		2.764.051,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 3
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 2	TOTAL DE REVISÕES : 2	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
10030704	FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE)	142.494,00			142.494,00	
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00			1,00	
100501	CONTINENTE	1,00			1,00	
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00			1,00	
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00			1,00	
110610	FAMÍLIAS	1,00			1,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	1.154.900,00		1.154.901,00	
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00	1.154.900,00		1.154.901,00	
120602	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1,00	1.154.900,00		1.154.901,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00			2,00	
1301	OUTRAS	2,00			2,00	
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00			1,00	
130199	OUTRAS	1,00			1,00	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00			1,00	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00			1,00	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00			1,00	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		716.344,78		716.344,78	
1601	SALDO ORÇAMENTAL		716.344,78		716.344,78	
160101	Na posse do serviço		716.344,78		716.344,78	
TOTAL ...		16.218.157,00	2.432.744,78		18.650.901,78	

Em 15 de abril de 2019
 pelo Prefeito

Em 29 de abril de 2019
 pelo Secretário de Finanças

[Assinaturas manuscritas]
 pelo Prefeito
 pelo Secretário de Finanças
 pelo Secretário de Finanças

[Assinaturas manuscritas]
 pelo Secretário de Finanças
 pelo Secretário de Finanças

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018	Periodo: 2018/01/02 a 2018/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
11		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL				
1101		ASSEMBLEIA MUNICIPAL				
1101	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
1101	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
1101	010204	AJUDAS DE CUSTO	1.000,00			1.000,00
1101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS				
1101	01021302	Outros	20.000,00	3.000,00		23.000,00
1101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
1101	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
1101	020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	1,00		1,00	
1101	020106	ALIMENTAÇÃO - GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	500,00		500,00	
1101	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	500,00		353,20	146,80
1101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1101	020210	TRANSPORTES	500,00		500,00	
1101	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	500,00		500,00	
1101	020217	PUBLICIDADE	500,00	1.500,00	2.000,00	
1101	020225	OUTROS SERVIÇOS	500,00	728,00	1.228,00	
1102		CÂMARA MUNICIPAL				
1102	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
1102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES				
1102	010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	191.824,00		15,07	191.808,93
1102	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO				
1102	01010401	Pessoal em funções	14.418,00		14.418,00	
1102	01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
1102	01010403	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
1102	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1,00		1,00	
1102	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO				
1102	01010601	Pessoal em funções	1,00		1,00	
1102	01010602	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
1102	01010603	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
1102	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1,00		1,00	
1102	010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	1,00		1,00	
1102	010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	1,00		1,00	
1102	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	86.450,00		380,20	86.069,80
1102	010111	REPRESENTAÇÃO				
1102	01011101	Membros do Órgãos Autárquicos	35.716,00		0,04	35.715,96
1102	01011102	Pessoal dos Quadros	1,00		1,00	
1102	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO				
1102	01011301	Susídio de Refeição - Pessoal dos Quadros				
1102	0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva	1.050,00		1.050,00	
1102	0101130102	Contrato por tempo indeterminado	1,00		1,00	
1102	01011302	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	4.198,00		234,13	3.963,87
1102	01011303	Susídio de Refeição - Órgãos Autárquicos	5.247,00	330,00	0,87	5.576,13
1102	010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL				
1102	01011401	Susídio de férias e de Natal - Pessoal dos Quadros				
1102	0101140101	Transitado de anterior nomeação definitiva	4.806,00		4.806,00	
1102	0101140102	Contrato por tempo indeterminado	1,00		1,00	
1102	01011402	Susídio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer Outra Situação	12.006,00	3.429,83		15.435,83
1102	010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	1.000,00		1.000,00	
1102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
1102	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1,00		1,00	
1102	010203	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00		1,00	
1102	010204	AJUDAS DE CUSTO	1.000,00		984,44	15,56
1102	010206	FORMAÇÃO	1,00		1,00	
1102	010207	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	1,00		1,00	
1102	010208	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO	1,00		1,00	
1102	010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	1,00		1,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 2
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
1102	010212	INDENIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1,00		1,00	
1102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS				
1102	01021301	Prêmios de desempenho	1,00		1,00	
1102	01021302	Outros	8.240,00		2.882,96	5.357,04
1102	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
1102	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	3.000,00		2.318,79	681,21
1102	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	1,00		1,00	
1102	010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	1,00		1,00	
1102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
1102	01030501	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	1,00		1,00	
1102	01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas(RCTFP)				
1102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	56.540,00		22.655,32	33.884,68
1102	0103050202	Segurança Social - Regime geral	22.318,00	3.583,36	26,41	25.874,95
1102	01030503	Segurança Social - Regime Geral				
1102	0103050301	Contribuição para a segurança social- OUTROS	3.364,00		586,78	2.777,22
1102	010306	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1,00		1,00	
1102	010308	OUTRAS PENSÕES	1,00		1,00	
1102	010309	SEGUROS				
1102	01030901	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais				
1102	0103090101	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (apólice)	1.000,00	599,01	1.000,00	599,01
1102	0103090102	Seguros de saúde	1,00		1,00	
1102	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL				
1102	01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	1,00		1,00	
1102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
1102	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
1102	020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1,00		1,00	
1102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1,00		1,00	
1102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	500,00	4.500,00	2.123,00	2.877,00
1102	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1,00		1,00	
1103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
1103	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
1103	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA				
1103	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
1103	03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	60.000,00		30.514,00	29.486,00
1103	0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA				
1103	030201	DESPESAS DIVERSAS	150,00			150,00
1103	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
1103	030307	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00			1,00
1103	0305	OUTROS JUROS				
1103	030501	Juros de Mora	1,00			1,00
1103	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1,00			1,00
1103	09	ACTIVOS FINANCEIROS				
1103	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO				
1103	090806	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	90.255,00		22.563,74	67.691,26
1103	10	PASSIVOS FINANCEIROS				
1103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
1103	100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	702.807,00	6.000,00		708.807,00
1104		CLASSES INACTIVAS				
1104	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
1104	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES				
1104	010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	4.500,00		1.274,67	3.225,33
1104	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1,00		1,00	
1104	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
1104	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	200,00		200,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página:
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA		DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
1104	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
1104	01030501	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	1,00		1,00	
1104	010306	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	19.662,00		7.314,42	12.347,58
1104	010308	OUTRAS PENSÕES	3.202,00		1.314,52	1.887,48
SO		SERVIÇOS MUNICIPAIS				
SO	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
SO	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES				
SO	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO				
SO	01010401	Pessoal em funções	2.170.537,00		83.882,08	2.086.654,92
SO	01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	72.350,00		29.675,93	42.674,07
SO	01010403	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
SO	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	212.271,00	102.772,81	132.318,85	182.724,96
SO	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO				
SO	01010601	Pessoal em funções	111.551,00		47.042,43	64.508,57
SO	01010602	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
SO	01010603	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00		1,00	
SO	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	14.418,00		14.418,00	
SO	010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	3.064,00	24.298,00	875,63	26.486,37
SO	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	40.946,00	33.037,69	1.142,71	72.840,98
SO	010111	REPRESENTAÇÃO				
SO	01011102	Pessoal dos Quadros	1,00		1,00	
SO	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO				
SO	01011301	Susídio de Refeição - Pessoal dos Quadros				
SO	0101130101	Transitado de anterior nomeação definitiva	199.385,00		23.061,70	176.323,30
SO	0101130102	Contrato por tempo indeterminado	77.656,00		782,68	76.873,32
SO	01011302	Susídio de Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	14.692,00		5.333,26	9.358,74
SO	010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL				
SO	01011401	Subsídio de férias e de Natal - Pessoal dos Quadros				
SO	0101140101	Transitado de anterior nomeação definitiva	310.512,00		6.653,27	303.858,73
SO	0101140102	Contrato por tempo indeterminado	92.701,00	2.020,00	4,16	94.716,84
SO	01011402	Subsídio de férias e de Natal - Pessoal Qualquer Outra Situação	20.995,00		8.229,05	12.765,95
SO	010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	17.000,00	7.278,84	2,04	24.276,80
SO	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
SO	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	24.000,00	5.111,00	1.154,81	27.956,19
SO	010203	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00		1,00	
SO	010204	AJUDAS DE CUSTO	9.400,00		2.218,69	7.181,31
SO	010205	ABONO PARA FALHAS	7.217,00		517,11	6.699,89
SO	010206	FORMAÇÃO	1,00		1,00	
SO	010207	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	1,00		1,00	
SO	010208	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO	1,00		1,00	
SO	010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	1,00		1,00	
SO	010211	SUBSÍDIO DE TURNO	47.172,00	10.990,00	1,87	58.160,13
SO	010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1,00	90.184,01		90.185,01
SO	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS				
SO	01021301	Prêmios de desempenho	1,00		1,00	
SO	01021302	Outros	1,00		1,00	
SO	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
SO	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	86.204,00	65.593,90		151.797,90
SO	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	28.843,00		1.448,66	27.394,34
SO	010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	1,00		1,00	
SO	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
SO	01030501	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	1,00		1,00	
SO	01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas(RCTPP)				
SO	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	455.350,00	88.000,00	35.109,90	508.240,10
SO	0103050202	Segurança Social - Regime geral	252.101,00	9.858,21	54.685,96	207.273,25
SO	01030503	Segurança Social - Regime Geral				

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 4
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	TOTAL DE REVISÕES : 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
SO	0103050301	Contribuição para a segurança social- OUTROS	1,00		1,00	
SO	010306	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1,00	12.200,57		12.201,57
SO	010308	OUTRAS PENSÕES	1,00		1,00	
SO	010309	SEGUROS				
SO	01030901	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais				
SO	0103090101	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (apólice)	70.000,00		25.000,00	45.000,00
SO	0103090102	Seguros de saúde	1,00		1,00	
SO	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL				
SO	01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	1.000,00	1.000,00	517,84	1.482,16
SO	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
SO	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
SO	020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	35.000,00	23.431,39	22.877,47	35.553,92
SO	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES				
SO	02010201	Gasolina	22.000,00	3.690,00	3.748,22	21.941,78
SO	02010202	Gasóleo	210.000,00	183.011,56	68.509,88	324.501,68
SO	02010299	Outros	51.000,00	53.376,13	548,99	103.827,14
SO	020104	LIMPEZA E HIGIENE	10.000,00	24.362,11		34.362,11
SO	020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	370.000,00	64.646,20	112.751,73	321.894,47
SO	020106	ALIMENTAÇÃO - GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	8.000,00	20.315,90	435,87	27.880,03
SO	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	8.000,00	10.722,98		18.722,98
SO	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7.500,00	25.928,36	16.000,00	17.428,36
SO	020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	8.000,00	22.279,74	127,51	30.152,23
SO	020111	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	200,00	355,19	133,47	421,72
SO	020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	30.000,00	55.326,45	5.000,00	80.326,45
SO	020113	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	1.000,00	1.423,06	154,19	2.268,87
SO	020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	10.000,00	7.203,93	1.000,85	16.203,08
SO	020115	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	8.000,00	10.118,10	764,90	17.353,20
SO	020116	MERCADORIAS PARA VENDA				
SO	02011603	Outras	10.000,00	23.037,14	9.178,97	23.858,17
SO	020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.000,00	5.853,44		7.853,44
SO	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	200,00	2.877,00	200,30	2.876,70
SO	020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00	559,55	254,41	805,14
SO	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	31.295,00	24.912,47	27.963,04	28.244,43
SO	020121	OUTROS BENS	129.750,00	258.381,55	134.114,31	254.017,24
SO	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
SO	020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	792.000,00	234.812,62	8.133,10	1.018.679,52
SO	020202	LIMPEZA E HIGIENE	556.462,00	235.456,70	123.922,05	667.996,65
SO	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	100.000,00	125.263,66	34.942,17	190.321,49
SO	020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	1,00		1,00	
SO	020209	COMUNICAÇÕES	65.000,00	5.099,63	9.656,88	60.442,75
SO	020210	TRANSPORTES	200.000,00	15.890,34	25.075,38	190.814,96
SO	020212	SEGUROS	136.847,00	6.051,41	58.943,56	83.954,85
SO	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.000,00	1.967,00		2.967,00
SO	020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	100.000,00	27.499,91	26.170,64	101.329,27
SO	020215	FORMAÇÃO	3.000,00	6.692,76	135,30	9.557,46
SO	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	500,00		500,00	
SO	020217	PUBLICIDADE	25.000,00	66.929,86	2.003,55	89.926,31
SO	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	12.000,00	59.031,62	18.689,14	52.342,48
SO	020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20.000,00	16.076,06	364,57	35.711,49
SO	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	310.000,00	85.468,09	102.296,07	293.172,02
SO	020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	30.000,00	68.800,00		98.800,00
SO	020225	OUTROS SERVIÇOS	374.931,00	330.290,79	168.319,53	536.902,26
SO	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
SO	0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
SO	040303	ESTADO- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1,00		1,00	
SO	040304	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1,00		1,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 5
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
TOTAL DE REVISÕES : 4						
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
ORGÂNICA	ECONÓMICA		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
SO	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
SO	040501	CONTINENTE				
SO	04050102	FREGUESIAS				
SO	0405010201	Almeirim	184.500,00		184.500,00	
SO	0405010202	Benfica do Ribatejo	123.979,00		123.978,50	
SO	0405010203	Fazendas de Almeirim	172.253,00		172.252,50	
SO	0405010204	Raposa	96.105,00		96.105,00	
SO	04050104	Associação de Municípios	82.588,00		71.024,04	
SO	04050108	Outros	15.000,00	21.594,01	33.114,01	
SO	0406	SEGURANÇA SOCIAL				
SO	040601	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	62.500,00	29.166,52	79.427,34	
SO	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
SO	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	663.500,00	258.905,02	862.005,27	
SO	0408	FAMÍLIAS				
SO	040802	OUTRAS	347.000,00	37.353,99	375.922,22	
SO	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
SO	0602	DIVERSAS				
SO	060203	OUTRAS				
SO	06020301	Outras Restituições	1,00		0,97	
SO	06020302	IVA Pago	10.000,00	3.447,58	13.447,58	
SO	06020399	Diversas	140.000,00	150,01	24.380,20	
SO	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
SO	0701	INVESTIMENTOS				
SO	070101	TERRENOS	50.000,00	1.374.115,00	836.030,00	
SO	070102	HABITAÇÕES				
SO	07010202	Aquisição	10.000,00		10.000,00	
SO	07010203	Reparação e Beneficiação	2.000,00		2.000,00	
SO	070103	EDIFÍCIOS				
SO	07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	196.000,00	441.067,91	377.034,43	
SO	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	233.000,00	215.503,76	271.847,69	
SO	07010305	ESCOLAS	402.000,00	85.288,67	461.952,40	
SO	07010307	OUTROS	876.000,00	791.285,23	1.301.148,43	
SO	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
SO	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	684.000,00	104.555,87	579.439,02	
SO	07010405	Parques e Jardins	74.000,00	75.634,12	114.977,27	
SO	07010408	Viação Rural	1.000,00	100.000,00	101.000,00	
SO	07010409	Sinalização e Transito	10.000,00	11.154,84	12.772,06	
SO	07010410	Infraestruturas para Distribuição de Energia Eléctrica	1.001.000,00	125.098,07	1.107.176,19	
SO	07010411	Infraestruturas para Tratamento de Resíduos Sólidos	1.000,00		1.000,00	
SO	07010413	Outros	494.000,00	457.516,20	442.750,00	
SO	070106	MATERIAL DE TRANSPORTES				
SO	07010602	Material Transporte - Outro	280.000,00	398.669,38	299.927,98	
SO	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	71.953,00	11.925,26	25.339,04	
SO	070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	40.500,00	11.636,80	11.753,36	
SO	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	28.718,00	17.920,40	17.917,41	
SO	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
SO	07011001	Equipamento Básico de recolha de resíduos	22.000,00	24.794,02	44.794,02	
SO	07011002	Equipamento básico - outro	97.500,00	69.181,42	105.789,92	
SO	070111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	5.000,00	4.004,45	9.003,95	
SO	070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	1.000,00		1.000,00	
SO	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA				
SO	070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	15.000,00	35.055,00	3.075,00	
SO	070207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO - LOCAÇÃO FINANCEIRA	1.000,00		1.000,00	
SO	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
SO	0801	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				
SO	080102	PRIVADAS	10.000,00		10.000,00	
SO	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 6
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 84	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
SO	080501	CONTINENTE				
SO	08050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	3.000,00		3.000,00	
SO	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
SO	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	335.000,00	43.000,00	165.412,71	212.587,29
TOTAL ...			16.218.157,00	7.331.181,46	4.898.436,68	18.650.901,78

Em 15 de abril de 2019
 [Assinatura]

Em 29 de abril de 2019
 [Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

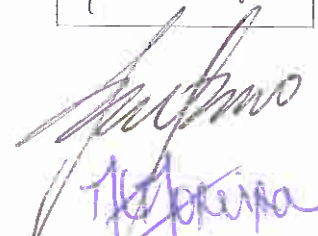
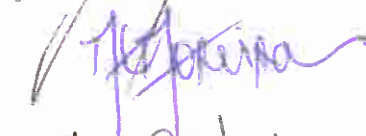

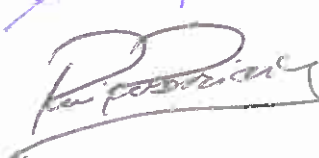
[Assinatura]

EMPRESA		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													Folha : 3		
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 66 TOTAL DE REVISÕES : 4 ANO ORÇAMENTÁRIO: 2018 PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31															
SEQUÊNCIA DE EXECUÇÃO PROPOSTA ANEXO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO ANEXO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DADOS		CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	VALOR REALIZADO	2018				ANOS SEQUENTES				REVISÃO	
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. ORÇADO		FINANCIAMENTO NÃO ORÇADO	2019	2020	2021		SEGUINTE
								DOF. INICIAL	DOF. CORREÇÃO	DOF. INICIAL	DOF. CORREÇÃO						
A TRANSFERIDA...								1.435.500,00	2.080.587,66	1.435.500,00	1.680.587,66	400.000,00	3.454.000,00	424.000,00		-15.112,31	
2.4.1.2.		Arranjos Urbanísticos															
2.4.1.2.02	2015 I 27	Novo Troço da Circular Urbana de Almeida	DA	2015/01/02	2018/12/31	0	07010401	50.000,00	17.731,26	50.000,00	17.731,26		5.000,00	5.000,00		-12.268,74	
2.4.1.2.06	2016 I 41	Construção de Calçadas - FIC200	DA	2016/01/02	2018/12/31	0	07010401	200.000,00	15.778,00	200.000,00	15.778,00		50.000,00	50.000,00		-144.222,00	
2.4.1.2.09	2017 I 48	Requalificação de Calçadas e respectiva sinalização - FIC200	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010401	10.000,00		10.000,00			1.000,00	1.000,00		-9.000,00	
2.4.1.2.09	2017 I 57	Requalificação da ponte S. Manuel I	DA	2017/01/02	2018/12/31	1	07010401	1.000,00		1.000,00			1.000,00	1.000,00		-1.000,00	
2.4.1.2.09	2018 I 24	Acréscimos e Arranjos Urbanísticos nas Freixas	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010401	50.000,00	246.205,49	50.000,00	246.205,49					196.205,49	
2.4.1.2.09	2018 I 25	Passeios para a mobilidade	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010401	1.000,00		1.000,00						-1.000,00	
2.4.1.3.		Planeamento Urbanístico															
2.4.1.3.01	2018 I 56	Estudos e Projetos Técnicos	EX	2018/01/02	2018/12/31	0	07010401	200.000,00	169.254,73	200.000,00	169.254,73					-30.745,27	
2.4.1.4.		Técnicos															
2.4.1.4.01	2016 I 34	Aquisição de Terrenos e Edifícios	EX	2016/01/02	2018/12/31	0	070101			50.000,00	836.030,00					786.030,00	
2.4.1.4.01	2017 I 34	Aquisição de Terrenos e Edifícios	EX				07010101	100.000,00	1.485.390,00	50.000,00	649.360,00					599.360,00	
2.4.5.		Resíduos sólidos															
2.4.5.01	2018 I 26	Equipado de contentores e instalação	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07011001	20.000,00	44.794,02	20.000,00	44.794,02					24.794,02	
2.4.5.01	2018 I 27	Requalificação do Sistema de recolha	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010111	1.000,00		1.000,00						-1.000,00	
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da natureza															
2.4.6.1.		Arranjos urbanísticos															
2.4.6.1.01	2015 I 42	Requalificação do Campo de Sporting de Fátima de Almeida	DA	2015/01/02	2018/12/31	0	07010405	20.000,00	8.027,55	20.000,00	8.027,55					-11.972,45	
2.4.6.1.01	2016 I 47	Requalificação da Praça frente ao Pavilhão ABC	DA	2016/01/02	2018/12/31	0	07010405	1.000,00	49.399,05	1.000,00	49.399,05		50.000,00	50.000,00		48.399,05	
2.4.6.1.03	2017 I 51	Arranjos Exteriores anexas ao Hospital e do Mercado Municipal - FIC200	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010401	150.000,00	130.469,46	150.000,00	130.469,46		15.000,00			-19.530,54	
2.4.6.1.03	2017 I 52	Arranjo Paisagístico do Jardim da República - FIC200	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010405	1.000,00		1.000,00			80.000,00	80.000,00		-1.000,00	
2.4.6.1.03	2018 I 33	Requalificação do Espaço da Rua D'El Rei - FIC200	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010413	1.000,00		1.000,00			80.000,00	80.000,00		-1.000,00	
2.4.6.1.03	2017 I 53	Requalificação do parque de recreio da Raposa	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010405	50.000,00	9.840,00	50.000,00	9.840,00		5.000,00	5.000,00		-10.160,00	
2.4.6.1.03	2017 I 54	Parque da Cordeira e Parque da Raposa	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010413	400.000,00	323.328,80	400.000,00	323.328,80		25.000,00	25.000,00		-174.671,20	
2.4.6.1.03	2017 I 55	Construção do Parque Urbano de Fátima de Almeida	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010405	1.000,00	17.958,00	1.000,00	17.958,00		1.000,00	1.000,00		16.958,00	
2.4.6.1.03	2018 I 28	Construção, Conservação e Recuperação de Parques, Zonas Verdes e Arranjos Paisagísticos da Responsabilidade do Município	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010405	1.000,00	29.752,67	1.000,00	29.752,67					28.752,67	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos															
2.5.1.		Cultura															
2.5.1.01	2017 I 39	Centro de Interpretação Histórica de Almeida (2ª Fase)	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010307	1.000,00		1.000,00			20.000,00	20.000,00		-1.000,00	
2.5.1.01	2017 I 39	Requalificação do Monumento de São Roque	DA	2017/01/02	2018/12/31	0	07010307	1.000,00		1.000,00			5.000,00	5.000,00		-1.000,00	
2.5.1.01	2018 I 36	Requalificação do Espaço envolvente ao Antigo Convento da Nossa III - FIC200	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010401	1.000,00		1.000,00			50.000,00	50.000,00		-1.000,00	
2.5.1.01	2018 I 39	Requalificação do Molho da Moura	DA	2018/01/02	2018/12/31	0	07010307	1.000,00		1.000,00			1.000,00	1.000,00		-1.000,00	
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer															
2.5.2.01	2016 I 33	Requalificação das bancadas e requalificação do Estádio Municipal	DA	2016/01/02	2018/12/31	0	07010302	75.000,00	161.830,10	75.000,00	161.830,10					16.830,10	

ENTRADA		MODIFICAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS												Página : 5			
NÚMERO DE REGISTRO		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 66 TOTAL DE REVISÕES : 4 ANO CONTÁBIL/EXERCÍCIO: 2019 PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31															
NÚMERO DE REGISTRO / PROPOSTA / PROJETO / LÍQUIDA	IDENTIFICAÇÃO DO EPOL ACORDO	NOME DO PROJETO	RECURSOS	DADOS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2018			ANOS SEQUENTES				MODIFICAÇÕES		
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. ORÇAMENTAL		FINANCIAMENTO NÃO ORÇAMENTAL	2019	2020		2021	SEGUINTE
								DOZ. INICIAL	DOZ. CORREÇÃO	DOZ. INICIAL	DOZ. CORREÇÃO						
2 TRANSFERÊNCIAS...								4.895.500,00	6.635.315,46	4.895.500,00	6.235.315,46	400.000,00	5.174.500,00	1.126.500,00		1.339.815,46	
1.1	01	2018 : 12	Conservação do Centro de Pesquisa Oficial de Análise de Compostos (Cenac)	500	2018/06/12	2018/12/31	00010413					50.000,00					
TOTAL ...								4.895.500,00	6.635.315,46	4.895.500,00	6.235.315,46	400.000,00	5.174.500,00	1.126.500,00		1.339.815,46	

15 abril de 2019
 Ten. 15

29 abril de 2019
 for de valores
 Teresa Silva



 Paulo Roberto
 Sônia Lúcia



ENTRADA		MONITORIZAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS												PÁGINA : 1		
RESUMO DE EXECUÇÃO		TOTAL DE ATRIBUIÇÕES : 55 TOTAL DE ENTREVISTAS : 1 ANO CONTABILÍSTICO: 2016 PERÍODO: 2016/01/02 a 2016/12/31														
CLASSIFICATÓRIA / FUNÇÃO / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFICADORA (C) / PROJ. / AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DADOS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR	2016				ANOS SEQUENTES				
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. OBTIDO		FINANCIAMENTO NÃO OBTIDO	2019	2020	2021	SEQUENTES
								DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA					
1.		FUNÇÕES GERAIS														
1.2.		Segurança e ordem públicas														
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios														
1.2.1.1.		Bombeiros														
1.2.1.1.1.	2016 A 1	AÇÃO DE PREVENÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (A)	EX	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020121	250,00		250,00					-250,00
1.2.1.1.2.	2016 A 1	TRANSFERÊNCIA PARA FUNCIONAMENTO	EX	2016/01/02	2016/12/31	0	50	040701	210.000,00	194.000,00	210.000,00	194.000,00				-16.000,00
1.2.1.1.3.	2016 A 3	PROTEÇÃO PARA EQUIPA DE INTERVENÇÃO	EX	2016/01/02	2016/12/31	0	50	040701	27.500,00	27.912,50	27.500,00	27.912,50	27.500,00	27.500,00	27.500,00	0,00
2.		FUNÇÕES SOCIAIS														
2.1.		Educação														
2.1.1.		E ensino não superior														
2.1.1.1.		E ensino Pré-escolar														
2.1.1.1.1.	2016 A 6	CONSERVAÇÃO E OBTENÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA AS DIVERSAS ESCOLAS (A)	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020203	5.000,00		5.000,00					-5.000,00
2.1.1.1.2.	2016 A 6	E ensino básico 1º ciclo	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020225	15.000,00		15.000,00					-15.000,00
2.1.1.1.3.	2016 A 7	Atividades de Enriquecimento Curricular	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020225	65.000,00	43.940,30	65.000,00	43.940,30	65.000,00	65.000,00	65.000,00	-1.059,70
2.1.1.1.4.	2016 A 8	Transferências para funcionamento	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	04050106	15.000,00	16.076,87	15.000,00	16.076,87				0,00
2.1.1.1.5.	2016 A 9	Conservação de Edifícios e Equipamentos (A)	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020203	5.000,00		5.000,00					-5.000,00
2.1.1.1.6.	2016 A 10	E ensino básico 2º e 3º ciclos	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020121			2.500,00	2.478,93				-21,07
2.1.1.1.7.	2016 A 10	Ação às diversas Escolas	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020203	7.500,00	2.855,41	5.000,00	376,59				-2.623,41
2.1.1.1.8.	2016 A 12	Prémio melhor aluno	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	040602	2.000,00	7.345,90	2.000,00	7.345,90				5.345,90
2.1.1.1.9.	2016 A 12	E ensino básico	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020120	167.640,00	10.800,00	5.716,00					-1.084,00
2.1.1.1.10.	2016 A 12	Planos Integrados Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020225			113.931,00	10.800,00				-103.131,00
2.1.1.1.11.	2016 A 12	Planos Integrados Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	070107			30.453,00					-30.453,00
2.1.1.1.12.	2016 A 12	Planos Integrados Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	070106			5.716,00					-5.716,00
2.1.1.1.13.	2016 A 12	Departamento Participativo das Escolas	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020121	1.000,00		1.000,00					-1.000,00
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino														
2.1.2.1.		Ação social escolar														
2.1.2.1.1.	2016 A 13	transferências para refeições e refeições servidas	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020105	350.000,00	308.052,71	350.000,00	308.052,71	308.052,71	308.052,71	308.052,71	-41.947,29
2.1.2.1.2.	2016 A 14	Transferências Escolares	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020210	150.000,00	153.202,77	150.000,00	153.202,77				3.202,77
2.1.2.1.3.	2016 A 15	Avulsos Escolares	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	010802	5.000,00	8.851,00	5.000,00	8.851,00				3.851,00
2.1.2.1.4.	2016 A 16	Bolsas de Estudo	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	010802	40.000,00	32.852,20	40.000,00	32.852,20				-7.147,80
2.2.		Saúde														
2.2.1.		Serviços individuais de saúde														
2.2.1.1.		Grupo de doentes especiais														
2.2.1.1.1.	2016 A 16	Ação de internamentos sociais de estudantes	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020225	1.000,00		1.000,00					-1.000,00
2.2.1.1.2.	2016 A 17	Prevenção	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020217	1.000,00		1.000,00					-1.000,00
2.2.1.1.3.	2016 A 20	Campanhas de informação e desorientação	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	020225	12.000,00	14.023,99	12.000,00	14.023,99				2.023,99
2.2.1.1.4.	2016 A 21	Ação de Prevenção de Incêndios	OSC	2016/01/02	2016/12/31	0	50	040701	1.000,00		1.000,00					-1.000,00
2.3.		Segurança e ação social														

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A. Silva", "T. Silva", "M. Silva", and others, along with a large "X" mark.]

ENTIDADE		TOTAL DE ADEMPÇÕES : 55												TOTAL DE ANOS : 1				ANO ORÇAMENTÁRIO: 2018				PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31				RÉGULA : 1			
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DADOS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR	2018				ANOS SEQUENTES				MODIFICAÇÕES											
						INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. DEBITADO		FINANCIAMENTO NÃO DEBITADO	2019	2020	2021		SEQUENTES										
										DOF. INICIAL	DOF. CORRIGIDA	DOF. INICIAL	DOF. CORRIGIDA																
2 TRANSFORMA...										1.080.890,00	820.612,33	1.080.890,00	820.612,33		879.845,00	879.845,00	482.500,00		-208.271,40										
2.3.2.				Ação social																									
2.3.2.1.				Crèches e centros de dia																									
2.3.2.1.1.	01	2018	2018	Transferências para I.F.S.S.'s	080	2018/01/02	2018/12/31	0	59	040601	60.000,00	76.291,95	60.000,00	76.291,95						16.291,95									
2.3.2.1.1.	02	2018	2018	Ação de conservação de edifícios das I.F.S.S.'s	080	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020121			5.000,00							-5.000,00									
2.3.2.1.1.	02	2018	2018	Ação de conservação de edifícios das I.F.S.S.'s					59	020203	10.000,00		5.000,00							-5.000,00									
2.3.2.1.1.	03	2018	2018	Transferências para a entidades de caráter Social	080	2018/01/02	2018/12/31	5	59	040601	2.500,00	3.135,39	2.500,00	3.135,39						635,39									
2.3.2.1.1.	04	2018	2018	Ação de Incubação de Emprego	080	2018/01/02	2018/12/31	5	59	020225	1.000,00		1.000,00							-1.000,00									
2.3.2.1.1.	05	2018	2018	Festa de Natal	080	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020115			5.000,00	1.721,93						-1.721,93									
2.3.2.1.1.	06	2018	2018	Festa de Natal					59	020225	10.000,00	7.349,16	5.000,00	5.627,25						627,25									
2.3.2.2.				Recuperação de casas degradadas - Realojamentos																									
2.3.2.2.1.	01	2018	2018	Melhoramento em casas de pessoas carentes	09	2018/01/02	2018/12/31	6	59	020123			10.000,00							6.319,99									
2.3.2.2.1.	01	2018	2018	Melhoramento em casas de pessoas carentes					59	020203	11.000,00	21.239,99	1.000,00	4.900,00						3.300,00									
2.3.2.5.				Transferências para instituições de apoio social																									
2.3.2.5.1.	01	2018	2018	Transferências para instituições de apoio social	080	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020121	10.000,00		10.000,00							-10.000,00									
2.3.2.6.				Contrato Emprego-Inserção, Inserção, Estágios Profissionais																									
2.3.2.6.1.	01	2018	2018	Contrato Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção e Estágios Profissionais, Estágios PERAL e Programas Organizacionais	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020216			13.000,00	8.653,40		313.000,00	313.000,00	393.000,00		-4.346,40									
2.3.2.6.1.	01	2018	2018	Contrato Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção e Estágios Profissionais, Estágios PERAL e Programas Organizacionais					59	020202	313.000,00	313.627,04	300.000,00	304.363,44						4.363,44									
2.4.				Habituação e serviços coletivos																									
2.4.1.				Habituação																									
2.4.1.2.				Arranjos Urbanísticos																									
2.4.1.2.1.	01	2018	2018	ACQUISICÃO DE MATERIAIS PAISAGIS	09	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020301	30.000,00	1.143,90	30.000,00	1.143,90						-18.856,10									
2.4.3.				Saneamento																									
2.4.3.1.				Redes de esgotos domésticos e pluviais																									
2.4.3.1.1.	01	2018	2018	LIMPEZA DE VALETAS, BUEIROS,	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020121			5.000,00							-5.000,00									
2.4.3.1.1.	01	2018	2018	APRIMORAMENTO E REPAROS EM REDES DE VALETAS, BUEIROS,					59	020203	10.000,00		5.000,00							-5.000,00									
2.4.3.1.1.	01	2018	2018	APRIMORAMENTO E REPAROS EM REDES DE VALETAS, BUEIROS,	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020202	10.000,00		10.000,00							-10.000,00									
2.4.5.				Resíduos sólidos																									
2.4.5.1.	01	2018	2018	TRATAMENTO E REPARO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020202	191.462,00	621.462,00	191.462,00	621.462,00						191.462,00									
2.4.6.				Proteção do meio ambiente e conservação da natureza																									
2.4.6.2.				Higiene e limpeza																									
2.4.6.2.1.	01	2018	2018	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020202	5.000,00	1.340,70	5.000,00	1.340,70						-1.659,30									
2.4.6.2.2.	01	2018	2018	CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O CUIDADO DO AMBIENTE	08	2018/01/02	2018/12/31	0	59	020121	1.600,00		1.600,00							-1.600,00									

INSTITUTO		TOTAL DE AUTORAÇÕES: 55		TOTAL DE REVISÕES: 1		ANO CONTÁBIL: 2016		PERÍODO: 2016/01/01 a 2016/12/31		PÁGINA: 1							
PROGRAMA / SUBPROGRAMA / PROJETO	UNIFICADO / COTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DÍGITOS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2016				ANOS SEGUINTE				TOTAL	
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. ORÇAMENTO		FINANCIAMENTO NÃO ORÇAMENTAL	2019	2020	2021		SEGUINTE
								DOF. INICIAL	DOF. CORREÇÃO	DOF. INICIAL	DOF. CORREÇÃO						
A TRANSFERIR...								2.045.852,00	1.866.197,39	2.045.852,00	1.866.197,39		1.192.045,00	1.186.844,67	755.500,00		-179.654,47
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos															
2.5.1.		Cultura															
2.5.1.1.	01	2016 A 50 Apoio a atividades culturais do Conselho	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020121			5.000,00	1.755,02						-3.244,98
2.5.1.1.	01	2016 A 40 Apoio a atividades culturais do Conselho					020225	20.000,00	55.050,48	15.000,00	51.303,46						30.000,46
2.5.1.1.	02	2016 A 44 Apoio à conservação de edifícios e equipamentos religiosos	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020121			5.000,00	1.230,00						-3.770,00
2.5.1.1.	02	2016 A 37 Apoio à conservação de edifícios e equipamentos religiosos					020203	10.000,00	1.230,00	5.000,00							-5.000,00
2.5.1.1.	03	2016 A 35 Aquisição de livros bibliográficos	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020120	5.000,00	6.546,50	5.000,00	6.546,50						1.546,50
2.5.1.1.	04	2016 A 37 Aquisição de livros e livros - biblioteca itinerante	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020120	5.000,00		5.000,00							-5.000,00
2.5.1.1.	02	2016 A 30 Itinerários de arqueologia e história do patrimônio arqueológico	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020225	1.000,00	5.965,50	1.000,00	5.965,50						4.965,50
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer															
2.5.2.1.	01	2016 A 40 Apoio a atividades desportivas	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020225	5.000,00		5.000,00							-5.000,00
2.5.2.1.	02	2016 A 34 Recreação para apoio às atividades	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020201	400.000,00	636.592,77	400.000,00	636.592,77						236.592,77
2.5.2.1.	03	2016 A 42 Aluguer de equipamento	000	2016/01/01	2016/12/31	0	0201603	5.000,00		5.000,00							-5.000,00
3.		Serviços económicos															
3.2.		Indústria e energia															
3.2.1.		Iluminação Pública															
3.2.1.1.	01	2016 A 46 Custos de energia elétrica pelo Conselho	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020201	500.000,00	572.220,05	500.000,00	572.220,05		500.000,00	500.000,00	500.000,00		72.220,05
3.2.1.1.	01	2016 A 54 Aquisição de combustíveis e lubrificantes	000	2016/01/01	2016/12/31	0	0201001					3.690,00					3.690,00
3.2.1.1.	01	2016 A 54 Aquisição de combustíveis e lubrificantes					0201002					21.057,60					21.057,60
3.2.1.1.	01	2016 A 34 Aquisição de combustíveis e lubrificantes					0201025		25.624,59		876,59						876,59
3.3.		Transportes e comunicações															
3.3.1.		Transportes rodoviários															
3.3.1.1.	01	2016 A 43 Aquisição e concessão de números de táxi e placas rodoviárias	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020121	2.000,00		2.000,00							-2.000,00
3.3.1.1.	01	2016 A 45 Reforço de manutenção - passageiros	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020225	45.000,00	40.428,92	45.000,00	40.428,92		45.000,00	45.000,00	45.000,00		-4.571,08
3.4.		Comércio e turismo															
3.4.2.		Parque															
3.4.2.1.	01	2016 A 41 Custos de material promocional	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020121	5.000,00	5.512,12	5.000,00	5.512,12						512,12
3.4.2.1.	01	2016 A 42 Festas da cidade	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020225	75.000,00	73.341,40	75.000,00	73.341,40						-1.658,60
3.5.		Incentivos à viabilização da atividade económica															
3.5.1.	01	2016 A 34 Aquisição de produtos tradicionais	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020225	5.000,00	16.405,00	5.000,00	16.405,00						11.405,00
3.5.1.	01	2016 A 36 Apoio de manutenção (para compra de material)	000	2016/01/01	2016/12/31	0	0201603			5.000,00	5.000,00						
3.5.1.	01	2016 A 36 Apoio de manutenção (para compra de material)					020225	6.000,00	8.423,09	1.000,00	3.423,09						2.423,09
3.5.1.	01	2016 A 4 Os serviços e serviços	000	2016/01/01	2016/12/31	0	020201	25.000,00		25.000,00							-25.000,00

MOBILIZAÇÕES

NE

8

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

179.654,47

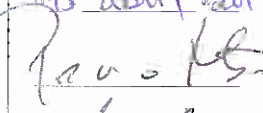
179.654,47

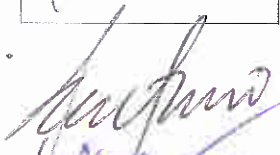

179.654,47



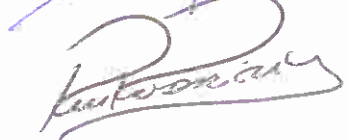
179.654,47

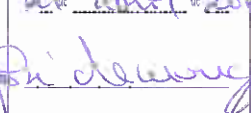
179.654,47

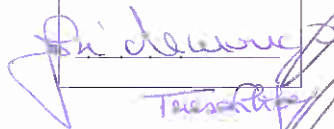
ENTIDADE		Página : 4																
MUNICÍPIO DE AMERIN		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 55 TOTAL DE REVISÕES : 1 ANO ORÇAMENTAL: 2016 PERÍODO: 2016/01/02 a 2016/12/31																
CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA	CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CÓDIGO		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2016				ANOS SEQUENTES				MUTUAÇÕES		
				FUNÇÃO	ITEM			TOTAL		FINANC. DEVIDO		FINANCIAMENTO NÃO DESTINADO	2019	2020	2021		SEQUENTES	
								DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA							
A TRANSPORTAR...								3.159.852,00	3.318.746,01	3.159.852,00	3.318.746,01		2.098.905,30	2.092.984,97	1.636.015,71		158.234,06	
3.3	05	2016 A 30	PROJETOS E VIABILIDADE DA ATIVIDADE PESQUISA	CA	2016/01/02	2016/12/31	0	10.000,00		10.000,00								-10.000,00
TOTAL ...								3.169.852,00	3.318.746,01	3.169.852,00	3.318.746,01		2.098.905,30	2.092.984,97	1.636.015,71		148.234,06	

15 de abril de 2019




 João Carlos

29 de abril de 2019



 Tereza Rêgo

EMPRESA	CONTRATO				VISTO DO T.C.		DATA DO PAGAMENTO	PAGAMENTOS DA GARANTIA				PAGAMENTOS ACUMULADOS				OBSERVAÇÕES
	Objeto	Data	Valor	Moeda	N.º Reg.	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	
UNIM - CONSTRUÇÕES, Lda SOLANGE RIBEIRO, S.A.	45/2016 76/2017	CONTRATO DE 76/2017 AQUISIÇÃO DE ANÁLISES DE SEDIMENTOS POR UM PERÍODO DE 24 MESES - ACORDO QUADRO DE 04/2017	2016/03/01 2017/12/13	11.463,76 153.974,06	Rea Esc		2016/03/14 2016/04/02	12.151,60 109.974,06			12.151,60 109.974,06			12.151,60 109.974,06		
CENSA DE MÉDIO AGRÍCOLA MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	096/197	JURIS RELATIVO AO EMPRESTIMO (CENSA DO 197)	2017/05/09	30.264,73		1991	2017/05/24 2018/01/10	2.827,62			2.827,62			2.827,62		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	14/2017	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS FOMENTO E INSTALAÇÃO DE 4 CONTENEDORES SISTEMAS PARA RSU	2017/02/07	25.444,00	g		2016/03/28	31.296,32			31.296,32			31.296,32		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	15/2017	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2017/02/21	14.560,00	g		2017/03/17	2.095,92			2.095,92			16.560,72		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	17/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/02/07	12.994,00	g		2016/06/22	15.970,32			15.970,32			15.970,32	RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	19/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/02/10	15.366,40	g		2016/04/13	14.366,40			14.366,40			14.366,40		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	2/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/01/12	229.803,82	g		2016/04/18 2016/04/20	229.803,82			229.803,82			610.309,67		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	26/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/03/13	5.553,70	g		2016/05/17	5.553,70			5.553,70			5.553,70		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	26/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/03/17	20.917,38	g		2016/05/18	20.917,38			20.917,38			20.917,38		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	26/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/03/20	5.231,34	g		2016/04/12	5.231,34			5.231,34			5.231,34		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	3/2016	CONTRATO DE 3/2016 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FOMENTADOS, EM FOMOS DE ABASTECIMENTO FOMENTADOS, EM FOMOS DE ABASTECIMENTO FOMENTADOS, EM FOMOS DE ABASTECIMENTO	2016/01/22	49.605,26	g		2016/04/20	18.672,09			18.672,09			51.916,63		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	31/2017	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2017/09/03	22.542,59	g		2017/09/07	14.697,02			14.697,02			22.542,59		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	32/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/04/02	8.762,78	g		2016/04/05	8.762,78			8.762,78			8.762,78		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	70/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/07/06	275.043,21	g		2016/12/16	14.662,86			14.662,86			275.043,21		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	33/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/03/15	37.069,46	g		2016/05/21	37.069,46			37.069,46			37.069,46		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	34/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/03/15	12.631,50	g		2016/05/18	12.631,50			12.631,50			12.631,50		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	4/2015	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2015/01/19	32.472,00	g		2015/02/11	701,38			701,38			32.472,00		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	4/2016	RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA RECURSOS-RECURSOS PARA	2016/01/15	15.933,12	g		2016/04/20	2.933,67			2.933,67			14.181,79		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	40/2016	CONTRATO DE 40/2016 "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INTERIOR PARA CAMPO DE SPORTING"	2016/04/03	21.081,47	g		2016/05/21	21.081,47			21.081,47			21.081,47		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	50/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ABASTECIMENTO DO CONCELHO DE ALBUFEIJA - LOTE 1	2016/07/04	92.115,00	a		2016/08/12	18.240,49			18.240,49			98.705,63		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	53/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ABASTECIMENTO DO CONCELHO DE ALBUFEIJA - LOTE 2	2016/07/04	26.405,60	a		2016/08/17	6.300,90			6.300,90			90.203,79		
RECURSOS-RECURSOS RECURSOS-RECURSOS	54/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ABASTECIMENTO DO CONCELHO DE ALBUFEIJA - LOTE 3	2016/07/04	6.693,00	a		2016/08/17	1.987,88			1.987,88			7.380,69		

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Ano : 2018

Página : 1

Período : 2018/01/01 a 2018/12/31

UNIDADE DE GESTÃO:

EMPRESA	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS DA GESTÃO				PAGAMENTOS ACUMULADOS				Observações
	Objeto	Data	Valor	R\$	R\$		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS ESCOLARES PARA OS ANOS LETIVOS DE 2016/2017 E 2017/2018	2016/09/16	616.463,64	g	2015	2016/10/13	2016/11/18	175.855,12		175.855,12	175.855,12			522.238,73	
SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TUBULOS, S.A.	59/2017 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL DE BOMBA DO FORTALE	2017/07/10	15.355,32	g			2018/03/26	18.087,04		18.087,04	18.087,04			18.087,04	
ALBERTO L. COMPANHIA, LDA	51/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA OBRAS DIVERSAS DO COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/10/21	33.821,66	g			2016/11/21	3.619,43		3.619,43	28.141,73			28.141,73	
ALBERTO L. COMPANHIA, LDA	53/2016 AQUISIÇÃO DE VANTAGEM LÍQUIDA DE MERCADORIAS	2016/06/07	12.000,00	g			2018/09/28	12.000,00		12.000,00	12.000,00			12.000,00	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS ESCOLARES PARA OS ANOS LETIVOS DE 2016/2017 E 2017/2018	2016/09/16	627.472,28	g	2015	2016/11/13	2018/12/05	83.846,23		83.846,23	83.846,23			65.866,23	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	66/2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/10/21	14.518,00	g			2018/12/05	4.634,38		4.634,38	4.634,38			4.634,38	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/09/16	31.796,55	g			2018/05/02	31.796,55		31.796,55	31.796,55			31.796,55	FEITO DE MATERIAIS DO DEAS
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/10/21	29.755,43	g			2018/05/18	29.755,43		29.755,43	29.755,43			29.755,43	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/09/16	293.443,53	g	2015	2016/11/13	2017/12/05	293.443,53		293.443,53	293.443,53			293.443,53	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/09/16	126.002,00	g			2018/05/18	126.002,00		126.002,00	126.002,00			126.002,00	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/10/21	152.345,15	g			2017/12/22	152.345,15		152.345,15	152.345,15			152.345,15	FEITO DE MATERIAIS DO DEAS
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	44/2016 REABILITAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAÇÃO DO COMPLEXO DO MINISTÉRIO - OBRAS DE REPARO E MANUTENÇÃO	2016/06/04	307.911,19	a			2016/07/05	307.911,19		307.911,19	307.911,19			307.911,19	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	44/2016 REABILITAÇÃO DA ESCOLA DE IRMÃS DO DEAS	2016/06/04	122.757,20	a			2018/10/22	122.757,20		122.757,20	122.757,20			122.757,20	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	44/2016 REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ESTÁDIO MUNICIPAL - 2º FASE	2017/06/03	91.322,06	a			2017/09/22	91.322,06		91.322,06	91.322,06			91.322,06	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	2016/06/04	67.674,37	a			2016/12/18	67.674,37		67.674,37	67.674,37			67.674,37	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE ESPORTES DO DEAS	2016/06/04	3.091,89	a			2016/07/16	3.091,89		3.091,89	3.091,89			3.091,89	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO DO COMPLEXO DO DEAS	2016/06/04	24.133,80	a			2018/10/11	24.133,80		24.133,80	24.133,80			24.133,80	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO DO COMPLEXO DO DEAS	2016/06/04	35.236,83	a			2017/11/21	35.236,83		35.236,83	35.236,83			35.236,83	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	73/2017 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO DO COMPLEXO DO DEAS	2017/12/07	16.065,55	a			2018/02/21	16.065,55		16.065,55	16.065,55			16.065,55	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/09/16	15.000,00	g			2018/03/06	5.192,72		5.192,72	5.192,72			5.192,72	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	59/2016 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/10/21	10.900,00	g			2018/02/15	6.642,00		6.642,00	6.642,00			6.642,00	
GRUPO - COMP. GERAL DE EQUIPAMENTOS E ELETRICIDADES, S.A.	29/2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O COMPLEXO DO MINISTÉRIO	2016/09/16	22.206,00	g			2018/01/22	13.653,00		13.653,00	13.653,00			13.653,00	

[illegible]

Período : 2018/01/02 a 2018/12/31

Página : 3

[illegible]

1. H_2O : 100
 2. H_2O : 100

Período : 2018/01/02 a 2018/12/31

EMPRESA	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PAGAMENTO	PAGAMENTOS DA GRUPO				PAGAMENTOS ACUMULADOS				OBSERVAÇÕES
	Objeto	Data	Valor	Mod	N.º Reg.		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	
FEIJES MICHEL CONSULTORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO	20/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO PARA MELHORIA DA EFICIÊNCIA DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS E RUA DE 2016 NA PARALISADA DE MONTA	2016/02/26	8.610,00	g		2016/04/12	8.610,00			8.610,00	8.610,00		8.610,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	02/2016	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOMATIZAÇÃO DE CÓPIA E IMPRESSÃO	2016/03/19	15.456,94	g		2016/04/15	15.456,94			15.456,94	15.456,94		15.456,94	PRazo de execução: 16 meses
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	6.300,00	g		2016/05/23	1.004,43			1.004,43	1.004,43		1.004,43	PRazo de execução: 24 meses com início desde a data de assinatura do contrato
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	27.817,96	g		2016/05/02	27.817,96			27.817,96	27.817,96		27.817,96	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	16.695,00	g		2016/05/14	16.695,00			16.695,00	16.695,00		16.695,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	259.769,74	g		2016/05/19	1.330,63			1.330,63	259.769,74		259.769,74	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	24.231,00	g		2016/05/24	1.211,55			1.211,55	24.231,00		24.231,00	PRazo de execução: 45 dias
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	4.490,28	g		2016/05/19	4.490,28			4.490,28	4.490,28		4.490,28	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	114.427,00	g		2016/05/14	15.812,00			15.812,00	114.427,00		114.427,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	73.652,40	g		2017/05/14	26.415,67			26.415,67	73.652,40		73.652,40	PRazo de execução: 20 meses
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	6.040,88	g		2016/04/27	6.040,88			6.040,88	6.040,88		6.040,88	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	20.816,40	g		2016/05/09	18.736,56			18.736,56	20.816,40		20.816,40	PRazo de execução: 167 dias (até 20 dias)
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	10.800,00	g		2016/05/19	10.800,00			10.800,00	10.800,00		10.800,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	15.896,05	g		2016/12/05	10.006,05			10.006,05	15.896,05		15.896,05	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	8.700,00	g		2016/05/15	8.700,00			8.700,00	8.700,00		8.700,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	25.830,00	g		2016/04/13	25.830,00			25.830,00	25.830,00		25.830,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	10.800,00	g		2016/05/15	10.800,00			10.800,00	10.800,00		10.800,00	
CONTECH SOLUTIONS, LDA	01/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	2016/02/27	26.296,50	g		2016/11/04	26.296,50			26.296,50	26.296,50		26.296,50	PRazo de execução: 2016/2017 ; 2017/2018 ; 2018/2019 ; 2019/2020 ; 2020/2021 ; 2021/2022 ; 2022/2023 ; 2023/2024 ; 2024/2025 ; 2025/2026 ; 2026/20

$$I_{\text{eff}} = \frac{2.54}{1.53} = 1.66$$

REFERENCES

Período : 2018/01/02 a 2018/12/31

Figure 1

ENTRADA	CONTRATO		VISTO DO T.C.				DATA DO	PAGAMENTOS DA GEDRENCIA				PAGAMENTOS ATUALIZADOS				OBSERVAÇÕES
	Objeto	Data	Valor	Mod Adj	N.º Rep.	Data	PAGAMENTO	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a mais	Total	
DE CONSERVADORES INDIVIDUAIS, Lda	16/2017	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA RECONVERSÃO DO ANTIGO ETV PARA FUNÇÃO DE ARQUIVOS E EVENTOS FOTOGRAFIAIS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	2017/06/14	14.000,00	g			2017/12/15	50.400,20			50.400,20	02.003,60		42.003,60	
SOCIEDADE DAS CANTAS DE CUIÁ	16/2018	CONSERVAÇÃO DE SUBESTAÇÃO/ILUMINAÇÃO DAS FAIXAS PARA FESTAS DA CIDADE DE ALMEIRIM/2018	2018/06/05	10.000,00	g			2018/06/29	12.300,00			12.300,00			12.300,00	
ENGENHEIRO CIVIL PROFISSIONAL, EMPRESÁRIO Lda	19/2018	CONTERAÇÃO DE ARREDO DO TIPO REFERENCIAL PARA AS FESTAS DA CIDADE DE ALMEIRIM/2018	2018/06/06	11.750,00	g			2018/06/21	11.452,50			11.452,50			11.452,50	
ARTE - ASSOCIAÇÃO DE	19/2018	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE BORDO E PROPOSTA, NO ANEXO DO DO 12/2016 E DO 10/2018	2018/06/06	18.075,00	g			2018/12/05	7.224,11			7.224,11			7.224,11	
CONSERVADORES DE SEMENTES, RECONSTRUTORES DO CUIÁ, Lda	19/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E EXTERMINAÇÃO EM ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO	2018/06/13	18.216,00	g			2018/07/23	14.029,99			14.029,99			14.029,99	
SOCIEDADE - RECONSTRUTORES E RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	REABILITAÇÃO DE 5 ESCOLAS DO 1º CUIÁ DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	2018/09/10	54.500,00	g			2018/12/16	1.340,70			1.340,70			54.968,70	
DE CONSERVADORES, S.A.	19/2017	CONTRATO Nº 54/2017 - ADQUIÇÃO DE COMMODIDADES DE VAG E OBRAS ATAS DO EM PERÍODO DE 16 MESES (MAYOS 2018)	2017/06/21	47.615,40	g			2018/03/01	10.630,26			10.630,26			10.630,26	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	2018/06/15	14.554,50	g			2018/12/21	440,00			440,00			10.654,50	
CONSTRUTORES - PROJETOS E RECONSTRUTORES, Lda	19/2017	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA HABITABILIDADE EM FARMACIAS DE ALMEIRIM	2017/06/21	16.000,00	g			2017/11/20	14.533,68			14.533,68			10.686,16	
RECONSTRUTORES E RECONSTRUTORES	19/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO ALFREDO LEMOS CALADO E REQUALIFICAÇÃO DA SUA EXTERIORES	2016/06/17	30.300,00	g			2016/12/06	10.435,32			10.435,32			33.542,32	
CONSERVADORES, Lda	19/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECONVERSÃO DO ANTIGO ETV PARA FUNÇÃO DE ARQUIVOS E EVENTOS FOTOGRAFIAIS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	2016/10/19	8.000,00	g			2016/12/15	400,00			400,00			9.961,77	
SOCIEDADE DAS CANTAS DE CUIÁ	19/2018	RECONSTRUÇÃO DA COFENHA DA ESCOLA DE INFÂNCIA	2018/06/17	18.300,00	g			2018/09/19	18.327,00			18.327,00			18.327,00	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2017	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE RECONSTRUÇÃO DAS PESSOAS HUMANITARIAS DE ALMEIRIM, DO 2017/2018	2017/06/01	10.576,00	g			2017/10/31	5.076,00			5.076,00			9.562,00	
RECONSTRUTORES E RECONSTRUTORES, Lda	19/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO DO PLANO DE ORGANIZAÇÃO DE ALMEIRIM	2016/11/11	14.100,00	g			2017/05/23	16.604,80			16.604,80			59.002,00	
RECONSTRUTORES - PROJETOS E RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	PROJETO TÉCNICO DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DE RECONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO ADAPTADA E CONTROLO DE OBRAS, EM ÁREAS DE INTERVENÇÕES FREQUENTES E GRANDES INTERVENÇÕES - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E OBRAS DE RECONSTRUÇÃO	2017/06/04	16.100,00	g			2017/11/20	1.201,66			1.201,66			12.816,66	
RECONSTRUTORES E RECONSTRUTORES - GESTÃO DE RECONSTRUTORES	19/2016	CONTRATO Nº 2016/2016 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CUIÁ DE RECONSTRUTORES	2016/06/05	10.150,00	g			2018/11/19	12.404,50			12.404,50			10.154,50	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	CONTRATO Nº 2018/2018 ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECONSTRUÇÃO DAS ADAPTAÇÕES DE RECONSTRUÇÃO RECONSTRUTORES PARA AS ESCOLAS DO 1º CUIÁ DE ALMEIRIM, DO 2017/2018	2018/06/19	41.412,00	a			2018/11/16	9.202,50			9.202,50			5.202,50	
RECONSTRUTORES - RECONSTRUTORES E RECONSTRUTORES, Lda	19/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE RECONSTRUTORES EM ALMEIRIM	2016/12/05	35.500,00	g			2017/06/22	26.193,00			26.193,00			38.298,50	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE RECONSTRUÇÃO DAS PESSOAS HUMANITARIAS DE ALMEIRIM, DO 2017/2018	2018/06/11	17.745,00	g			2017/10/31	12.014,64			12.014,64			17.852,96	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES COM RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2018	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO DE CUIÁ E RECONSTRUTORES	2018/11/23	15.100,00	g			2015/12/18	2.668,70			2.668,70			9.340,45	
RECONSTRUTORES RECONSTRUTORES, Lda	19/2016	ELABORAÇÃO DE PROJETO GERAL DE RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA ENVOLVENTE À PRAÇA DE TODOS DE ALMEIRIM	2016/12/02	20.000,00	g			2017/04/27	4.520,00			4.520,00			24.600,00	

Country	Year	Value
USA	1980	76
USA	1981	76
USA	1982	76
USA	1983	76
USA	1984	76
USA	1985	76
USA	1986	76
USA	1987	76
USA	1988	76
USA	1989	76
USA	1990	76
USA	1991	76
USA	1992	76
USA	1993	76
USA	1994	76
USA	1995	76
USA	1996	76
USA	1997	76
USA	1998	76
USA	1999	76
USA	2000	76
USA	2001	76
USA	2002	76
USA	2003	76
USA	2004	76
USA	2005	76
USA	2006	76
USA	2007	76
USA	2008	76
USA	2009	76
USA	2010	76
USA	2011	76
USA	2012	76
USA	2013	76
USA	2014	76
USA	2015	76
USA	2016	76
USA	2017	76
USA	2018	76
USA	2019	76
USA	2020	76
USA	2021	76
USA	2022	76
USA	2023	76
USA	2024	76
USA	2025	76
USA	2026	76
USA	2027	76
USA	2028	76
USA	2029	76
USA	2030	76
USA	2031	76
USA	2032	76
USA	2033	76
USA	2034	76
USA	2035	76
USA	2036	76
USA	2037	76
USA	2038	76
USA	2039	76
USA	2040	76
USA	2041	76
USA	2042	76
USA	2043	76
USA	2044	76
USA	2045	76
USA	2046	76
USA	2047	76
USA	2048	76
USA	2049	76
USA	2050	76
USA	2051	76
USA	2052	76
USA	2053	76
USA	2054	76
USA	2055	76
USA	2056	76
USA	2057	76
USA	2058	76
USA	2059	76
USA	2060	76
USA	2061	76
USA	2062	76
USA	2063	76
USA	2064	76
USA	2065	76
USA	2066	76
USA	2067	76
USA	2068	76
USA	2069	76
USA	2070	76
USA	2071	76
USA	2072	76
USA	2073	76
USA	2074	76
USA	2075	76
USA	2076	76
USA	2077	76
USA	2078	76
USA	2079	76
USA	2080	76
USA	2081	76
USA	2082	76
USA	2083	76
USA	2084	76
USA	2085	76
USA	2086	76
USA	2087	76
USA	2088	76
USA	2089	76
USA	2090	76
USA	2091	76
USA	2092	76
USA	2093	76
USA	2094	76
USA	2095	76
USA	2096	76
USA	2097	76
USA	2098	76
USA	2099	76
USA	2100	76
USA	2101	76
USA	2102	76
USA	2103	76
USA	2104	76
USA	2105	76
USA	2106	

Período : 2018/01/02 a 2018/12/31

ENTIDADE	CREDITO				VISTO DO T.C.		DATA DO	PAGAMENTOS DA GERENCIA				PAGAMENTOS ACIONARIOS				OBSERVAÇÕES
	Objeto	Data	Valor	R\$	N.º	Data	PAGAMENTO	Trabalhos	Revisão	Trabalhos	Total	Trabalhos	Revisão	Trabalhos	Total	
				Ord	Req.		PRINCIPAL	Normais	de Preços	a mais		Normais	de Preços	a mais		
UEN - UENCOE E SERVIÇOS, S.A.	6/4/2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES EM PERÍODOS DE ALFABEIO, ATÉ 30 DIAS DO ANO LETIVO 2017/2018 E ANO LETIVO 2018/2019 COM AUXÍLIOS	2017/09/26	47.215,00	a		2017/10/31	24.165,89			24.165,89	31.887,65			31.887,65	
PRESTADOR TUTORIAIS PROS-CON-SENTES MARCELINO	6/4/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA NUTRIÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALMEIRIM AO LONGO 2016/2016, ADMONIVEL POR MAIS DOIS ANOS LETIVOS	2016/10/01	10.340,00			2016/11/05	3.340,68			3.340,68				3.340,68	
EMP. COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7/7/2015	ADQUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTARES EM MÓDULO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL	2015/12/26	1.462.721,16	g		2016/01/15	116.721,20			116.721,20	1.767.808,50			1.767.808,50	PERÍODO DE 24 MESES
CONSTRUTORA - INSTALADORA COMERCIAL E CONSTRUÇÃO, S.A.	7/7/2017	REALIZAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DISTAL DE OPERAÇÕES DE SUPORTE DE SANGUE	2017/11/09	36.690,00	g		2017/12/18	29.520,00			29.520,00	30.175,59			30.175,59	
PROF. CARLOS ALBERTO MONTA	7/7/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA NUTRIÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALMEIRIM E DESPESAS ESCOLAR E SAÚDE, ANO LETIVO 2016/2016, ADMONIVEL POR MAIS DOIS ANOS LETIVOS	2016/10/01	12.364,00			2016/11/19	3.764,00			3.764,00				3.764,00	
MARCELO ALBERTO, LUI	7/1/2017	EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARREMADEIRAS DO CONCRETO	2017/12/27	16.890,00	g		2017/12/23	5.583,43			5.583,43	12.294,15			12.294,15	
PROF. MARCELO DO AMARAL, MARCELO ALBERTO DE MATEOS E TATIANA ALBERTO, SOC. CIVIL	7/1/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS-PROCURADORIA PATRONATO JURÍDICO	2016/10/01	16.700,00	g		2016/11/12	5.700,00			5.700,00				5.700,00	PERÍODO DE 12 MESES
ESCRITÓRIO MARCELO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO MARCELO, S.A.	7/2/2017	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DO CONCRETO DAS SEDES DAS CUMBES DE FÁBIS E FÁBIS DE ALMEIRIM - PARQUE OLÍMPICO DA ZONA NORTE	2017/12/18	13.245,00	g		2018/06/20	16.297,50			16.297,50				16.297,50	
ESCRITÓRIO - ASSOCIADO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DE FUMOS DE FÓFOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALMEIRIM, POR PERÍODO DE 01 ANO, ADMONIVEL POR DOIS PERÍODOS IGUAIS	7/2/2018	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS FUMOS DE FÓFOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ALMEIRIM, POR PERÍODO DE 01 ANO, ADMONIVEL POR DOIS PERÍODOS IGUAIS	2018/10/09	24.800,00	a		2018/12/18	1.245,00			1.245,00	1.245,00			1.245,00	
PROF. FÁBIS DE FÁBIS, S.A.	7/3/2016	PROJETO TÉCNICO DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANEXO JUDICIAL DA CMA E TRIBUNAL DE ALMEIRIM	2016/10/11	28.044,00			2016/12/20	28.044,00			28.044,00				28.044,00	
EMP. COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7/3/2017	PRESTADOR DE ENERGIA ELÉTRICA - ADICION	2018/01/10	1.714.660,26	g		2018/02/15	648.060,26			648.060,26	648.060,26			648.060,26	
EMP. COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7/7/2017	PRESTADOR DE GÁS NATURAL EM UM PERÍODO DE 24 MESES	2017/01/12	20.665,84	g		2018/03/29	20.665,84			20.665,84				20.665,84	PERÍODO DE 24 MESES
PROF. CARLOS ALBERTO, LUI	7/7/2016	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FESTIVAL "CULTURA D'ALMA 2016"	2016/10/29	18.142,50			2016/11/22	18.142,50			18.142,50				18.142,50	
EMP. COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7/8/2017	ADQUIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE GÁS E GÁS NATURAL POR UM PERÍODO DE 24 MESES	2018/01/12	8.214,04	g		2018/03/21	8.214,04			8.214,04				8.214,04	PERÍODO DE 24 MESES
PROF. CARLOS ALBERTO, LUI	7/9/2017	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE VIGILÂNCIA POR UM PERÍODO DE 36 MESES	2018/01/12	1.594,08	g		2018/02/19	1.594,08			1.594,08				1.594,08	
		Total		11.496.519,04				4.865.800,59			4.865.800,59	8.718.423,19			8.718.423,19	

Modalidades de Adjudicação/Tipos de procedimentos

1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 26

© 2005 Blackwell Publishing Ltd

9. **DATE RECEIVED**

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Exo : 2018

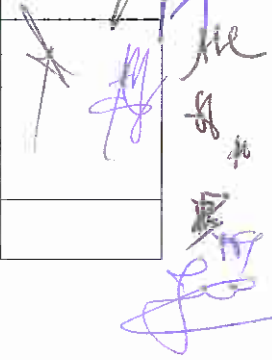
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classific. Económica	Transferências Obtidas	Observações
Despacho 765/2002, Despacho 14460/2006 e Despacho 6683/2011 de 28 Junho	DGESTE- DIREÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	06030199	194.580,66	
Despacho 765/2002, Despacho 14460/2006 e Despacho 6683/2011 de 28 Junho	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, IP	06030199	1.177.363,64	
Portarias 128/2009, 284/2010, 164/2011, 33/2013 e 204/2013	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	06030199	13.626,43	
Portarias 128/2009, 284/2010, 164/2011, 33/2013 e 204/2013	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	060307	162.903,74	
Protocolo CPCJ .	COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	06030199	20.416,20	
Protocolo de cooperação técnica e financeira	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	06030199	7.719,46	
artigo 11.º Lei 75/2013	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	4.280.092,00	
artigo 11.º Lei 75/2013	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	373.143,00	
artigo 11.º Lei 75/2013	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	668.800,00	
Total ...			6.898.645,13	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - RECEITA
ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Obtidas	Observações
FEDER	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP		10030104	229.351,71	
FEDER	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP		10030701	1.039.478,31	
Protocolo de cooperação técnica e financeira	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL		10030104	256.553,68	
Protocolo de cooperação técnica e financeira	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO		10030704	18.574,70	
artigo 31.º Lei 73/2013	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS		10030101	475.566,00	
Total ...				2.019.524,40	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2019/01/02 - 2019/12/31

Ano : 2019

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
Protocolo de cooperação técnica e financeira	MUNICIPIO DE CHAMUSCA	04050108	13.937,14	
alinha a) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALMEIRIM	04050108	10.562,72	
alinha d) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALMEIRIM	040701	400,00	
alinha d) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	04050108	7.520,00	
alinha d) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO BRANQUEIRA AZUL DA EUROPA	040701	420,00	
alinha d) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A FAMÍLIAS DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	040601	23.531,13	
alinha d) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO SÉNIOR DE ALMEIRIM	040601	4.800,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO SÉNIOR DE ALMEIRIM	040701	18.831,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AGRUPAMENTO "OS MADUROS DO FOLCLORE DE CORTIÇÓIS"	040701	400,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO ACADEMICA COIMBRA	040701	25,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE BENFICA DO RIBATEJO	040701	1.000,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL FAZCORUS - CORO HISTO E JUVENIL DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	040701	5.992,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DE DEFEZA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM	040701	1.000,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO AGRUP. DE ESCOLAS FZ. ALMEIRIM	040701	272,40	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO RANCHO FOLCLÓRICO DE PAÇO DOS NEGROS	040701	5.400,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA AMIGOS DA GALHOFA	040701	2.500,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIBATEJANA	040701	3.300,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BANDA MARCIAL DE ALMEIRIM	040701	24.827,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEMORFORCE - FABRICA DE PORCELANAS SA	040701	1.479,69	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO ANTÓNIO - RAPOSA	040701	2.492,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CONFRARIA ENOFILA DE NOSSA SENHORA DO TEJO - RIBATEJO - PORTUGAL	040701	180,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CONFRARIA GASTRONÓMICA DE ALMEIRIM	040701	45.482,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS CONFRARIAS GASTRONÓMICAS	040701	400,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	FITIJ - FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO INFÂNCIA E JUVENTUDE ASS CULTURAL	040701	700,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	GENTES DE ALMEIRIM	040701	3.608,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LIGA DOS COMBATENTES-NÚCLEO DE SANTAREM	040701	27,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO	040701	5.000,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ORFÊÃO DE ALMEIRIM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	040701	9.562,50	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO "OS CAMPOESES DA RAPOSA"	040701	5.100,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE ALMEIRIM	040701	6.012,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO DE BENFICA DO RIBATEJO	040701	2.846,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	040701	6.050,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO INFANTIL DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	040701	3.525,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RANCHO VELHA GUARDA DO FOLCLORE DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	040701	4.775,00	
alinha e) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROYIS - ASSOCIAÇÃO REDE DE UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE	040701	960,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	36 - ASSOCIAÇÃO DE ANDORAL DE ALMEIRIM	040701	10.353,30	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AGROMERCEDO JP LDA	040701	6.024,91	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO - FESTIVAL INTERNACIONAL FOLCLORE CULTURAS E ARTES - FITICA	040701	8.250,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO 20 KMS DE ALMEIRIM	040701	96.361,72	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MARIANOS E MURTA	040701	8.358,60	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE PAÇO DOS NEGROS	040701	13.710,78	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FAZENDENSE	040701	40.229,70	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CENTRO AMADOR DESPORTO E CULTURA DE ALMEIRIM	040701	3.543,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CENTRO PAROQUIAL DE BEN-ESTAR-SOCIAL DE ALMEIRIM	040701	6.312,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CLUBE AVENTURA JUVENIL DA RAPOSA	040701	3.899,20	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CLUBE DESPORTIVO "OS BOCAS SECAS"	040701	750,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	040701	2.951,10	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	FOOTKART - ESCOLA DE FUTEBOL E KARTING	040701	21.449,12	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	FUTALMEIRIM - ALMEIRIM FUTSAL CLUBE	040701	16.744,60	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	GRUPO DESPORTIVO RAPOENSE	040701	4.250,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	GRUPO MOTORAD - DINASTIA DO ASFALTO	040701	300,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	GRUPO MOTORAD OS ACELERAS DA CHARNECA	040701	250,00	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HÓQUEI CLUBE "OS TIGRES"	040701	56.810,52	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JÃO DOMINGOS - PINTURA ARTISTICA UNIPessoal, LDA	040701	367,77	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	QUITERIO - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	040701	673,58	
alinha f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SARTEIRIM - ASSOCIAÇÃO DO DESPORTO VETERANO	040701	1.500,00	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efetuadas	Observações
alínea f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	UNIÃO COLUMBÓFILA DE ALMEIRIM	040701	750,00	
alínea f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	UNIÃO DE VETERANOS DE ALMEIRIM	040701	1.026,00	
alínea f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	UNIÃO FUTEBOL CLUBE DE ALMEIRIM	040701	45.429,68	
alínea g) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO CLUBE DOS PATOLAS	040701	9.000,00	
alínea g) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	GRUPO DE DADORES BENEVOLOS DE SANGUE DE BENFICA DO RIBATEJO	040601	1.000,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ABIGAIL ISABEL BENTO MAGRICO	040802	8,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ADRIANA SOTIA RODRIGUES FERNANDES	040802	2.000,00	
alínea l) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO ALBERTO FRANCO	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO ALEXANDRE MARTINS DOS SANTOS FIRMINO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO ANDRE SILVA ASSEICEIRA	040802	8,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO FILIPE VIEIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO JOSE TEIXEIRA BARRELA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO MIGUEL FERREIRA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO NEVES MOREIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO PEQUITO SIMÕES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	AFONSO PINHAL DO CANTO	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALBERTINA ALMEIDA JOAQUIM CODEAS	040802	130,11	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALDA MARIA VINAGRE DA SILVA	040802	261,55	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALEXANDRE DAVID TEIXEIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALEXANDRE MIGUEL NUNES ROSA	040802	45,80	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALEXANDRE RAPOSO BENTO GOMES	040802	40,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALEXANDRE BOTARD	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALICE BASTOS SAIGUE	040802	59,55	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALICE BENTO FERREIRA	040802	8,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ALINA KOZYK	040802	8,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA CAROLINA MESQUITA BORDA D AGUA	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA CLAUDIA FELICIO BRISTE	040802	742,40	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA CRISTINA GALÃO CAETANO	040802	126,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA CRISTINA SILVA MENDES	040802	490,20	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA FILIPA DO SAL VENDA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA FRANCISCA FORTUNATO SOARES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA ILSA FERNANDO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA ISABEL JOVE CASTELO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA LUZIA FERREIRA NOBRE	040802	400,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS	040802	231,05	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA MARIA LOBO VIEIRA	040802	8,00	
alínea g) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA MYRILDE MONTEIRO MAGALHÃES	040802	200,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA PAULA CAMPOS GUERRA	040802	118,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA PAULA VICENTE BARÃO DOS SANTOS	040802	76,68	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA RAQUEL COSTA CARREIRA	040802	48,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA RITA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	040802	45,80	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA SOFIA FIDALGO RIBEIRO	040802	108,16	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANA SOFIA JOVE CASTELO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANABELA MARTINS DINIZ	040802	20,98	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANASTACIA GLADYS	040802	8,00	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDADI-PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DESPORTO DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	040701	150,00	
alínea g) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDRE FILIPE COBRETE HUNES	040802	39,45	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDRE FILIPE FROIS SILVA	040802	569,50	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDRE FILIPE LOPES MARTINHO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDREIA FILIPA MENDES PERA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANDREIA ISABEL HUNES CORREIA	040802	512,55	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIA MARIA VITAL	040802	60,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO CAETANO VIEIRA	040802	100,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO CESAR QUAREZMA GOMÇALVES PIEDADE	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO FRANCISCO LOUREIRO OLIVEIRA VERISSIMO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO MANUEL RODRIGUES FIDALGO	040802	389,63	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO CARVALHO VACAS RIBEIRO	040802	100,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO DE OLIVEIRA REIS LUIS	040802	345,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO JOSE BORGES DE OLIVEIRA	040802	222,76	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ANTONIO VASCO ABEIRO RODRIGUES	040802	109,00	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2012/01/02 - 2016/12/31

Ano : 2016

Página : 3

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ARIANA SANTOS FILHO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ARISTIDES JESUS ALMEIDA DUARTE NEVES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ARMANDO ENCARNECADO FERNANDES	040802	69,35	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DE DEUS DE NOVE	040601	900,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER	040601	7.200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO PROABRAÇAR	040601	10.800,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO PROABRAÇAR	040701	3.800,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ ALEXANDRE MATEUS	040802	22,90	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ TILIAO CILIO FERREIRA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ ISMIL PERES ROCHA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ ALEXANDRE COSTA FERNANDES	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ ALEXANDRE FILIPE CALVETIA	040802	45,80	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ MARIA CARLOS CORREIA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BEATRIZ OLIVEIRA BRATILINO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BERNARDO ALEXANDRE ALEXANDRE	040802	100,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BERNARDO MIGUEL MARTINS SILVA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BERNARDO NUNES DO EMPINHO GILBERTO PEREIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BILAL JESUS ROSA SILVA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BILAL ALEXANDRE LOPES TROPELO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	BRUNO MIGUEL ESTANISLAU DA SILVA	040802	70,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA VIEIRA ALFONSO NUNES	040802	233,77	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARLA SOFIA FERNANDES CORREIA PEREIRA	040802	20,98	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARLOS GABRIEL DOS SANTOS FILIPEIRA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARLOS M. FIGUEIREDO FERNANDES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARLOS MANUEL FIDELGO SOUSA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CARMEM CRISTINA NUNES CASTANHEIRA	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA FLORENCIO COELHO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA FONSECA COELHO	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA ISABEL FERNANDES SILVA	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA MARIA LOPES	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA OLIVEIRA DUARTE	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CAROLINA SOFIA GUEIRA PINTO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CATARINA ALEXANDRA DA SILVA CARDEIRA	040802	2.000,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CATARINA ISABEL PINTO DA CRUZ PISCO	040802	20,98	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CELIA MARIA BASTOS FRUSTINO	040802	101,12	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CELIA MARIA PAIVA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	040802	88,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CETILA ALEXANDRA URBANO DAMASO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CIARA REGUINHA DE FREITAS COSTA TOME	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CONSTANÇA LOURENÇO INICIO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CONSTANÇA SOUSA PISCALHO	040802	200,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CRIAL - CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE ALMEIRIM	040601	8.979,22	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CRIAL - CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE ALMEIRIM	040701	4.800,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CRIAL - CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE ALMEIRIM	040802	500,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DALILA FILIPE AMARAL	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIA FONSECA GONCALVES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIEL FILIPE CATALHO SAMPAYO	040802	562,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIEL FILIPE DOS SANTOS CRISTOVÃO	040802	100,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIEL FILIPE OLIVEIRA FERNANDES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIEL LOPES FIDALGO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIELA FERNANDES CARDOSO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DANIELA MARGARIDA COSTA TRINDADE MARQUES ANTONES	040802	166,83	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DAVID CARDOZO ABEGAO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DAVID GABRIEL RODRIGUES DAVID	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DIANA ALEXANDRA DUARTE NUNES	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DIANA CAROLINA OLIVEIRA ROCHA	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DIANA MARGARIDA GASPAR CONCEIÇÃO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DIEGO FILIPE ROCHA LUCIO	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DINIS GUILHERME AUGUSTO SERENO	040802	16,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DINIS LEAL ANTONES	040802	8,00	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	DINIS MANUEL GONÇALVES PEREIRA	040802	16,00	

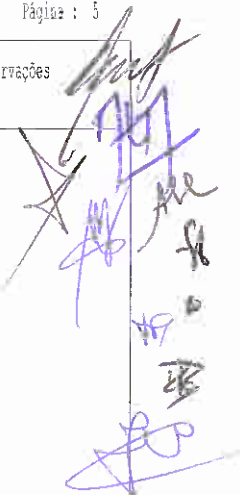
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 5

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HENRIQUE JORGE BENTO FERREIRA	040802	790,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HUGO FILIPE FROIS SILVA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HUGO JOSE CARDOSO GONCALVES MORSANTO	040802	806,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HUGO MIGUEL FITAS BAPTISTA	040802	155,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	HUGO PASCOAL RODRIGUES	040802	40,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IARA FILIPA CARDOSO BAPTISTA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IARA FILIPA MATEUS VENTURA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IARA NAISA VALE ROCHA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IDALINA CONCEICAO SINGES	040802	100,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IDALINA LOPES COME	040802	146,77	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ILÍDIO DA CUNHA DE ALMEIDA	040802	150,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	INES ALEXANDRA RODRIGUES ARSENIO	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	INES AMALARIO SILVA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	INES BRUNO STAS	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	INES SARA OLIVEIRA MANUELINO	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	INES MARIA SOUSA CASANOVA	040802	569,50	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRINA VIEIRA FITAS	040802	1.262,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS ALEXANDRA TELLES NUNES	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS GONCALVES PIRES COSTA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS MARCELIA DOMINGOS FALCÃO	040802	78,90	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS PASCAL PIREIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS SIMONE GOMES	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS VICTORIA NUNES	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS VICTORIA RODRIGUES	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS MIGUEL CARVALHO PEREIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	IRIS RITA PUNHO NUNES	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MARCELA CHAMALHA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE RITA JUVIAE	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE CRISTINA GOMES DE CASTRO	040802	1.784,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE FILIPE FROIS VENTURA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MARGARETA BAPTISTA PEREIRA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MARGARETA BAPTISTA PEREIRA	040802	29,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MARGARETA BAPTISTA PEREIRA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE PEREIRA DIAS	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE RENATA NUNES RODRIGUES	040802	200,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE FRANCISCO VALHA FIDALGO SILVA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE GUILHERME FERREIRA COSTA MARCELINO	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE GUILHERME ISABELINHA FERNANDES	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MANUEL SEBASTIAO SILVA	040802	214,90	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MIGUEL MANUEL MARCELINO	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE PEDRO MARQUES GUERREI	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE PEDRO RODRIGUES ESTEVES	040802	200,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE RICHARDO ROBERTO ALVES	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE MARIE RODRIGUES CLAUDIO	040802	156,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JANE ALEXANDRE STOLN FERREIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOSE FRANCISCO VALENTE MARTINS BARREIRA	040802	200,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOSE MIGUEL AGOSTINHO LOUREIRO	040802	55,60	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOSE RODRIGO COSTA OLIVEIRA	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOSE SERRANO FERNANDES	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO FILIPE SINGES FERRO	040802	8,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO FRANCISCO MESQUITA D'ÁGUA	040802	200,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO MIGUEL FELIX SAMPALHO	040802	474,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO MIGUEL GASPAR NUNES	040802	2.000,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO MIGUEL MARQUES HERMILIO	040802	2.000,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO PAULO SANTOS SIMÕES	040802	2.000,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO PEDRO BARRAS AREGÃO	040802	428,35	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO PEDRO FIGUEIREDO GALAO DA COSTA	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO PEDRO GONCALVES REBELO	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO PEDRO SILVA VAZ	040802	16,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JOÃO RODRIGO PEREIRA VERISSIMO	040802	500,00	
alínea h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JULIA SERGIO TRINHADE	040802	8,00	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018-01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 6

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Econômica	Transferências Efetuadas	Observações
alinéa n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JULIANA ALAGOA FREILAO RODRIGUES PINHAO	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	JULIANA SOFIA SILVA PERES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	KEVIN LEITÃO	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA CRISTINA PASCOAL RODRIGUES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA FILIPA GOMES FROIS	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA GILDA RODRIGUES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA ISABEL PONSECA JOAO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA PEDRO FIDALGO SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA SOFIA BAPTISTA DOMINGOS	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA SOTIA FERREIRA SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LARA SOTIA GARCIA DA SILVA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LAURA FILIPA SILVA CARLOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LAURA MARIA DE ALMEIDA SOARES	040802	217,50	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEANDRO LUCIA SILVA PAIVA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEANDRO ROSARIO ALVES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONARDO ANDRE DA SILVA COELHO	040802	400,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONARDO SILVA BATISTA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONIA BRANCO CARDOSO MEVES	040802	100,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR AROLINARIO SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR BOTAS EVARISTO ROQUE BENTO	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR FIDALGO EVANGELISTA	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR FILIPA ESTEVES MEVES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR FILIPA SAMPAIO ALCOBIA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR FREITAS CASTELO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR ISABEL FRANCO ANDRADE	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR MOREIRA FIDALGO SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR NUNES BENTO COUTINHO RUSSO	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR SIMÕES PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LEONOR SOTIA BENTO DA SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LILIANA SOFIA DA SILVA BENTO	040802	20,98	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LINA FERNANDES CARDOSO	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LORENÇO SA MIRAMEN SIMÃO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LORNA MARGARIDA FREITAS CORREIA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LORNA MARGARIDA MARTINS GARCIA GOMES	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LORNA SCARLA RODRIGUES DE ALMEIDA	040802	69,60	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LUCIA CARDOSO DA SILVA	040802	112,50	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LUDOVINA CORREIA SILVA	040802	60,10	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	LUIS MIGUEL OLIVEIRA COSTA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA DA SILVA MARQUES FELIÃO	040802	178,84	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA FERRO PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA FILIPA NUNES SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA LANDEIRO PINA FILIPE CAETANO	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA FILIPA NUNES SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MANUEL GUIMARAES MARCELINO	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCELA FERREIRA FITAS FILIPE	040802	187,87	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCO EUGENIO CASTELO OLIVEIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCO ANTONIO GORDO SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARCO JOSE HENDONÇA GOMES	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARGARIDA FITAS NUNES	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARGARIDA LAYES SEQUEIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARGARIDA LOPES MARTINS	040802	200,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARGARIDA MATOS BATISTA	040802	16,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARGARIDA OLIVEIRA TEODOSTO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA BEATRIZ GAUDENCIO AGOSTINHO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA CARLOTA SILVA VILÃO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA CHAVES VITORINO	040802	8,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA CRISTINA DUARTE FERREIRA MARTINS	040802	150,00	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA DO ROSARIO CLAUDIO	040802	184,22	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DA CONCEIÇÃO CARDOSO DE OLIVEIRA	040802	58,47	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DA CONCEIÇÃO CARDOSO DE OLIVEIRA	040802	180,68	
alinéa h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DA GRAÇA CARVALHO FIGUEIRAS	040802	67,79	

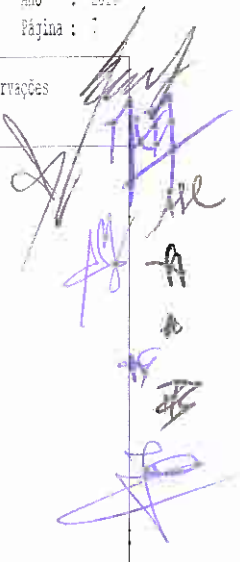
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMIRIM

Período : 2016/01/01 - 2016/12/31

Ano : 2016

Página : 7

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Econômica	Transferências Efectuadas	Observações
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DE FATIMA AMARO FERNANDES MATIAS	040802	500,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DE FATIMA RIBEIRO BRAS	040802	311,50	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DE FÁTIMA LEANDRO LOURENÇO	040802	135,29	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DE LA SALETE LIMA DE OLIVEIRA	040802	391,67	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DE LORDES LOPES ROMO ROSA	040802	156,34	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DO MAR PEDROSO GODINHO	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DO ROSARIO DA COSTA DA SILVA	040802	199,50	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DO ROSÁRIO SILVA DE OLIVEIRA DE JESUS	040802	119,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA DOMINGUES SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA FRANCISCA SOUSA PINHAL	040802	200,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA HELENA MOUTES DE OLIVEIRA	040802	138,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA HENRIQUETA MARQUES CONCEICAO PEREIRA	040802	72,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA INES FIDALGO DAMIENS	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA INES REIS DOMINGUES	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA INES ROSA DIAS	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA INES SILVA ABREU	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA INES MOURA MENDES	040802	400,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA IRENE CORREIRO MENDES	040802	20,98	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA ISABEL PIRES LEANDRO SILVA	040802	262,50	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA ISABEL VENANCIO GRACIO ESTEVEZ	040802	90,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA JESUS OLIVEIRA FIGUEIREDO	040802	39,60	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA JOSE ANUNCIAÇÃO RIBEIRO	040802	145,91	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA JOSÉ DA CRUZ CUNHAIS NAPIER	040802	15,20	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA JOSÉ FIDALGO RODRIGUES	040802	20,98	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA JOÃO NEVES DIAS GUSTAVO	040802	313,67	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA LEONOR APOLINARIO ROSA	040802	105,75	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA LEONOR CASTELO ESTEVES PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA LEONOR LIMA FERREIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA LUDOVINA SANTOS SOARES	040802	103,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA LUISE DE AGUIAR COHEZ	040802	156,20	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MADALENA PASOAL FERNANDO	040802	400,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MARQUELA DUNES CASTANHEIRA	040802	34,83	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MARGARIDA ESCOVAR CARAMELO	040802	200,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MARGARIDA SOUSA SEQUEIRA DOS SANTOS	040802	95,20	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MATHILDE GOUVEIA CAHOLES	040802	170,30	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA MATHILDE CAMPOS GUERRA	040802	105,71	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA REIS BATISTA	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA ROSA DOS SANTOS	040802	140,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA ROSA SINES DA GRACA BORGES	040802	40,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA ROSARIO PERES PITOGRA	040802	286,95	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIA SOFIA PINTO HENRIQUES	040802	158,48	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA DE FÁTIMA FERREIRA LOPES	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA ISABEL FERNANDES PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA PRATAS PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA SILVA RODRIGUES	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA SINES PEREIRA	040802	6,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA SOFIA SANTOS COSTA	040802	6,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARILINA RAQUEL PAMPILHOSA COELHO	040802	400,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARIO JOSE SAMPAIO OLIVEIRA SANTANA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTA ALEXANDRA SEBASTIAO PINGUICHA MADEIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTA APOLINARIO MARTINS	040802	200,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTA LAYAS SEQUEIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN ANTONIO CAMILO HAINPRIZE	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN APOLINARIO SINES	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN AVELINO BOMBAS	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN BAPTISTA DOMINGOS	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN FILIPE NEVES	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTIN SANTOS SILVA LEIRIA	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MARTINS FAÇUNDA SARAIVA	040802	16,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATHILDE ALEVEDO LUIS SALLANNA DUARTE	040802	8,00	
alinéa h) n.º 2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATHILDE BATISTA RIBEIRO	040802	16,00	

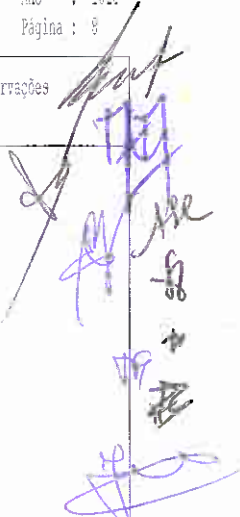
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 8

Disposições legais	Entidade Beneficiária	Classific. Econômica	Transferências Efetuadas	Observações
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE FARIA DOS SANTOS	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE GODELMA FERREIRA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE JUSTINO ALVES	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE MARIA CONCEIÇÃO HENRIQUES	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE MARIA REIS DOMINGUES	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MATILDE SOFIA FERREIRA SILVA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MELISA SARA CIURAR	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MICELA VIEIRA PINHEIRO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL COSTA VIEIRA	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL FERREIRA CRUZ	040802	19,50	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL FILIPE COSTA PEREIRA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL HEITOR VALVERDE	040802	150,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL JESUS RODRIGUES	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL JOSE INACIO CARMELO	040802	200,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL MANS SANTIAGO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIGUEL ÂNGELO SOUSA CASSACA	040802	2.000,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MINEIRA DENISA ROTARO	040802	22,90	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIRIAM FILIPA DOMINGUES SILVA	040802	790,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MIRIAM REIS CACHULO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MOLDOVAN PRINCESA	040802	72,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	040802	304.425,96	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NIOLE MIRIAM FERNANDES HENDERICO VENTURA PEREIRA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NOELIA PASCOAL EZEQUIEL	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NOEMI ISABEL VALE ROCHA	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NUNO FABRICIO ARMAJO PINHEIRO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NUNO MIGUEL ALCOBIA CORREIA	040802	50,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NUNO MIGUEL GARCIA GUERREIRO	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NUNO MIGUEL PEREIRA SANTOS	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	NURIA SANTOS VITAL	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	OLGA MARGARIDA FITAS FILIPE	040802	182,24	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	OLINDA MARIA COSTA	040802	150,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	OLÍMPIA DE JESUS BENTO CASTELO	040802	220,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ORLANDO COUVETA SEABRA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PATRICIA ALEXANDRINA FERREIRA COELHO	040802	280,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PATRICIA ISABEL ROSA APOLINARIO	040802	1.477,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PATRICIA MAURÍCIO SIMÕES RAPOSO BATISTA	040802	200,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PAULA CRISTINA JESUS SANTOS SILVA GUERRA	040802	94,50	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PAULA ISABEL DA CUNHA COSTA FERREIRA	040802	105,96	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PAULA ISABEL DA SILVA MONTEIRO	040802	275,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PAULO CESAR BATISTA RODRIGUES	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PAULO JORGE SINÃO CORREIA DA COSTA	040802	350,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PEDRO HEITOR VALVERDE	040802	200,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PEDRO MIGUEL LEITÃO DIAS	040802		
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	PEDRO MIGUEL PASCOAL EZEQUIEL	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAFAEL ANTONIO VALENTE CALVO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAFAEL FERREIRA LEMO	040802	200,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAFAEL FILIPE PRATAS CARMELO	040802	14,50	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAFAEL LOPES MONTEIRO	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAFAEL POÇA NOVA PINTASSILGO	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAQUEL MENDES GUERREIRO	040802	350,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RAQUEL VERGASCA CARREIRA	040802	150,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RICHARDO MONTEIRO CADETE	040802	222,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RITA HENRIQUE CRUZ ELIO	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RITA MARIA OLIVEIRA VICENTE	040802	195,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RITA SA VARGAS	040802	8,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RITA SAMPAIO CRISTOVÃO	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RITA VIDEIRA TOMÁS	040802	150,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO ALEXANDRE DIAS LEITÃO	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO ANTONIO MARQUES MENDES	040802	2.000,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO CUNHA MORAIS BARROSA	040802	16,00	
alinnea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO DOS SANTOS PINTO	040802	8,00	

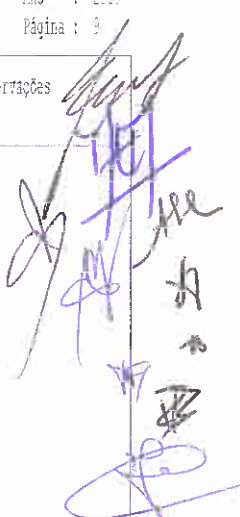
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 9

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Econômica	Transferências Efetuadas	Observações
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO FERREIRINHA AUGUSTO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO FRANCO SILVA SARAIVA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO MANUEL COSTA ALVES	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO MIGUEL FERNANDES MINDERICO VENTURA PEREIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RODRIGO MIGUEL FERNANDES PEREIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROGATO EDUARDO FERRAO LOPES BRAZAO	040802	20,33	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROSA SILVA CHERPE	040802	131,98	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROSA TEODORA CARREIRA	040802	100,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROBEN FILIPE LEITÃO MARQUES	040802	80,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROBY MICHAELA MACARIO CATITA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROI JORGE FLORENCIO CENICO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROI MANUEL MARQUES GOMES	040802	50,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ROI PEDRO RODRIGUES CORREIA	040802	2.000,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SALVADOR ALEXANDRE PEREIRA TOME	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SALVADOR CAETANO SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SALVADOR JOSE NUNES FIDALGO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SALVADOR SILVA LOPES	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SAUEL SANTOS SANTIAGO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANDRA FÁTIMA PINA SILVA	040802	74,77	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO ALEXANDRE PEDROSO GODINHO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO CAETANO OLIVEIRA	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO EMANUEL TOME BOTAS	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO FAÇANHA SARAIVA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO FERREIRA MIRÁ SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO GABRIEL LEITÃO SILVA	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTIAGO MARQUES OLIVEIRA CALDEIRA NOVAIS	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SARA BOAVIDA ARIETE COSTA	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SARA FILIPE BALIP ALVES	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SARA LEONOR FLORENCIO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SARA MARGARIDA MARTINS TELES	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SERGIO MANUEL PEREIRA SILVA	040802	62,84	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SIMÃO FERNANDES VINAGRE	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SIMÃO RAPOSO SANTOS	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOFIA CIUSOTARTU VIEIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOFIA DOS SANTOS DIAS	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOFIA MARIA FREITAS RABACAL FLORENCIO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOFIA OLIVEIRA TEODOSIO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOFIA XU	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOLANGE FILIPA MQUEIRA	040802	39,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SOLANGE ISABEL SILVA ROSA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SÔNIA SOFIA ADUBEIRO SANTOS	040802	134,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SUSANE CRISTINA SARAIVA DOS SANTOS	040802	20,98	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SUSANE ISABEL DA SILVA EUGENIO TEIXEIRA GOMES	040802	391,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO ALEXANDRE FERNANDES FIDALGO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO ALEXANDRE SANTOS CARRICO GUEDES	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO FILIPE DIAS LEITÃO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO MIGUEL ANTONES ALBUQUERQUE	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO MIGUEL FIDALGO ALBERTO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO MIGUEL MARTINS NARCISO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO MIGUEL PAIS TO	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	TIAGO MIGUEL RODRIGUES ROSA GUTINHO	040802	8,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	THIAS ALEXANDRE PERES ROQUE	040802	45,80	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	VELERIA MARIA PAULO PRATA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	WALTER MIGUEL CAETANO SANTOS	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	WANESSA SILVA TOME	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	VICENTE ARRUDA MONTEZUMA QUEIROZ NAZARE	040802	200,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	VITOR AUGO GORJÃO HANNA MADUREIRA	040802	16,00	
alinéa h) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	VITOR MANUEL DA SILVA FERREIRA	040802	93,38	
alinéa j) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMEIRIM	040701	218.732,21	
alinéa j) n.º artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	COMITÉ PORTUGUÊS PARA UNICEF	040601	35,39	

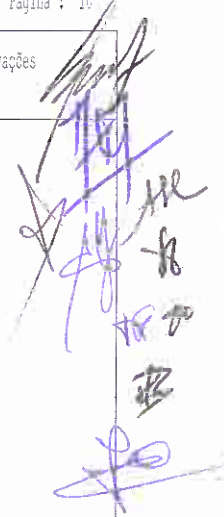
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 16

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	RESÍDUO-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	04050104	10.628,64	
alínea n) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO P. TRADICIONAIS PORT.	04050104	1.875,00	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES	04050104	4.370,68	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL	04050108	500,00	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL	040701	2.500,00	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO	04050104	53.649,72	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	MOVALMEIRIM - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM	040701	10.500,00	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM	040701	70.048,00	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM	040802	166,66	
alínea m) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ONHAC DISTRIITAL DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SANTARÉM	040601	385,00	
artigo 120.º e 131.º ANEXO I Lei 75/2013	FREGUESIA DE ALMEIRIM	0405010201	182.475,00	
artigo 120.º e 131.º ANEXO I Lei 75/2013	JUNTA DE FREGUESIA DA FAZENDAS DE ALMEIRIM	0405010203	166.885,58	
artigo 120.º e 131.º ANEXO I Lei 75/2013	JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO	0405010202	123.778,50	
artigo 120.º e 131.º ANEXO I Lei 75/2013	JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA	0405010204	94.767,27	
Total ...			1.937.080,02	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - DESPESA
ALMEIRIM

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
alínea f) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FAZENDENSE	080701	3.956,30	
alínea h) n.º2 artigo 23.º ANEXO I Lei 75/2013	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM	080701	149.893,04	
Total ...			153.849,34	

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JH', 'me', 'f8', '19', '23', and a large signature at the bottom.]

8.3.5.2 - ACTIVOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

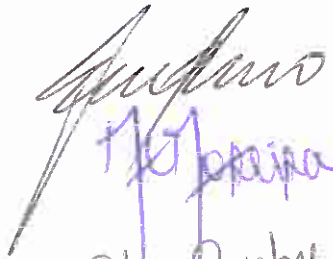




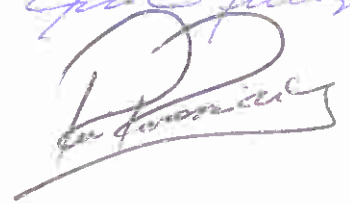
Município de Almeirim

Ano 2018

Valor de Mercado	Entidade Devedora	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Juros vencidos e recebidos	Juros vencidos e a receber
		Juros Vencidos	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor de Mercado		
A curto prazo							
A médio e longo prazo	AR - Águas Ribatejo, EM, S.A	0,00 €	1 061 893,00 €	2 750 575,93 €	2 750 575,93 €	0,00 €	0,00 €
	TAGUSGÁS	0,00 €	5 520,00 €	5 520,00 €	5 520,00 €	0,00 €	0,00 €
	COTHN	0,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00 €	0,00 €
	Fundo de Apoio Municipal	0,00 €	0,00 €	631 785,57 €	631 785,57 €	511,19 €	
Totais			1 068 913,00 €	3 389 381,50 €	3 389 381,50 €	511,19 €	

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 15 de abril 2019

8.3.6.1 - Empréstimos (a)

Município de Almeirim													2018		Unidade: €	
Caracterização do Empréstimo	Data de aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo (c)	Capital			Encargos do ano			Divida em 31 de Dezembro	observações	
					Nº de registro	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros			Total
Curto prazo																
Médio e longo prazos																
Caixa G. Depósitos	28/04/2000	01/08/2000	20	18	3 176	20/10/2000	Financiamento de obras participadas (QCA III)	3 740 984,23	3 740 984,23	4,91%	0,00%	288 776,91	-	288 776,91	895 330,73	577 553,82
BPI	30/03/2003	22/08/2003	20	15	2 073	03/10/2003	Recuperação e valorização do CNE, teatro de Almeirim	510 280,00	510 280,00	2,98%	0,52%	28 347,76	1 022,86	29 370,62	198 434,32	170 085,56
Novo Banco	29/09/2003	14/11/2003	20	16	2 844	04/12/2003	Aquisição de armadilhas para a Remediação Pública do Concelho	89 993,00	89 993,00	2,92%	0,65%	5 076,32	132,34	5 208,66	30 457,92	25 381,60
Caixa G. Depósitos	29/04/2004	29/08/2004	20	15	1 504	08/09/2004	Financiamento de obras previstas no PPI/2005	557 705,00	557 705,00	2,63%	0,17%	35 542,67	341,19	35 883,86	232 001,99	196 459,32
BCP	30/05/2004	04/10/2004	20	14	2 324	28/12/2004	Construção do Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo	148 862,45	148 862,45	2,63%	0,40%	9 107,26	267,68	9 374,94	89 199,67	60 092,41
Novo Banco	24/09/2004	28/10/2004	20	13	2 752	28/12/2004	Execução das Ruas António Agostinho e dos Azeites em Fazendas de Almeirim	51 488,00	51 488,00	2,51%	0,33%	2 860,00	78,96	2 938,96	24 318,00	21 456,00
Santander Totta	29/04/2005	31/05/2005	20	8	1 555	30/03/2005	Investimento de obras previstas no PPI/2005	609 602,00	609 602,00	2,35%	0,00%	35 958,94	-	35 958,94	288 871,54	251 012,60
Santander Totta	22/05/2005	28/09/2005	20	14	1 938	11/08/2005	Recuperação e valorização edifício do Matadouro "Centro de corte e fabrico de enchidos Tradicionais"	201 366,00	201 366,00	2,33%	0,00%	11 846,24	-	11 846,24	94 769,84	82 923,60
Santander Totta	22/06/2005	11/07/2005	20	11	1 814	07/10/2005	Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim	611 608,25	611 608,25	2,28%	0,00%	35 976,98	-	35 976,98	287 816,03	251 838,65
Santander Totta	30/09/2006	07/10/2006	20	13	2 574	24/11/2006	Financiamento de obras previstas no PPI/2005	153 370,00	153 370,00	2,30%	0,00%	9 021,80	-	9 021,80	72 174,16	63 152,35
Novo Banco	30/08/2006	21/08/2006	20	12	1 320	07/09/2006	Financiamento de obras previstas no PPI/2006	771 405,00	771 405,00	3,22%	0,05%	45 376,75	362,22	45 738,96	406 390,92	363 014,15
Novo Banco	28/12/2006	02/02/2007	20	9	35	05/03/2007	Construção da Escola Pré-Primária de Foz e 1ª Fase Circular Urbana	151 825,00	151 825,00	3,95%	0,05%	8 930,75	75,36	9 006,12	84 842,30	75 911,54
Novo Banco	10/02/2008	29/03/2008	20	9	681	17/08/2008	Reforço Sistema Saneamento do Concelho, Aquisição de terrenos e Construção de Arruamentos em Fazendas de Almeirim	500 000,00	500 000,00	4,94%	0,35%	29 411,76	1 122,20	30 533,96	323 529,44	294 117,58
Caixa G. Depósitos	30/04/2009	09/05/2009	20	9	1 244	28/08/2009	3ª Troço da Circular Urbana de Almeirim	176 799,47	176 799,47	3,48%	1,80%	9 980,74	2 065,00	12 038,74	130 942,16	120 961,42
BNIF	30/12/2008	17/05/2009	20	10	1 523	28/08/2009	Construção do Centro Escolar de Almeirim	434 745,50	434 745,50	3,79%	0,23%	25 573,26	560,63	26 253,89	306 879,20	281 305,94
BPI	30/06/2009	26/07/2009	20	9	1 774	13/11/2009	Requalificação da Praça Laureano de Carvalho em Almeirim	281 904,00	281 904,00	3,25%	1,85%	14 741,15	3 142,43	17 883,58	193 953,76	179 212,61
Novo Banco	20/05/2009	29/10/2009	20	9	2 299	29/12/2009	Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim	333 805,00	333 805,00	2,73%	1,75%	19 655,58	4 267,13	23 902,71	245 444,87	225 909,29
BPI	25/09/2010	24/07/2010	20	8	937	11/08/2010	Aquisição da Parcela "B" do terreno para construção do Novo Troço da Circular Urbana	183 500,00	183 500,00	2,81%	1,35%	10 832,85	2 028,10	12 860,95	152 865,49	142 032,84
Caixa G. Depósitos	31/12/2010	02/01/2011	20	7	72	07/04/2011	Construção do novo troço da circular urbana de Almeirim - troço entre a entrada da vale Barrocas e a EM 573	396 808,16	396 808,16	5,75%	1,25%	23 001,18	3 865,41	26 866,59	322 144,12	299 142,94
Caixa G. Depósitos	31/12/2010	28/04/2011	20	7	71	31/05/2011	Construção de casa da Cultura de Fazendas de Almeirim	288 500,46	288 500,46	5,71%	1,25%	17 302,73	2 922,82	20 225,55	242 334,16	225 031,43
BPI	02/12/2015	08/12/2015	10	3	2 724	28/01/2016	Investimento em imóvel	240 000,00	240 000,00	1,25%	1,25%	24 000,00	2 510,00	26 510,00	204 000,00	180 000,00
CA - Crédito Agrícola	12/12/2016	09/05/2017	20	2	1 061	24/05/2017	Aquisição de dois terrenos em Benfica do Ribatejo (ETAR)	286 000,00	286 000,00	1,00%	1,00%	12 985,82	2 827,82	15 813,24	286 000,00	273 014,38
CA - Crédito Agrícola	29/02/2017	28/09/2017	20	2	2 819	24/08/2017	Requalificação do Campo do Sporting	97 955,81	97 955,81	1,10%	1,10%	4 404,59	1 055,55	5 470,24	97 955,81	93 551,12
CA - Crédito Agrícola	11/05/2018	22/09/2018	10	2	1 819	22/08/2018	Aquisição do edifício na rua de couche - sede da Junta da freguesia de Almeirim	66 900,00	66 900,00	1,15%	1,15%	-	-	-	0,00	66 900,00
CA - Crédito Agrícola	11/05/2018	22/09/2018	20	1	1 920	22/08/2018	Aquisição de dois terrenos em Benfica do Ribatejo (ETAR)	85 000,00	85 000,00	1,15%	1,15%	-	-	-	85 000,00	85 000,00
CA - Crédito Agrícola	11/05/2018	22/09/2018	20	1	1 821	22/08/2018	Aquisição de prédio urbano sito na rua dos Charcos em Almeirim - junto ao antigo IVV	113 000,00	113 000,00	1,15%	1,15%	-	-	-	113 000,00	113 000,00
CA - Crédito Agrícola	11/05/2018	22/09/2018	20	1	1 818	22/08/2018	Aquisição de prédio urbano sito em Gaveiro das Ruas de Alagoa, Largo João de Deus e Rua Dr. César-Henriques em Almeirim	150 000,00	150 000,00	1,15%	1,15%	-	-	-	150 000,00	150 000,00
BPI	17/09/2018	15/09/2018	20	1	2 581	05/10/2018	Aquisição de terreno no pingo	710 000,00	710 000,00	1,20%	1,20%	-	-	-	710 000,00	710 000,00
Total								11 971 313,33	11 971 313,33			708 597,96	28 848,60	737 446,46	5 161 666,03	4 507 974,07

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
ALMEIRIM				2019/02/04	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
22		FORNECEDORES				3.097,28
22.1		Fornecedores c/corrente				310,58
	6027	REFLEXOPLURAL - LDA				310,58
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência				2.786,70
	1690	CIRCULO CULTURAL SCALABITANO				500,00
	2434	HIGTALCANEDE				25,68
	3359	A. MILNE CARMO, S.A.				2.082,67
	5208	JOSÉ TOMÁS SERÓDIO, LDA				170,35
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		6.019,81		1.812,78
24.3		Imposto sobre o valor acrescentado		6.019,81		1.812,78
24.3.6		Iva - a pagar		6.019,81		1.812,78
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		361.020,57		293.329,31
26.8		Devedores e credores diversos		361.020,57		293.329,31
26.8.8		Devedores Diversos - Outros		361.020,57		293.329,31
26.8.9.9		Outros		361.020,57		293.329,31
26.8.9.9.04		FUNDO DE APOIO MUNICIPAL - SUBSCRIÇÃO		270.765,57		203.074,31
26.8.9.9.05		FUNDO DE APOIO MUNICIPAL - REALIZAÇÃO		90.255,00		90.255,00
	4798	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL		90.255,00		90.255,00
TOTAL ...				367.040,38		298.239,37

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "ALMEIRIM" and various initials, are present on the right side of the page.]

1 – INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é um documento que evidencia a situação económica e financeira, relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos ao desenvolvimento das atividades do Município e à eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, utilizando para o efeito a informação orçamental e patrimonial.

De acordo com o estipulado na alínea i) do número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2018, tendo em vista o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do número 2, do artigo 25º da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Os documentos, para além dos fins de controlo enunciados, são essenciais para aferir a qualidade da gestão municipal, pela avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia na afetação de recursos aos objetivos realizados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Jorge', 'Hél', 'H', and 'Z']

2 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental consolida o desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

A atividade desenvolvida ao longo do ano em apreciação refletiu-se nas seguintes taxas de execução:

Na execução orçamental foi atingida uma taxa de 91,8% na receita incluindo o saldo da gerência anterior, e de 86,8% na despesa, correspondendo a um montante de 17.117.831,94€ e 16.189.924,96€, respetivamente, transitando para a gerência seguinte um saldo de 927.906,98€.

2.1 – ORÇAMENTO

O orçamento municipal é um documento de elevada importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no ano civil, sendo um documento essencial na gestão diária da autarquia. No entanto, tratando-se de um documento previsional, está sujeito a possíveis alterações ou revisões orçamentais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, fazendo face a eventuais realidades que possam surgir.

Durante o ano de 2018 foram efetuadas, 4 revisões e 84 alterações ao Orçamento.

SITUAÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ORIGEM DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	716.344,78 €	4,2%			
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Impostos diretos	4.069.054,19 €	23,8%	Despesas com o pessoal	4.733.145,68 €	27,7%
Impostos indiretos	105.425,29 €	0,6%	Aquisição de bens e serviços	4.036.964,14 €	23,6%
Taxas, multas e outras penalidades	118.679,69 €	0,7%	Juros e outros encargos	28.945,10 €	0,2%
Rendimentos de propriedade	760.315,92 €	4,4%	Transferências correntes	1.937.080,02 €	11,3%
Transferências correntes	6.898.645,13 €	40,3%	Subsídios	0,00 €	0,0%
Vendas de bens e serviços correntes	1.164.803,59 €	6,8%	Outras despesas correntes	31.274,14 €	0,2%
Outras receitas correntes	79.001,01 €	0,5%			
Soma das receitas correntes	13.195.924,82 €	77,1%	Soma das despesas correntes	10.767.409,08 €	62,9%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	30.921,66 €	0,2%	Aquisição de bens de investimento	4.492.383,32 €	26,2%
Transferências de capital	2.019.524,40 €	11,8%	Transferências de capital	153.849,34 €	0,9%
Ativos financeiros	0,00 €	0,0%	Ativos financeiros	67.691,26 €	0,4%
Passivos financeiros	1.154.900,00 €	6,7%	Passivos financeiros	708.591,96 €	4,1%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,0%	Outras despesas de capital	0,00 €	0,0%
Soma das receitas de capital	3.205.346,06 €	18,7%	Total das despesas de capital	5.422.515,88 €	31,7%
OUTRAS RECEITAS					
Reposições não abatidas nos pag/tos	216,28 €	0,0%	SALDO P/GERÊNCIA SEGUINTE	927.906,98 €	5,4%
TOTAL GERAL	17.117.831,94 €	100,0%	TOTAL GERAL	17.117.831,94 €	100,0%

2.1.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

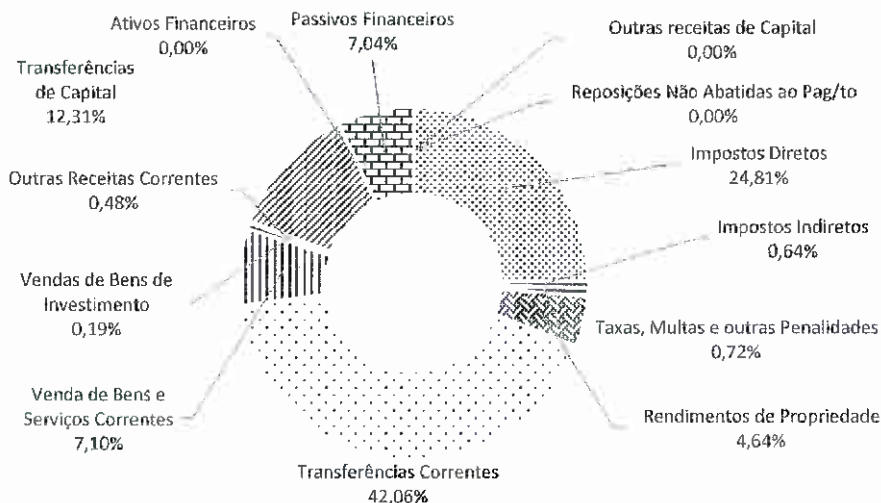
O Orçamento inicial de 2018 apresentou uma dotação prevista de 16.218.157,00€, do qual 12.650.534,00€ correspondiam a Receitas Correntes, 3.567.622,00€ a Receitas de Capital e 1,00€ de Outras receitas.

A execução orçamental da receita atingiu os 91,8% correspondendo a 17.117.831,94€, sendo que da sua totalidade 77,1% (13.195.924,82€) correspondem à execução das receitas correntes, 18,7% (3.205.346,06€) às receitas de capital e 4,2% (716.561,06€) a outras receitas (incluindo o saldo da gerência anterior).

Verificou-se um ligeiro aumento das receitas correntes em relação ao ano anterior em cerca de 1,11% e das receitas de capital em cerca de 66,19%, contribuindo para o aumento geral das receitas em 9,49% (sem inclusão do saldo da gerência anterior).

RESUMO DAS VARIAÇÕES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Designação	2018	% Total	% Parcial	2017	% Total	% Parcial	Δ %
Receitas Correntes							
Impostos Diretos	4.069.054,19 €	24,81%	30,84%	3.894.121,81 €	26,00%	29,84%	4,49%
Impostos Indiretos	105.425,29 €	0,64%	0,80%	157.757,42 €	1,05%	1,21%	-33,17%
Taxas, Multas e outras Penalidades	118.679,69 €	0,72%	0,90%	199.827,23 €	1,33%	1,53%	-40,61%
Rendimentos de Propriedade	760.315,92 €	4,64%	5,76%	756.849,56 €	5,05%	5,80%	0,46%
Transferências Correntes	6.898.645,13 €	42,06%	52,28%	6.851.626,22 €	45,74%	52,50%	0,69%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.164.803,59 €	7,10%	8,83%	1.160.671,18 €	7,75%	8,89%	0,36%
Outras Receitas Correntes	79.001,01 €	0,48%	0,60%	29.810,24 €	0,20%	0,23%	165,01%
Total Receitas Correntes	13.195.924,82 €	80,46%	100,00%	13.050.663,66 €	87,12%	100,00%	1,11%
Receitas Capital							
Vendas de Bens de Investimento	30.921,66 €	0,19%	0,96%	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	2.019.524,40 €	12,31%	63,00%	1.480.351,22 €	9,88%	76,75%	36,42%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.154.900,00 €	7,04%	36,03%	383.965,81 €	2,56%	19,91%	200,78%
Outras receitas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00%	37.026,40 €	0,25%	1,92%	-100,00%
Reposições Não Abatidas ao Pag/to	216,28 €	0,00%	0,01%	27.533,09 €	0,18%	1,43%	-99,21%
Total Receitas Capital	3.205.562,34 €	19,54%	100,00%	1.928.876,52 €	12,88%	100,00%	66,19%
Total Geral	16.401.487,16 €	100,00%		14.979.540,18 €	100,00%		9,49%



As receitas correntes apresentam uma estrutura semelhante à do exercício anterior, sendo que as Transferências Correntes são as que maior peso detêm, representando 52,28% do total deste tipo de receitas, seguindo-se os Impostos Diretos com 30,84% e a Venda de bens e Serviços Correntes com 8,83%.

As Receitas Correntes representam uma base elevada no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis para o funcionamento do Município, verificando-se uma execução de 104,3% em relação às previsões corrigidas.

Os Impostos Diretos, sendo uma das principais origens das receitas municipais, apresentam uma taxa de execução de 116,9%.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITAS CORRENTES

Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Recetas Correntes			
Impostos Diretos	3.481.414,00 €	4.069.054,19 €	116,9%
Impostos Indiretos	101.881,00 €	105.425,29 €	103,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	96.777,00 €	118.679,69 €	122,6%
Rendimentos de Propriedade	753.707,00 €	760.315,92 €	100,9%
Transferências Correntes	6.957.270,00 €	6.898.645,13 €	99,2%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.206.724,00 €	1.164.803,59 €	96,5%
Outras receitas Correntes	52.761,00 €	79.001,01 €	149,7%
Total Receitas Correntes	12.650.534,00 €	13.195.924,82 €	104,3%

Verificou-se nos Impostos Diretos um aumento em todos os impostos, à exceção dos Impostos Abolidos C. Autárquica, Sisa e Outros que não teve qualquer valor executado. O aumento mais significativo ocorreu na Derrama (170,7%), seguindo-se o Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (142,3%).

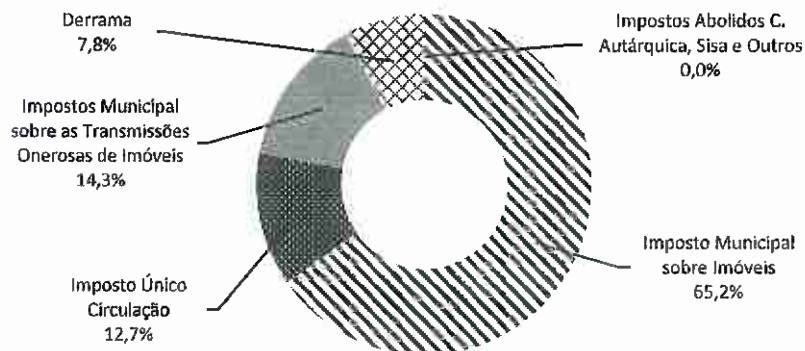
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS IMPOSTOS DIRETOS

IMPOSTOS DIRECTOS	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Diferenças	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.428.281,00 €	2.653.387,01 €	225.106,01 €	109,3%
Imposto Único Circulação	457.789,00 €	516.058,75 €	58.269,75 €	112,7%
Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	410.163,00 €	583.556,63 €	173.393,63 €	142,3%
Derrama	185.180,00 €	316.051,80 €	130.871,80 €	170,7%
Impostos Abolidos C. Autárquica, Sisa e Outros	1,00 €	0,00 €	-1,00 €	0,0%
TOTAIS	3.481.414,00 €	4.069.054,19 €	587.640,19 €	116,9%

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um aumento de 4,5% dos Impostos Diretos conforme quadro de evolução seguinte.

RESUMO DAS VARIAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS

IMPOSTOS DIRECTOS	2018	%	2017	%	Evolução	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.653.387,01 €	65,2%	2.405.879,39 €	61,8%	247.507,62 €	10,3%	141,5%
Imposto Único Circulação	516.058,75 €	12,7%	488.654,02 €	12,5%	27.404,73 €	5,6%	15,7%
Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	583.556,63 €	14,3%	674.647,74 €	17,3%	-91.091,11 €	-13,5%	-52,1%
Derrama	316.051,80 €	7,8%	324.940,66 €	8,3%	-8.888,86 €	-2,7%	-5,1%
Impostos Abolidos C. Autárquica, Sisa e Outros	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,0%
Totais	4.069.054,19 €	100,0%	3.894.121,81 €	100,0%	174.932,38 €	4,5%	100,0%



As Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 60,7%, tendo sido nas Transferências de Capital que se verificou uma maior execução, de 2.019.524,40€, com uma taxa de execução de 48,9% relativamente à previsão.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL

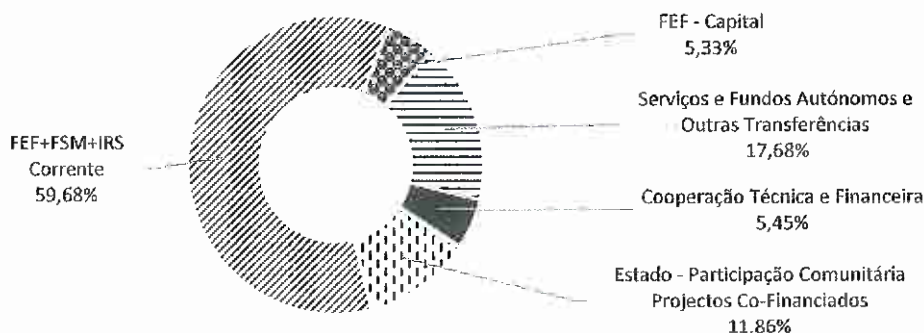
Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	5,00 €	30.921,66 €	618433,2%
Transferências de Capital	4.129.113,00 €	2.019.524,40 €	48,9%
Ativos Financeiros	1,00 €	0,00 €	0,0%
Passivos Financeiros	1.154.901,00 €	1.154.900,00 €	100,0%
Outras receitas de Capital	2,00 €	0,00 €	0,0%
Total Receitas de Capital	5.284.022,00 €	3.205.346,06 €	60,7%

As transferências Correntes e de Capital constituem uma das principais fontes de receita do Município ao totalizarem 8.918.169,53€, representando cerca de 54,37% da receita total.

No presente exercício as transferências obtidas tiveram um aumento global de 7,04% em relação ao ano transato, conforme demonstrado no quadro seguinte.

TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

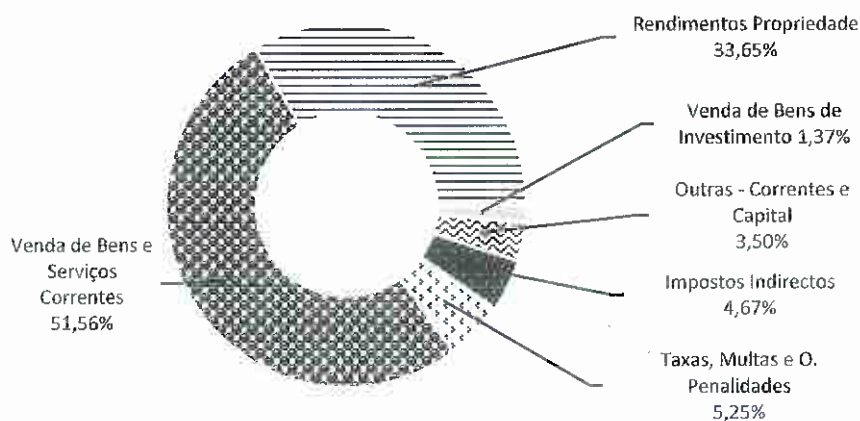
Estrutura das transferências	2018	%	2017	%	Variação	%
FEF + FSM + P.JRS Corrente	5.322.035,00 €	59,68%	5.237.086,98 €	62,86%	84.948,02 €	1,62%
FEF - Capital	475.566,00 €	5,33%	474.835,00 €	5,70%	731,00 €	0,15%
Outras Transferências + Serviços e Fundos Autónomos	1.576.610,13 €	17,68%	1.614.539,24 €	19,38%	-37.929,11 €	-2,35%
Cooperação Técnica e Financeira	485.905,39 €	5,45%	490.353,97 €	5,89%	-4.448,58 €	0,00%
Estado - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados	1.058.053,01 €	11,86%	515.162,25 €	6,18%	542.890,76 €	105,38%
Totais	8.918.169,53 €	100,00%	8.331.977,44 €	100,00%	586.192,09 €	7,04%



No presente exercício as receitas próprias obtidas tiveram uma diminuição de 3,54% em relação ao ano transato, conforme demonstra o quadro seguinte, apesar de se observar uma diminuição bastante significativa nas Taxas, Multas e Outras Penalidades.

RECEITAS PRÓPRIAS OBTIDAS

DESIGNAÇÃO	2018	%	2017	%	Evolução	%
Impostos Indirectos	105.425,29 €	4,67%	157.757,42 €	6,74%	-52.332,13 €	-33,17%
Taxas, Multas e Outras penalidades	118.679,69 €	5,25%	199.827,23 €	8,53%	-81.147,54 €	-40,61%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.164.803,59 €	51,56%	1.160.671,18 €	49,56%	4.132,41 €	0,36%
Rendimentos de Propriedade	760.315,92 €	33,65%	756.849,56 €	32,32%	3.466,36 €	0,46%
Venda de Bens de Investimento	30.921,66 €	1,37%	0,00 €	0,00%	30.921,66 €	
Outras - Correntes e Capital	79.001,01 €	3,50%	66.836,64 €	2,85%	12.164,37 €	18,20%
Totais	2.259.147,16 €	100,00%	2.341.942,03 €	100,00%	-82.794,87 €	-3,54%



2.1.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

O orçamento inicial de 2018 apresentou um valor de 16.218.157,00€ para a dotação prevista, do qual 10.480.424,00€ correspondiam a Despesas Correntes e 5.737.733,00€ a Despesas de Capital. No decorrer do exercício, devido às modificações ao Orçamento da Despesa, incluindo a distribuição do saldo da gerência anterior, verificou-se um

aumento nas Despesas Correntes de 1.158.664,06€ e nas Despesas de Capital no valor de 1.274.080,72€.

A execução orçamental da despesa atingiu os 86,8% correspondendo a 16.189.924,96€, em que da sua totalidade, 66,5% (10.767.409,08€) correspondem a Despesas Correntes e 33,5% (5.422.515,88€) a Despesas de Capital.

RESUMO DAS VARIAÇÕES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

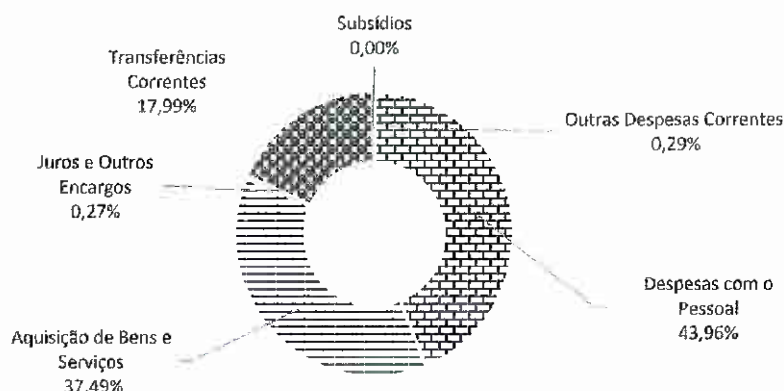
DESIGNAÇÃO	2018	% Total	% Parcial	2017	% Total	% Parcial	%
Despesas Correntes							
Despesas com o Pessoal	4.733.145,68 €	29,2%	44,0%	4.118.813,50 €	27,7%	38,3%	14,9%
Aquisição de Bens e Serviços	4.036.964,14 €	24,9%	37,5%	4.534.934,71 €	30,5%	42,1%	-11,0%
Juros e Outros Encargos	28.945,10 €	0,2%	0,3%	28.654,08 €	0,2%	0,3%	1,0%
Transferências Correntes	1.937.080,02 €	12,0%	18,0%	1.913.085,03 €	12,9%	17,8%	1,3%
Subsídios	0,00 €	0,0%	0,0%	0,00 €	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Despesas Correntes	31.274,14 €	0,2%	0,3%	168.467,23 €	1,1%	1,6%	-81,4%
Total das Despesas Correntes	10.767.409,08 €	66,5%	100,0%	10.763.954,55 €	72,4%	100,0%	0,0%
Despesas Capital							
Aquisição de Bens de Capital	4.492.383,32 €	27,7%	82,8%	3.282.956,02 €	22,1%	79,8%	36,8%
Transferências de Capital	153.849,34 €	1,0%	2,8%	50.194,79 €	0,3%	1,2%	206,5%
Ativos Financeiros	67.691,26 €	0,4%	1,2%	90.255,00 €	0,6%	2,2%	0,0%
Passivos Financeiros	708.591,96 €	4,4%	13,1%	689.792,94 €	4,6%	16,8%	2,7%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,0%	0,0%	0,00 €	0,0%	0,0%	0,0%
Total das Despesas Capital	5.422.515,88 €	33,5%	100,0%	4.113.198,75 €	27,6%	100,0%	31,8%
Total Geral	16.189.924,96 €	100,0%		14.877.153,30 €	100,0%		8,8%

As Despesas Correntes são todas aquelas realizadas com a manutenção dos equipamentos e funcionamento dos órgãos. Face à sua natureza, este tipo de despesas apresentam um comportamento pouco flexível.

As Despesas com Pessoal acusaram um peso de 44,0% no total das Despesa Corrente e 29,2% no total da despesa municipal em 2018. Outra das rubricas com elevada importância nas Despesas Correntes são as Despesas com Aquisição de Bens e Serviços, com um peso de 37,5%, apesar de se verificar que continuam a descer em relação a anos anteriores, no que se refere ao seu peso neste tipo de despesas (correntes).

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS CORRENTES

Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Despesas Correntes			
Despesas com o Pessoal	4.766.855,98 €	4.733.145,68 €	99,3%
Aquisição de Bens e Serviços	4.806.435,45 €	4.036.964,14 €	84,0%
Juros e Outros Encargos	29.639,00 €	28.945,10 €	97,7%
Transferências Correntes	1.998.328,88 €	1.937.080,02 €	96,9%
Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outras Despesas Correntes	37.828,75 €	31.274,14 €	82,7%
Total das Despesas Correntes	11.639.088,06 €	10.767.409,08 €	92,5%



2.1.3 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

O exercício em análise apresenta a seguinte estrutura de receitas e despesas correntes e de capital.

RESUMO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	2017	2018	Evolução %
Receitas Correntes	13.050.663,66 €	13.195.924,82 €	1,11%
Despesas Correntes	10.763.954,55 €	10.767.409,08 €	0,03%
Saldo Corrente	2.286.709,11 €	2.428.515,74 €	6,20%
Receitas de Capital	1.901.343,43 €	3.205.346,06 €	68,58%
Despesas de Capital	4.113.198,75 €	5.422.515,88 €	31,83%
Saldo Capital	-2.211.855,32 €	-2.217.169,82 €	-0,24%
Saldo da Gerência Anterior	613.957,90 €	716.344,78 €	16,68%
Receitas Totais	14.979.540,18 €	16.401.487,16 €	9,49%
Despesas Totais	14.877.153,30 €	16.189.924,96 €	8,82%
Saldo para a Gerência seguinte	716.344,78 €	927.906,98 €	29,53%

O Município apresentou poupança corrente positiva (2.428.515,74€) superior ao constatado no exercício anterior. O cumprimento da regra de equilíbrio orçamental está evidenciado no documento "Amortizações médias de empréstimos de médio/longo prazo", sendo o seu resultado positivo.

2.2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Através da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se a situação financeira real de cada projeto a 31 de dezembro de 2018. Os investimentos orçados e executados distribuíram-se pela classificação funcional, da seguinte forma:

Código	Designação do programa e projeto/ação	Montante previsto		Total	Executado	Nível Exec. Financ. Anual (a) %	Nível Exec. Financ. Global (b) %
		Ano	Anos Seguintes				
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.429.456,02 €	3.769.500,00 €	5.198.956,02 €	1.000.792,06 €	70,01%	19,25%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	596.309,87 €	3.667.000,00 €	4.263.309,87 €	459.096,32 €	76,99%	10,77%
1.1.1.	Administração geral	596.309,87 €	3.667.000,00 €	4.263.309,87 €	459.096,32 €	76,99%	10,77%
1.2.	Segurança e ordem públicas	833.146,15 €	102.500,00 €	935.646,15 €	541.695,74 €	65,02%	57,90%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	833.146,15 €	102.500,00 €	935.646,15 €	541.695,74 €	65,02%	57,90%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	6.136.334,73 €	4.061.689,67 €	10.198.024,40 €	5.003.904,23 €	81,55%	49,07%
2.1.	Educação	1.057.713,98 €	2.284.689,67 €	3.342.403,65 €	664.134,65 €	62,79%	19,87%
2.1.1.	Ensino não superior	554.674,70 €	525.701,67 €	1.080.376,37 €	211.235,96 €	38,08%	19,55%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	503.039,28 €	1.758.988,00 €	2.262.027,28 €	452.898,69 €	90,03%	20,02%
2.2.	Saúde	14.029,99 €	0,00 €	14.029,99 €	14.029,99 €	100,00%	100,00%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	14.029,99 €	0,00 €	14.029,99 €	14.029,99 €	100,00%	100,00%
2.3.	Segurança e acção social	421.638,46 €	959.000,00 €	1.380.638,46 €	405.950,23 €	96,28%	29,40%
2.3.2.	Ação social	421.638,46 €	959.000,00 €	1.380.638,46 €	405.950,23 €	96,28%	29,40%
2.4.	Habitacção e serviços colectivos	3.171.876,51 €	611.000,00 €	3.782.876,51 €	2.789.518,57 €	87,95%	73,74%
2.4.1.	Habitacção	1.935.504,26 €	114.000,00 €	2.049.504,26 €	1.636.257,62 €	84,54%	79,84%
2.4.5.	Resíduos sólidos	666.256,02 €	0,00 €	666.256,02 €	623.837,69 €	93,63%	93,63%
2.4.6.	Protecção meio ambiente e Conservação da natureza	570.116,23 €	497.000,00 €	1.067.116,23 €	529.423,26 €	92,86%	49,61%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.471.075,79 €	207.000,00 €	1.678.075,79 €	1.130.270,79 €	76,83%	67,36%
2.5.1.	Cultura	68.800,68 €	152.000,00 €	220.800,68 €	58.968,65 €	85,71%	26,71%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1.402.275,11 €	55.000,00 €	1.457.275,11 €	1.071.302,14 €	76,40%	73,51%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.988.270,72 €	4.247.796,31 €	6.236.067,03 €	1.659.880,39 €	83,48%	26,62%
3.2.	Indústria e energia	1.710.020,83 €	2.722.796,31 €	4.432.817,14 €	1.499.093,07 €	87,67%	33,82%
3.2.1.	Iluminação Pública	1.684.396,24 €	1.660.000,00 €	3.344.396,24 €	1.499.093,07 €	89,00%	44,82%
3.2.2.	Zona Industrial	0,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.2.3.	Combustíveis	25.624,59 €	1.057.796,31 €	1.083.420,90 €	0,00 €	0,00%	0,00%
3.3.	Transportes e comunicações	53.200,98 €	255.000,00 €	308.200,98 €	50.154,54 €	94,27%	16,27%
3.3.1.	Transportes rodoviários	53.200,98 €	255.000,00 €	308.200,98 €	50.154,54 €	94,27%	16,27%
3.4.	Comércio e Turismo	200.020,82 €	1.270.000,00 €	1.470.020,82 €	87.574,92 €	43,78%	5,96%
3.4.1.	Mercados e Feiras	93.603,00 €	1.150.000,00 €	1.243.603,00 €	10.633,35 €	11,36%	0,86%
3.4.2.	Turismo	106.417,82 €	120.000,00 €	226.417,82 €	76.941,57 €	72,30%	33,98%
3.5.	Desenvolvimento Económico	25.028,09 €	0,00 €	25.028,09 €	23.057,86 €	92,13%	92,13%
4.	Outras funções	0,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total:		9.554.061,47 €	12.128.985,98 €	21.683.047,45 €	7.664.576,68 €	80,22%	35,35%

Os investimentos realizados pelo Município de Almeirim no ano de 2018 atingiram 7.664.576,68€, traduzindo-se num grau de concretização de 80,2%.

2.3 – INVESTIMENTO MUNICIPAL

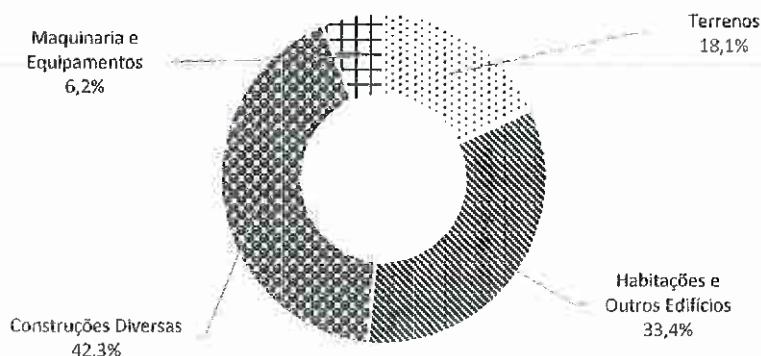
As despesas com a aquisição de bens de investimento (excluindo locações financeiras) são as mais importantes do conjunto das despesas de capital pagas em 2018, representando cerca de 82,8%.

Comparativamente ao ano anterior, as despesas de investimento tiveram um crescimento de 1.298.321,45€ (40,6%) como se demonstra no quadro seguinte:

Handwritten notes and signatures in purple ink, including the word 'TH' and various initials.

RESUMO DA EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL

DESIGNAÇÃO	2018	%	2017	%	Evolução	%
Terrenos	815.000,00 €	18,1%	190.467,00 €	6,0%	624.533,00 €	327,9%
Habitação e Outros Edifícios	1.500.241,81 €	33,4%	1.209.653,31 €	37,9%	290.588,50 €	24,0%
Construções Diversas	1.900.228,43 €	42,3%	1.541.382,28 €	48,3%	358.846,15 €	23,3%
Maquinaria e Equipamentos	276.913,08 €	6,2%	252.559,28 €	7,9%	24.353,80 €	9,6%
TOTAL	4.492.383,32 €	100,0%	3.194.061,87 €	100,0%	1.298.321,45 €	40,6%



2.4 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da atual Lei das Finanças Locais (LFL, Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro) o limite da dívida total é apurado do seguinte modo:

"1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores."

De acordo com os dados divulgados pela DGAL, o limite da dívida total do Município é o seguinte:

Receita Corrente Líquida				Limite da Dívida Total 2018
2015	2016	2017	Média	
12.402.394,07 €	12.465.371,49 €	13.050.663,66 €	12.639.476,41 €	18.959.214,61 €

A situação do Município, face ao limite, é a seguinte:

Limite da Dívida Total	18.959.214,61 €
Dívida Total de Operações Orçamentais (*)	5.626.558,96 €
Situação face ao Limite	13.332.655,65 €

3 – RECURSOS HUMANOS

3.1 – EFETIVOS

De acordo com o tratamento estatístico ao Balanço Social elaborado conforme Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, abrangendo todos os trabalhadores do Município. Independentemente do vínculo, salientam-se conforme indicadores apurados em 31 de Dezembro, os seguintes aspetos:

A atividade desenvolvida no Município de Almeirim incidiu sobre um universo de 269 trabalhadores ao seu serviço para levar a cabo as suas atribuições, contabilizando-se, ainda, 7 eleitos, 4 nomeados em cargos políticos e 29 na modalidade de prestação de serviços em regime de avença. Registou-se, assim, um aumento de 17 efetivos em relação ao ano anterior.

3.2 – DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com os trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal.

As despesas com pessoal representam nesta gerência cerca de 29,24% das despesas totais e 43,96% das despesas correntes.

As despesas com pessoal tiveram um aumento em relação ao ano anterior, verificando-se uma variação de 614.332,18€ que corresponde a um aumento de 14,92%.

RESUMO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM O PESSOAL

Designação	2018	%	2017	%	Variação	%
Remunerações Certas e Permanentes	3.483.653,50 €	73,60%	3.047.316,50 €	73,99%	436.337,00 €	14,32%
Abonos Variáveis e Eventuais	218.675,68 €	4,62%	143.338,29 €	3,48%	75.337,39 €	52,56%
Segurança Social	1.030.816,50 €	21,78%	928.158,71 €	22,53%	102.657,79 €	11,06%
Totais	4.733.145,68 €	100,00%	4.118.813,50 €	100,00%	614.332,18 €	14,92%

4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com o fim de avaliar os resultados alcançados pelo Município de Almeirim, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, efetuou-se a presente análise da situação económica e financeira.

4.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Almeirim encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2018 com um Resultado Líquido negativo de 2.159.515,21€. Verifica-se um agravamento (variação negativa de 385.818,96 €) em relação ao ano de 2017.

O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

RESULTADOS	2018	2017
Resultados Operacionais	- 2.916.869,58 €	-3.852.775,56 €
Resultados Financeiros	987.691,56 €	1.057.133,98 €
Resultados Correntes	- 1.929.178,02 €	-2.795.641,58 €
Resultados Extraordinários	- 230.337,19 €	1.021.945,33 €
Resultados Líquido do Exercício	- 2.159.515,21 €	-1.773.696,25 €

4.1.1 – RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

	PROVEITOS OPERACIONAIS	2018	%	2017	%
1	Vendas e Prestações de Serviços	1.227.401,46 €	9,60%	1.170.983,49 €	9,40%
2	Impostos e taxas	4.011.473,06 €	31,39%	3.945.728,98 €	31,69%
3	Proveitos suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4	Transferências e Subsídio Obtidos	7.540.716,43 €	59,01%	7.333.949,71 €	58,90%
5	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
6	Variação da Produção	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
7	Outros Proveitos e ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	Total dos Proveitos Operacionais	12.779.590,95 €	100,00%	12.450.662,18 €	100,00%
	CUSTOS OPERACIONAIS				
8	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00 €	0,00%	173.667,89 €	1,07%
9	Fornecimentos e Serviços Externos	4.280.107,26 €	27,27%	4.977.528,26 €	30,53%
10	Custos com Pessoal	4.777.283,02 €	30,44%	4.137.542,34 €	25,38%
11	Transferências e Subsídios Correntes concedidos	1.953.785,10 €	12,45%	1.913.110,03 €	11,73%
12	Amortizações do Exercício	4.658.280,07 €	29,68%	4.747.820,05 €	29,12%
13	Provisões do Exercício	26.855,07 €	0,17%	353.661,82 €	2,17%
14	Outros Custos Operacionais	150,01 €	0,00%	107,35 €	0,00%
	Total dos Custos Operacionais	15.696.460,53 €	100,00%	16.303.437,74 €	100,00%

Os Proveitos Operacionais representaram, em 2018, 89,78% do total dos proveitos da Autarquia. Esta situação está fortemente influenciada pelas Transferências e Subsídios Obtidos e pelos Impostos e Taxas.

Os Proveitos Operacionais no ano de 2018 registaram um aumento de 328.928,77€ relativamente ao ano anterior.

Nos Custos Operacionais destacam-se os Custos com Pessoal, Amortizações do Exercício e os Fornecimentos e Serviços Externos que, em conjunto, detêm um peso decisivo na estrutura dos Custos Operacionais.

4.1.2 – RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2018, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 987.691,56€. Os Proveitos Financeiros classificados como Rendimentos em imóveis e Ganhos em Entidades Participadas são os que registam valores mais altos, suficientes para cobrir os Custos Financeiros que advêm principalmente de juros de empréstimos contraídos.

	PROVEITOS FINANCEIROS	2018	%	2017	%
1	Juros Obtidos	0,00 €	0,00%	29,67 €	0,97%
2	Ganhos em Entidades Participadas	258.965,93 €	25,41%	334.673,50 €	0,00%
3	Rendimentos em Imóveis	760.300,96 €	74,59%	751.074,00 €	99,03%
4	Rendimentos de Participações de Capital	0,00 €	0,00%	3.760,85 €	0,00%
5	Diferenças de Cambio Favoráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
6	Desc. De Pagamento Obtidos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
7	Ganhos em Alienação Aplic. Tesouraria	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
8	Outros Prov. E Ganhos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	Total dos Proveitos Financeiros	1.019.266,89 €	100,00%	1.089.538,02 €	100,00%
	CUSTOS FINANCEIROS				
9	Juros Suportados	30.640,84 €	97,04%	26.867,31 €	91,47%
10	Perdas em entidades Participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
11	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Provisões para Aplicações Financeiras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
13	Diferenças de Cambio Desfavoráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
14	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Outros Custos e Perdas Financeiras	934,49 €	2,96%	5.536,73 €	8,53%
	Total dos Custos Financeiros	31.575,33 €	100,00%	32.404,04 €	100,00%

4.1.3 – RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

As correções de exercícios anteriores são os maiores contribuintes para o volume de proveitos extraordinários e de custos extraordinários registados, respetivamente.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

	PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	2018	%	2017	%
1	Restituição de Impostos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2	Recuperação de Dívidas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3	Ganhos em Existências	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4	Ganhos Imobilizações	30.921,66 €	7,11%	0,00 €	0,00%
5	Benefícios Penal. Contratuais	37.643,20 €	8,66%	7.556,43 €	0,67%
6	Redução Amortizações e Provisões	91.464,79 €	21,03%	66.169,50 €	5,83%
7	Correcções Exercícios Anteriores	745,35 €	0,17%	681.568,81 €	60,10%
8	Outros Prov. E Ganhos Extraordinários	274.119,14 €	63,03%	378.779,25 €	33,40%
	Total dos Proveitos Extraordinários	434.894,14 €	100,00%	1.134.073,99 €	100,00%
	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS				
9	Transferências de capital Concedidas	153.849,34 €	23,13%	50.194,79 €	44,77%
10	Dívidas Incobráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
11	Perdas em Existências	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Perdas em Imobilizações	498.321,53 €	74,91%	8.104,38 €	7,23%
13	Multas e Penalidades	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
14	Aumentos Amortizações e Provisões	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Correcções Exercícios Anteriores	12.060,46 €	1,81%	53.829,49 €	48,01%
16	Outros Custos e Perdas Extraordinários	1.000,00 €	0,15%	0,00 €	0,00%
	Total dos Custos Extraordinários	665.231,33 €	100,00%	112.128,66 €	100,00%

4.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.2.1 – BALANÇO RECLASSIFICADO

	ACTIVO	2018	%
1	Ativo Fixo (Líquido de Amortizações e Provisões Ac)	63.942.367,95 €	93,45%
2	Ativo Circulante	1.455.700,88 €	2,13%
2.1	Existências	0,00 €	0,00%
2.2	Realizável	266.702,89 €	0,39%
2.3	Disponível	1.188.997,99 €	1,74%
	Acréscimos e Diferimentos	3.029.232,26 €	4,43%
	Total do Ativo	68.427.301,09 €	100,00%
	FUNDOS PRÓPRIOS		
3	Património e Reservas	100.461.692,44 €	205,01%
4	Resultados Transítados	-49.298.478,09 €	-100,60%
5	Resultado Líquido do Exercício	-2.159.515,21 €	-4,41%
	Total dos Fundos Próprios	49.003.699,14 €	100,00%
	PASSIVO		
6	Provisões para riscos e encargos	186.684,21 €	0,96%
7	Exigível	6.167.304,45 €	31,75%
7.1	a Médio e Longo/Prazo	4.836.903,38 €	24,90%
7.2	a Curto Prazo	1.330.401,07 €	6,85%
	Acréscimos e Diferimentos	13.069.613,29 €	67,29%
	Total do Passivo	19.423.601,95 €	100,00%
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	68.427.301,09 €	

O valor do ativo municipal atingiu os 68.427.301,09€, composto essencialmente por imobilizações (93,45%).

As dívidas a terceiros de curto prazo totalizam 1.330.401,07€, que corresponde a 6,85% do passivo.

A dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo representa 24,90% do passivo.

4.2.2 – INDICADORES DE ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

A – Indicadores Financeiros

1	Liquidez Geral	Disponível + Realizável a curto prazo + Existências	1,09
		Exigível a curto prazo	
2	Liquidez Reduzida	Disponível + Realizável a curto prazo	1,09
		Exigível a curto prazo	
3	Liquidez Imediata	Disponível	0,89
		Exigível a curto prazo	
4	Autonomia Financeira	Fundos próprios	0,72
		Ativo Líquido	
5	Cobertura do Passivo pelo ativo	Ativo total	3,52
		Passivo total	
6	Cobertura do ativo fixo pelos capitais permanentes	Capitais permanentes	0,84
		Ativo fixo	
7	Grau de dependência dos empréstimos a M/L prazo	Empréstimos a M/L prazo	0,07
		Ativo total	
8	Relação entre património e Ativo Total	Património	1,47
		Ativo total	
9	Endividamento	Passivo	0,28
		Ativo Líquido	
10	Endividamento M/L prazo	Dívidas de M/L prazo	0,07
		Ativo Líquido	

B – Indicadores Económicos

11	Liquidez Geral	Resultado Líquido do Exercício	-0,04
		Fundos Próprios	
12	Rentabilidade Ativo Fixo	Resultado Líquido do Exercício	-0,03
		Ativo Fixo	
13	Rentabilidade Global	Resultado Líquido do Exercício	-0,03
		Ativo total	

4.2.3 – INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

Rácios de estrutura das receitas

Rácios	2018	%	2017	%
Impostos diretos	4.069.054,19 €	30,84%	3.894.121,81 €	29,84%
Receitas correntes	13.195.924,82 €		13.050.663,66 €	

O peso dos impostos diretos nas receitas correntes sofreu um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, representando 30,84% das receitas correntes da Autarquia.

Rácios	2018	%	2017	%
Transferências correntes	6.898.645,13 €	52,28%	6.851.626,22 €	52,50%
Receitas correntes	13.195.924,82 €		13.050.663,66 €	

Registou-se uma diminuição de 0,22% no que diz respeito ao peso das Transferências Correntes nas Receitas Correntes.

Rácios	2018	%	2017	%
Transferências Capital	2.019.524,40 €	63,00%	1.480.351,22 €	77,86%
Receitas Capital	3.205.346,06 €		1.901.343,43 €	

As Transferências de Capital apresentam um peso predominante sobre as Receitas de Capital de 63,00%, peso este que sofreu uma diminuição de 14,85% em relação ao ano de 2017.

Rácios	2018	%	2017	%
Passivos Financeiros	1.154.900,00 €	36,03%	383.965,81 €	20,19%
Receitas Capital	3.205.346,06 €		1.901.343,43 €	

Com este rácio pode analisar-se que, o recurso ao crédito por parte do Município sofreu um aumento de 15,84% relativo ao ano anterior.

Rácios	2018	%	2017	%
Receitas Correntes	13.195.924,82 €	80,46%	13.050.663,66 €	87,12%
Receitas Totais	16.401.487,16 €		14.979.540,18 €	

As Receitas Correntes representam 80,46% das Receitas Totais.

Rácios de Estrutura das Despesas

Rácios	2018	%	2017	%
Pessoal	4.733.145,68 €	43,96%	4.118.813,50 €	38,26%
Despesas correntes	10.767.409,08 €		10.763.954,55 €	

As Despesas com Pessoal têm um peso significativo nas Despesas Correntes, tendo sofrido um ligeiro aumento de 5,69 % em relação a 2017.

Rácios	2018	%	2017	%
Transferências correntes	1.937.080,02 €	17,99%	1.913.085,03 €	17,77%
Despesas correntes	10.767.409,08 €		10.763.954,55 €	

De forma geral, o peso das Transferências Correntes nas Despesas Correntes em 2018 sofreu um aumento de 0,22% em relação ao ano de 2017.

Rácios	2018	%	2017	%
Encargos financeiros	28.945,10 €	0,27%	28.654,08 €	0,27%
Despesas correntes	10.767.409,08 €		10.763.954,55 €	

Os Encargos Financeiros têm um peso pouco significativo sobre as Despesas Correntes, tendo-se registado o mesmo peso em relação ao ano de 2017.

Rácios	2018	%	2017	%
Investimento	4.492.383,32 €	82,85%	3.282.956,02 €	79,82%
Despesas Capital	5.422.515,88 €		4.113.198,75 €	

As Despesas de Investimento são o principal componente das Despesas de Capital, tendo-se registado um aumento de 3,03% comparativamente ao ano de 2017.

Rácios	2018	%	2017	%
Passivos Financeiros	708.591,96 €	13,07%	689.792,94 €	16,77%
Despesas Capital	5.422.515,88 €		4.113.198,75 €	

Os Passivos Financeiros em 2018 assumiram um menor peso sobre as Despesas de Capital diminuindo 3,70% em relação a 2017.

Rátios
Despesas Correntes
Despesas Totais

2018	%
10.767.409,08 €	66,51%
16.189.924,96 €	

2017	%
10.763.954,55 €	72,35%
14.877.153,30 €	

As Despesas Correntes constituem o maior peso sobre as Despesas Totais, apesar de se ter registado uma diminuição de 5,85% em relação ao ano de 2017.

Rátios Financeiros

Rátios
Fundos Municipais
Investimento

2018	%
5.797.601,00 €	129,05%
4.492.383,32 €	

2017	%
5.711.921,98 €	173,99%
3.282.956,02 €	

Os Fundos Municipais são uma das formas de financiamento do investimento autárquico, tendo contribuído para a cobertura do investimento em 129,05%, o que representa uma diminuição de 44,93% em relação ao ano de 2017.

Rátios
Despesas Correntes
Receitas Correntes

2018	%
10.767.409,08 €	81,60%
13.195.924,82 €	

2017	%
10.763.954,55 €	82,48%
13.050.663,66 €	

Em 2018 o peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes foi de 81,60%, tendo reduzido 0,88% face a 2017.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Câmara Municipal de Almeirim propõe, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que o resultado líquido negativo de 2.159.515,21€, do exercício seja transitado para a conta 59 resultados transitados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "me" and "F"]

GUIA DE REMESSA

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Envia à Direcção Geral do Tribunal de Contas os documentos constitutivos da conta de gerência relativa ao período de 2 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Nº do Doc.	DESIGNAÇÃO
1	Balanço
2	Demonstração de Resultados
3	Controlo Orçamental da Despesa
4	Controlo Orçamental da Receita
5	Fluxos de Caixa
6	Contas de Ordem
7	Operações de Tesouraria
8	Caracterização da Entidade
9	Contratação administrativa
10	Empréstimos
11	Relatório de Gestão
12	Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta
13	Norma de controlo interno e suas alterações
14	Síntese das Reconciliações Bancárias
15	Relação Nominal dos Responsáveis
16	Parecer e certificação legal nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro

O Dirigente responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura _____

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "H. 11/17", "me", and "R. 11/17"]

NORMA DE CONTROLO INTERNO

ANEXO II

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2018

APRECIACÃO E APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

A Prestação de Contas relativa ao ano financeiro de dois mil e dezoito foi aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada a 15 de abril de dois mil e dezanove, por (2) unanimidade.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

APRECIACÃO E APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Prestação de Contas relativa ao ano financeiro de dois mil e dezoito foi presente à apreciação e votação em sessão (3) ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou a 29 de abril de dois mil e dezanove, por (2) unanimidade.

O Presidente (1)

[Handwritten signature of the President]

1º Secretário (1)

[Handwritten signature of the 1st Secretary]

2º Secretário (1)

[Handwritten signature of the 2nd Secretary]

- (1) – Rubricar também as folhas.
- (2) – Indicar por unanimidade ou maioria.
- (3) – Ordinária ou Extraordinária.

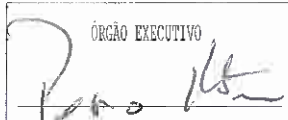
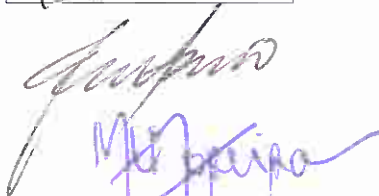
ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 250								DATA	ANO	PÁGINA
ALMEIRIM		Data : 2018/12/31								2019/02/04	2018	1
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO			
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR		
11		C A I X A	16.905.866,62	16.905.475,85	239.234,64	239.234,64	17.145.101,26	17.144.710,49	390,77			
11.1		CAIXA - T.M.	16.905.209,12	16.904.818,35	239.234,64	239.234,64	17.144.443,76	17.144.052,99	390,77			
	CX	C.X.	16.905.209,12	16.904.818,35	239.234,64	239.234,64	17.144.443,76	17.144.052,99	390,77			
11.3		FFCX Piscinas	150,00	150,00			150,00	150,00				
11.3.1		FFCX Piscinas 1	50,00	50,00			50,00	50,00				
	FX1	FFCX 1 piscinas	50,00	50,00			50,00	50,00				
11.3.2		FFCX Piscinas 2	50,00	50,00			50,00	50,00				
	FX2	FFCX 2 piscinas	50,00	50,00			50,00	50,00				
11.3.3		FFCX Piscinas 3	50,00	50,00			50,00	50,00				
	FX3	FFCX 3 piscinas	50,00	50,00			50,00	50,00				
11.8		FUNDO DE MANEIO	507,50	507,50			507,50	507,50				
	FM	F.M.CTB	507,50	507,50			507,50	507,50				
12		DEPÓSITOS INST. FINANCEIRAS	21.515.402,55	20.566.029,97	239.234,64		21.754.637,19	20.566.029,97	1.188.607,22			
12.1		DEPÓSITOS À ORDEM	21.515.402,55	20.566.029,97	239.234,64		21.754.637,19	20.566.029,97	1.188.607,22			
12.1.01		BANCO C.PORTUGUÊS	491.082,95	309.160,82			491.082,95	309.160,82	181.922,13			
12.1.01.01		MIL BCP - 21180000015 - NORMAL	12.707,79	11.554,31			12.707,79	11.554,31	1.153,48			
	0033/21180000015	MIL BCP	12.707,79	11.554,31			12.707,79	11.554,31	1.153,48			
12.1.01.02		MIL BCP - 21180035560 - CAUÇÕES	477.095,99	297.201,51			477.095,99	297.201,51	179.894,48			
	0033/21180035560	OBRS	477.095,99	297.201,51			477.095,99	297.201,51	179.894,48			
12.1.01.03		MIL BCP	477.095,99	297.201,51			477.095,99	297.201,51	179.894,48			
	0033/50118234123	MIL BCP - 50118234123	1.279,17	405,00			1.279,17	405,00	874,17			
12.1.02		MIL BCP	1.279,17	405,00			1.279,17	405,00	874,17			
	0046/08263000194	BANCO POPULAR - 08263000194	190.108,15	190.108,15			190.108,15	190.108,15				
12.1.03		B.P.	190.108,15	190.108,15			190.108,15	190.108,15				
12.1.03.01		B.P.INVESTIMENTO	934.582,45	797.024,15			934.582,45	797.024,15	137.558,30			
	0010/18750700101	B.P.I. - 18750700101 - TRIBUNAL	818.993,07	796.748,15			818.993,07	796.748,15	22.244,92			
12.1.03.02		B.P.I.	818.993,07	796.748,15			818.993,07	796.748,15	22.244,92			
	0010/18750700102	B.P.I. - 18750700102 - CPCJ	115.589,38	276,00			115.589,38	276,00	115.313,38			
12.1.04		B.P.I.	115.589,38	276,00			115.589,38	276,00	115.313,38			
	0007/00012520000	NOVO BANCO 00012520000 - RES. SOLIDOS	725.867,02	706.029,03			725.867,02	706.029,03	19.837,99			
12.1.05		N.B.	725.867,02	706.029,03			725.867,02	706.029,03	19.837,99			
	0030/00201660535	BANCO SANTANDER - 00201660535	7.015,33	7.015,33			7.015,33	7.015,33				
12.1.06		B.S.	7.015,33	7.015,33			7.015,33	7.015,33				
12.1.06.01		CAIXA C.A.MÚTUO	955.161,69	749.992,62			955.161,69	749.992,62	205.169,07			
	0045/40047521540	C.C.A.M. - 40047521540	934.585,51	736.077,40			934.585,51	736.077,40	198.508,11			
12.1.06.02		C.C.A.M.	934.585,51	736.077,40			934.585,51	736.077,40	198.508,11			
	0045/40047920281	C.C.A.M. - 40047920281	20.576,18	13.915,22			20.576,18	13.915,22	6.660,96			
12.1.07		C.C.A.M.	20.576,18	13.915,22			20.576,18	13.915,22	6.660,96			
	0036/99100000642	CAIXA E.M.GERAL - 99100000642	901,73	212,44			901,73	212,44	689,29			
12.1.08		C.E.M.G.	901,73	212,44			901,73	212,44	689,29			
12.1.08.01		CAIXA G.DEPÓSITOS	17.452.304,27	17.121.244,37	239.234,64		17.691.538,91	17.121.244,37	570.294,54			
	0035/00000021830	C.G.D. - 00000021830 - VENCIMENTOS	12.698.300,59	12.690.051,87	239.234,64		12.937.535,23	12.690.051,87	247.483,36			
12.1.08.02		C.G.D.	12.698.300,59	12.690.051,87	239.234,64		12.937.535,23	12.690.051,87	247.483,36			
	0035/00000793431	C.G.D. - 00000793431 - CICLOVIA	11.540,27	10.336,14			11.540,27	10.336,14	1.204,13			
12.1.08.03		C.G.D.	11.540,27	10.336,14			11.540,27	10.336,14	1.204,13			
	0035/00002974730	C.G.D. - 00002974730 - ESCOLA PAÇO DOS NEGROS	202.499,64	122.757,20			202.499,64	122.757,20	79.742,44			
12.1.08.04		C.G.D.	202.499,64	122.757,20			202.499,64	122.757,20	79.742,44			
	0035/00002975530	C.G.D. - 00002975530 - OF. TESOUREARIA	1.435.863,94	1.356.986,02			1.435.863,94	1.356.986,02	78.877,92			
12.1.08.05		C.G.D.	1.435.863,94	1.356.986,02			1.435.863,94	1.356.986,02	78.877,92			
	0035/00017669330	C.G.D. - 00017669330 - DIQUES	431.535,01	430.085,19			431.535,01	430.085,19	1.449,82			
12.1.08.06		TAPADA	431.535,01	430.085,19			431.535,01	430.085,19	1.449,82			
	0035/00019540930	C.G.D. - 00019540930 - IVV	232.204,45	230.730,83			232.204,45	230.730,83	1.473,62			
12.1.08.07		C.G.D.	232.204,45	230.730,83			232.204,45	230.730,83	1.473,62			
	0035/00019783630	C.G.D. - 00019783630 - 1EFP	486.474,69	477.115,57			486.474,69	477.115,57	9.359,12			
	0035/00019783630	C.G.D.	486.474,69	477.115,57			486.474,69	477.115,57	9.359,12			

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 250							DATA	ANO	PÁGINA
ALMEIRIM		Data : 2018/12/31							2019/02/04	2018	2
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR	
TRANSPORTE			35.709.004,53	34.983.081,21	478.469,28	239.234,64	36.187.473,81	35.222.315,85	965.157,96		
12.1.08.08		C.G.D. - 00019898030 - ILUMINACAO PUBLICA	1.278.407,78	1.266.746,87			1.278.407,78	1.266.746,87	11.660,91		
	0035/00019898030	C.G.D.	1.278.407,78	1.266.746,87			1.278.407,78	1.266.746,87	11.660,91		
12.1.08.09		C.G.D. - 00019936730 - CDOS	447.464,47	322.963,53			447.464,47	322.963,53	124.500,94		
	0035/00019936730	C.G.D.	447.464,47	322.963,53			447.464,47	322.963,53	124.500,94		
12.1.08.10		C.G.D. - 00019954530 - ABERTA	24.135,15	13.781,10			24.135,15	13.781,10	10.354,05		
	0035/00019954530	C.G.D.	24.135,15	13.781,10			24.135,15	13.781,10	10.354,05		
12.1.08.11		C.G.D. - 00019955330 - Z. ENVOLVENTE HOSPITAL E MERCADO	200.926,12	199.690,05			200.926,12	199.690,05	1.236,07		
	0035/00019955330	C.G.D.	200.926,12	199.690,05			200.926,12	199.690,05	1.236,07		
12.1.08.12		C.G.D. - 00020095030 - REDE WIFI	2.952,16				2.952,16		2.952,16		
	0035/00020095030	C.G.D.	2.952,16				2.952,16		2.952,16		
12.1.09		SANTANDER TOTTA	402.145,65	363.032,05			402.145,65	363.032,05	39.113,60		
12.1.09.01		S.T. - 05206833020 - ABERTA	254.123,09	245.037,10			254.123,09	245.037,10	9.085,99		
	0018/05206833020	S.T.	254.123,09	245.037,10			254.123,09	245.037,10	9.085,99		
12.1.09.02		S.T. - 21409171001- EMPRESTIMOS	1.265,53	41,50			1.265,53	41,50	1.224,03		
	0018/21409171001	S.T.	1.265,53	41,50			1.265,53	41,50	1.224,03		
12.1.09.03		S.T. - 00200037580 - O.T.	2.348,61	30,00			2.348,61	30,00	2.318,61		
	0018/00200037580	S.T.	2.348,61	30,00			2.348,61	30,00	2.318,61		
12.1.09.04		S.T. - 00201660535 - EMPRESTIMOS	107.552,49	93.029,59			107.552,49	93.029,59	14.522,90		
	0018/00201660535	S.T.	107.552,49	93.029,59			107.552,49	93.029,59	14.522,90		
12.1.09.05		S.T. - 00600010385 - BP	36.855,93	24.893,86			36.855,93	24.893,86	11.962,07		
	0018/00600010385	S.T.	36.855,93	24.893,86			36.855,93	24.893,86	11.962,07		
12.1.10		BIC-15411157101-Sub. Natal	356.233,31	322.211,01			356.233,31	322.211,01	34.022,30		
	0079/15411157101	BIC	356.233,31	322.211,01			356.233,31	322.211,01	34.022,30		
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			38.421.269,17	37.471.505,82	478.469,28	239.234,64	38.899.738,45	37.710.740,46	1.188.997,99		
DOCUMENTOS			544.825,02	77,00			544.825,02	77,00	544.748,02		
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			16.889.364,57	16.200.692,23	239.234,64		17.128.599,21	16.200.692,23	927.906,98		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.222.542,08	961.451,07			1.222.542,08	961.451,07	261.091,01		

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ÓRGÃO EXECUTIVO





Anexo IV

SÍNTESE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

MUNICIPIO DE ALMEIRIM

Instituição Bancária		Saldo 31-12-2018 a)	Saldo Contabilístico b)	Observações c)
Banco	Nº Conta			
Milennium BCP	21180000015	1 153,48 €	1 153,48 €	
	21188003560	179 891,98 €	179 894,48 €	1)
	50118234123	874,17 €	874,17 €	
Banco P. Investimento	18750700101	25 985,90 €	22 244,92 €	1)
	18750700102	115 313,38 €	115 313,38 €	
Novo Banco	0012520000	25 605,54 €	19 837,99 €	1)
Banco Santander Totta	00200037580	2 311,11 €	2 318,61 €	1)
	00201660535	14 479,86 €	14 522,90 €	1)
	05206833020	23 000,63 €	9 085,99 €	1)
	00600010385	11 922,57 €	11 962,07 €	
	21409171001	1 079,57 €	1 224,03 €	1)
Caixa Crédito A Mutuo	40047521540	202 246,13 €	198 508,11 €	1)
	40047920281	11 399,61 €	6 660,96 €	1)
Caixa Eco Montepio Geral	99100000642	663,29 €	689,29 €	1)
Caixa Geral Depósitos	00000021830	250 406,46 €	247 483,36 €	1)
	00000793431	1 204,13 €	1 204,13 €	
	00002974730	89 647,74 €	79 742,44 €	1)
	00002975530	82 180,40 €	78 877,92 €	1)
	00017669330	1 626,67 €	1 449,82 €	1)
	00019540930	1 473,62 €	1 473,62 €	
	00019783630	18 211,31 €	9 359,12 €	1)
	00019898030	11 660,91 €	11 660,91 €	
	00019936730	124 500,94 €	124 500,94 €	
	00019954530	10 354,05 €	10 354,05 €	
	00019955330	1 236,07 €	1 236,07 €	
	00020095030	2 952,16 €	2 952,16 €	
BIC	15411157101	36 275,28 €	34 022,30 €	1)

TOTAL

1 188 607,22 €

O Responsável pela Área Financeira

Assinatura

Membro do executivo responsável p/ área Financeira

Assinatura _____

Na coluna a) indicar o valor do saldo constante do extracto bancário à data de 31/12/n

Na coluna b) a importância constante do
Resumo Diário de Tesouraria

Na coluna c) indicar para cada conta, consoante a situação, um dos seguintes códigos:

(1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências

(2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de...

(3) Reconciliação não efectuada

divergências
 (2) Reconciliação efectuada mas justificada a divergência de...
 (3) Reconciliação não efectuada

Assinatura: *[Handwritten signature]*
 Assinatura: *[Handwritten signature]*
 Assinatura: *[Handwritten signature]*
 Assinatura: *[Handwritten signature]*
 Assinatura: *[Handwritten signature]*

Anexo IV

SÍNTESE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

MUNICIPIO DE ALMEIRIM

Instituição Bancária		Saldo	Saldo	Observações c)	Diferenças de saldo
Banco	Nº Conta	31-12-2018 a)	Contabilístico b)		
Millennium BCP	21180000015	1 153,48 €	1 153,48 €		0,00 €
	21188003560	179 891,98 €	179 894,48 €	1)	-2,50 €
	50118234123	874,17 €	874,17 €		0,00 €
Banco P. Investimento	18750700101	25 985,90 €	22 244,92 €	1)	3 740,98 €
	18750700102	115 313,38 €	115 313,38 €		0,00 €
Novo Banco	0012520000	25 605,54 €	19 837,99 €	1)	5 767,55 €
Banco Santander Totta	00200037580	2 311,11 €	2 318,61 €	1)	-7,50 €
	00201660535	14 479,86 €	14 522,90 €	1)	-43,04 €
	05206833020	23 000,63 €	9 085,99 €	1)	13 914,64 €
	00600010385	11 922,57 €	11 962,07 €	1)	-39,50 €
	21409171001	1 079,57 €	1 224,03 €	1)	-144,46 €
Caixa Crédito A Mutuo	40047521540	202 246,13 €	198 508,11 €	1)	3 738,02 €
	40047920281	11 399,61 €	6 660,96 €	1)	4 738,65 €
Caixa Eco Montepio Geral	99100000642	663,29 €	689,29 €	1)	-26,00 €
Caixa Geral Depósitos	00000021830	250 406,46 €	247 483,36 €	1)	2 923,10 €
	00000793431	1 204,13 €	1 204,13 €		0,00 €
	00002974730	89 647,74 €	79 742,44 €	1)	9 905,30 €
	00002975530	82 180,40 €	78 877,92 €	1)	3 302,48 €
	00017669330	1 626,67 €	1 449,82 €	1)	176,85 €
	00019540930	1 473,62 €	1 473,62 €		0,00 €
	00019783630	18 211,31 €	9 359,12 €	1)	8 852,19 €
	00019898030	11 660,91 €	11 660,91 €		0,00 €
	00019936730	124 500,94 €	124 500,94 €		0,00 €
	00019954530	10 354,05 €	10 354,05 €		0,00 €
	00019955330	1 236,07 €	1 236,07 €		0,00 €
	00020095030	2 952,16 €	2 952,16 €		0,00 €
BIC	15411157101	36 275,28 €	34 022,30 €	1)	2 252,98 €

TOTAL

1 247 656,96 €

1 188 607,22 €

59 049,74 €

Na coluna a) indicar o valor do saldo constante do extracto bancário à data de 31/12/n	61 585,23 €	Cheques e transferências de saída em transito: 5.800,76 €
Na coluna b) a importância constante do Resumo Diário de Tesouraria		Receitas que entraram no extracto bancário mas não no extracto contabilístico: 55.784,47 €
Na coluna c) indicar para cada conta, consoante a situação, um dos seguintes códigos:		
(1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências	-2 535,49 €	Despesas que já saíram do extrato bancário mas não do extracto contabilístico: - 5.535,49 €
(2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de...	59 049,74 €	Total
(3) Reconciliação não efectuada		

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM
GERÊNCIA	2018

TITULAR DO FUNDO DE MANEIO	Filipe Manuel de Almeida Nunes
DATA DA CONSTITUIÇÃO	15 de janeiro de 2018

Foi aprovado a constituição de um fundo de manejo de valor mensal de 500,00 euros ,
com um máximo anual de 6000,00 euros.

Durante o ano de 2018, nenhum valor deste fundo foi utilizado.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Filipe' and 'Almeida']

ANEXO VII

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Ana Maria Galão Veríssimo	Assistente técnica	2001/07/02	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Serviço de vendas/Comissionista	Funções Privadas	2018/03/20
Ângelo Carvalho de Almeida	Assistente técnico (Animação Desportiva)	2005/05/06	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Técnico de andebol	Funções Privadas	2011/09/15
António Fernando Cláudio Cruz	Assistente técnico (Topógrafo)	1984/08/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Serviço de topógrafo	Funções Privadas	2007/01/31
António Mário Areosa F. Cardoso Forte	Técnico superior (Arquiteto)	2004/07/19	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Elaboração de projetos de arquitetura e de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas	Funções Privadas	2009/11/27 2013/11/19 2017/11/29
António João Santos Seródio	Assistente operacional (Motorista Ligeiros)	1994/01/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Prestação de serviço de condução	Funções Privadas	2016/06/27

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
António Joaquim Veríssimo Pisco	Especialista de informática (assegura funções de coordenador)	2005/09/13	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Formador	Funções Privadas	2016-05-25
António José Rosário Pisco Figueiredo	Assistente operacional (Motorista MI)	1994/02/07	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Empregado de limpeza	Funções Privadas	2008/02/13
António Xavier Martins Rocha Pinto	Técnico superior (Engenheiro técnico)	2003/02/04	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Elaboração de projetos de engenharia, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas; Avaliação imobiliária, peritagem e outros estudos	Funções Privadas	2011/01/26 2014/01/15
Avelino Manuel Mendes Fidalgo	Assistente operacional (Conductor de máquinas)	2005/01/03	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Conductor de veículos pesados de mercadorias	Funções Privadas	2015/09/03

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Cândida Isabel da Conceição Lopes	Técnico superior em mobilidade interna (Secretaria GAP)	2017/05/16	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Produtora de energia elétrica de origem solar	Funções Privadas	2012/06/15
Débora Cristina Pingo Guarita Marcelino	Técnico superior (Nutrição)	2018/07/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Consultas de nutrição	Funções Privadas	2018/10/29
Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan	Técnico superior (Desporto)	2013/03/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Aulas de motricidade infantil	Funções Privadas	2013/12/10
Flávia Sofia Petinga Vicente	Técnico superior (Desporto)	2018/07/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Nadador Salvador	Funções Privadas	2018/07/20
Gonçalo Manuel Nunes Bastos Martins	Técnico superior (Desporto)	2013/03/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Aulas de motricidade infantil	Funções Privadas	2015/02/03
Helena Isabel Marques Duarte Segurado	Técnico Superior	2018/07/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Consultoria jurídica a entidades públicas e associações de direito privado	Funções Privadas	2018/07/01
Inês Margarida Almeida Ferreira	Assistente operacional	2014/12/30	Contrato trabalho em funções públicas por	Aulas de Inglês	Funções Privadas	2015/01/09

3

ANEXO VII

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
João Fernando Xavier	Fiscal municipal	1984/08/01	tempo indeterminado	Feirante	Funções Privadas	2013/06/07
João Manuel Domingos Moreira Marecos	Assistente Operacional	2018/03/02	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Serviços de carpintaria	Funções Privadas	2018/03/09
José Jacinto Pereira Santos	Assistente operacional (Porta miras)	1988/04/18	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Topógrafo	Funções Privadas	2006/12/19
Luís Filipe Inácio Lopes	Assistente operacional (Lubrificador)	2018/07/01	Contrato trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo	Mecânico de motorizadas e velocípedes s/ motor	Funções Privadas	2018/06/29
Luísa Maria Reis Ferreira	Assistente operacional	1993/01/05	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Empregada de balcão	Funções Privadas	2011/10/20
Manuel Francisco Barradas Russo	Técnico superior em mobilidade interna (Desporto)	2015/12/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Aulas de expressão física e motora	Funções Privadas	2008/11/04
Maria do Carmo Mendes Pereira Gomes Lourenço Crucho	Assistente técnica	2017/12/27	Contrato trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo	Professora em escola profissional	Funções privadas	2017/12/28
Maria Emilia Piscalho Pereira Silva	Assistente técnica	1994/09/22	Contrato trabalho em	Exploração de	Funções	2018/08/24

4

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
			funções públicas por tempo indeterminado	atividade de alojamento local	privadas	
Maria Fátima Neves Lopes	Técnico superior (Engenharia civil)	2005/01/25	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Elaboração de projetos de engenharia e acompanhamento de obra	Funções Privadas	2011/04/12
Maria Rosário Alfaiate Russo	Técnico superior (Serviço social)	2002/12/30	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Vogal da direção de IPSS	Funções Privadas	2013/03/25
Mário João Nogueira Capela	Assistente operacional (Porta miras)	1988/01/04	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Comércio a retalho e artigos de pesca	Funções Privadas	2007/05/02
Moisés Ribeiro Rego	Assistente operacional (Motorista transporte coletivo)	2005/01/03	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Empregado de serviço de mesas e condutor transporte coletivo	Funções Privadas	2006/12/14 2015/12/02
Nuno Filipe Jesus Costa Montez	Técnico de informática	2003/01/02	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Formador	Funções Privadas	2016/05/27
Nuno Miguel Barros Santiago	Assistente operacional (Serralharia)	1996/11/15	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Soldador	Funções Privadas	2010/01/18

5

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Nuno Miguel Duarte Torre	Assistente operacional	2015/09/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Montagem de telas cénicas	Funções Privadas	2016/06/28
Oswaldo Correia Galego da Cruz Estevão	Assistente operacional	2017/12/13	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Agricultor	Funções Privadas	2017/12/18
Pedro Manuel da Cruz Bento	Técnico superior (Desporto)	2013/03/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Sócio gerente não remunerado; Comércio a retalho, máquinas automáticas	Funções Privadas	2018/05/28
Philippe Tomás Rafael	Técnico superior (Arquiteto)	2017-01-01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Projetos de arquitetura e de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas	Funções Privadas	2017/11/29
Rui António Rodrigues Botas	Assistente Operacional	1994/04/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Calceteiro	Funções Privadas	2018/10/29
Rui Manuel Loureiro	Técnico superior		Contrato trabalho em	Promotor		2013/08/01

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade Município de Almeirim

Gerência 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
	(R.P.)	2013-09-06	funções públicas por tempo indeterminado	bancário, fotografo, jornalista, consultor de imagem e formador profissional	Funções Privadas	2015/01/22
Telma Inês dos Santos Chambel Branco	Assistente operacional	2015-06-01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Artesanato (Pintura)	Funções Privadas	2015/06/11
Teresa Isabel Matos Alexandre	Assistente técnica	2001/07/02	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Empregada de balcão e serviço de limpeza	Funções Privadas	2010/09/29
Vítor José Ferreira David de Sousa	Técnico Superior	2018/07/01	Contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	Jurista	Funções Privadas	2018/07/02

O Dirigente responsável pela área administrativa e/ou pessoal

O Membro do executivo responsável pela área/ Pelouro de Recursos Humanos

A.B.H.
Almeirim, 06/10/08
C. Presidente da Câmara,
H

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Ana Maria Galão Veríssimo, Assistente de ação Educativa, dessa Câmara Municipal, tendo em conta o artigo 28º da Lei 12-A/2008, de 27 Fevereiro, vem junto de V. Exª solicitar autorização de acumulação de funções, como comissionista, com exercício de funções apenas fora do horário de trabalho.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 06 de Outubro de 2008.

Veríssimo
20/10/2008

Pede Deferimento,

O Requerente,

Deferido
08/10/08
Veríssimo

U. B. B. B. B.
At, 16.10.08

Q

H

2008.00
22/10/2008

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02. IND
ENTRADA	
DATA	06/10/2008
DESTINO	R. R. H

RAM
Para fazer o fundo
e lei
11/03/24
H

Exmo. Senhor
Presidente do
Município de Almeirim

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

Angelo Carvalho de Almeida, Assistente técnico dessa Câmara Municipal, tendo em conta o artigo 28º e 29º da lei 12-A/2008, de 27 Fevereiro, vem junto de V.Exª solicitar autorização de acumulação de funções, como técnico de andebol, com exercício de funções apenas fora do horário de trabalho.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 23 de Agosto

Deferido

Almeirim, 11/07/11

O Presidente da Câmara,

[Signature]

Pede Deferimento,

Angelo Carvalho de Almeida

O Requerente,

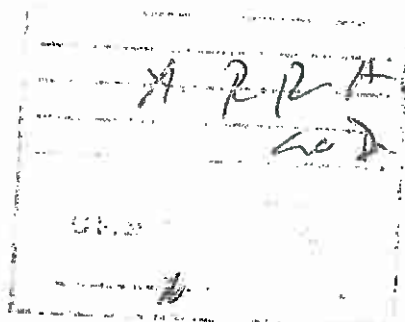
Não há impedimento legal
no deferimento da pedido

Str, 14/09/11

3

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-02-AL
ENTRADA	313
DATA	23/8/2011
DESTINO	2-2-18

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSE	06.01.20
NÚMERO	11
DATA	30/Jan/15
SERIAL	



Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
CLASSIF. 06.02-Ind
Nº 3400
22 Novº 2017

António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº22 da Lei nº35/2014 de 20 de junho, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na Rua Fernão Teles de Menezes nº26 CV em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A atividade a acumular com a elaboração de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral;
3. A remuneração ao auferir não é possível de determinação prévia, ado de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na conceção de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras reativas a operações urbanísticas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da conceção técnica-arquitetónica;
 - b. Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
 - c. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfico correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a atividade privada não será realizada nesta zona territorial;
 - d. Não existe qualquer prejuízo para o Interesse público ou para os direitos e Interesses legamente protegidos os cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de Interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 15 de Novembro de 2017

2247

19/11/2013

António Mário Areosa Felo Cardoso Forte

Requisição
 21
 2013
 Felo Cardoso Forte
 Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
 Almeirim

YAF

7/11

ff

JB

Le

António Mário Areosa Felo Cardoso Forte, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro alterada pela Lei nº24/2010 de 2/9, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na Rua Fernão Teles de Menezes nº26 CV em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A atividade a acumular com a elaboração de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral;
3. A remuneração ao auferir não é possível de determinação prévia, visto de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na conceção de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realizar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da conceção técnica-arquitetónica;
 - b. Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RIUE;
 - c. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfica correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a atividade privada não será realizada nesta zona territorial;
 - d. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 15 de Novembro de 2013

Em Tróia
 nº 1514
 Data: 15/11/2013
 06-22-20.
 R.H.

RH/INFORMAÇÃO

Salvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pelo requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

A consideração superior.

Em 2013/12/02

1305

Dr. Vitor B. L. S.
2013/12/02
Presidente do Conselho
90

Handwritten notes and signatures in the right margin, including initials and a large signature at the bottom.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

Proc. n.º:	Requerente:
Assunto: <i>Acumulação de funções públicas e privadas. Apreciação</i>	Data: 17.12.2013

INFORMAÇÃO

Os funcionários Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, técnicos superiores de arquitectura e Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan, técnica superior de desporto, vêm solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos dos requerimentos que apresentam e que se dão por reproduzidos¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*

1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

¹ Em todos os requerimentos, por lapso, vem referida a Lei n.º 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei n.º 12-A/2003), designadamente aos seus art. 28.º e 29.º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei n.º 34/2010 (02.09).



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the word 'me'.

2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

• **Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções**

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;
- b) Do horário em que ela se deve exercer;
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;



g) Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.

3 -

Os requerimentos apresentados mostram-se em conformidade com a lei, na medida em que contemplam todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Ainda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

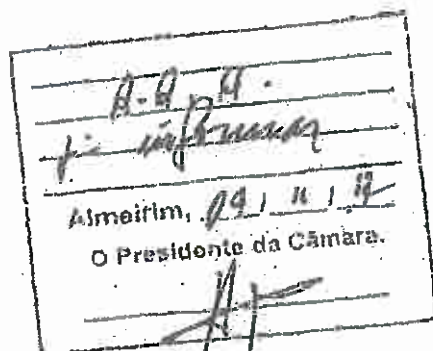
Apreciando os mesmos, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretendem desenvolver podem, de algum modo, conflitar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários,

Relativamente a todos os requerentes, é claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento dos pedidos apresentados

O Consultor Jurídico



Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

António Mário Arcos, Pêo, Cardoso Pêo, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº 29 da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, requerer a Vª Exª se digna autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

a) Predominantemente a actividade será desenvolvida na Av 25 de Abril nº 44-A r/ch dº em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A actividade a acumular é a de elaboração de projectos de arquitectura e eventualmente de especialidades, direcção e fiscalização de obras relativo a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;

b) O horário a praticar é o pós-laboral;

c) A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;

d) Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na concepção de projectos de arquitectura e eventualmente especialidades, direcção e fiscalização de obras relativos a operações urbanísticas;

e) Da actividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:

- Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da concepção técnico-arquitectónica;
- Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
- Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfica correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a actividade privada não será exercida nesta zona territorial;
- Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a teses geográficas diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;

f) Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 16 de Novembro de 2009

CLASSIF.	0602.ind
ENTRADA	388
DATA	17/11/09
DESTINO	B.R.14.

[Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

cu
 Atendidos as razões invocadas e porque
 foi apresentadas o compromisso de assu-
 ar de funções em acumuladas em
 caso de incompatibilidades, use de
 o que as referências de precatos
 e sequent

Atc, 25.11.07

?

Defesa
 19/11/22
 [Handwritten signature]

Juris consulto

[Handwritten signature]
 20/11/09

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	0602T00
ENTRADA	2129
DATA	24 jun. 2016
DESTINO	RM

Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

ANTONIO JOAO SANTOS SERODIO, trabalhador da carreira de Assistente operacional do mapa de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 e da Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08 requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local diverso, isto é, o local depende da entidade que requisita o serviço;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas, sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provocam prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado de depender do mercado de trabalho.
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na prestação do serviço de condução como o transporte de grupos, colectividades e clubes para a realização de convívios, almoços, jantares e outras actividades dos visados no transporte.
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito de actividade de motorista transportes colectivos;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos os cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a transporte de colectividades para actividades lúdicas fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

António Serodio
8-7-2016

Pede deferimento

Almeirim, 24 de junho de 2016

O requerente,

António Serodio



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De : Recursos Humanos

Para: Presidente da Câmara

**Assunto: Acumulação de funções privadas com as funções públicas exercidas no município
ANTÔNIO JOÃO SANTOS SERÔDIO**

PARECER:

DESPACHO:

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

Assim, não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de

[Handwritten signature in blue ink]

quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Tudo resumido, resulta que:

- 1) a actividade privada desenvolvida pelo trabalhador (condução e transporte de grupos, coletividades e clubes para a realização de convívios, almoços, jantares e outras atividades dos visados no transporte), não é similar, concorrente ou conflituante com as funções que o mesmo exerce no município de Almeirim no Serviço de Desporto, Pavilhão Municipal, carreira de assistente operacional, uma vez que, as funções, não têm o mesmo ou idêntico conteúdo ao das funções públicas desempenhadas, nem são desenvolvidas de forma permanente e habitual, nem tão pouco se dirigem ao mesmo círculo de destinatários, sendo desenvolvidas fora do horário de trabalho, não comprometendo a isenção e imparcialidade exigidas para o desempenho das funções públicas que exerce, não provocando qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Salvo melhor opinião, deverá V.Ex.^a autorizar o exercício das funções privadas referidas, nos termos invocados supra, por ser competência do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35.º n.º 2, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais).

À consideração e decisão superior.

27/06/2016

Victor de Sousa

João dos Santos Seródio
Almeirim, 10/09/10
 O Presidente da Câmara,
[Assinatura]



Ex.º Senhor
 Presidente do Município de
 Almeirim

[Handwritten notes and signatures in the top right corner]

António João dos Santos Seródio, Assistente Operacional, dessa Câmara Municipal, vem ao abrigo do Art.º 28º e 29º, do decreto-lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, vem junto de V.Ex.ª solicitar autorização de acumulação de funções que exerce como trabalhador do Município, com outras funções de âmbito privado em regime de funções apenas fora do horário de trabalho.

Essas funções visam o acompanhamento técnico de um Escalão de Formação em contexto de treino e de jogos calendarizados.

Relativamente às funções para que está a requerer a necessária autorização de acumulação e à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como trabalhador autárquico.

Não obstante, compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses entre estas e as que desempenha no Município.

Pede Deferimento,

Almeirim, 7 de Setembro de 2011

O Requerente,

António dos Santos

Deferido
 Almeirim, *11/09/11*
 O Presidente da Câmara,
[Assinatura]

Não há obstáculo legal ao deferimento
Alf. 14.09.11
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	<i>06.02.2.1</i>
ENTRADA	<i>323</i>
DATA	<i>20.09.09</i>
DESTINO	<i>G.P.H.</i>



Exm^o Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the date 5/11/16 and several illegible signatures.

António Joaquim Veríssimo Pisco, trabalhador da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 e da Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08 requerer a V^ª Ex^ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral sendo praticado das 18:00 horas às 21:00 horas ou fins-de-semana, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em ministrar formação específica a docentes dos agrupamentos de escolas de Almeirim;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito do processo de formação, assim como preparar melhor o corpo docente do Concelho quanto à utilização de algumas ferramentas tecnológicas;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a (indicar a quem são dirigidas as funções privadas) fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 25 de maio de 2016

Handwritten signature of António Joaquim Veríssimo Pisco at the bottom left.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the name 'António Veríssimo Pisco' and the date '2016'.

Almeirim, 08/02/08
O Presidente da Câmara,

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

António José Rosário Pisco Figueiredo, Operário Qualificado (Carpinteiro) dessa Câmara Municipal, tendo em conta os artºs 31º, nº 3, alínea a) e 32º do Decreto-Lei nº 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 409/91, de 17 de Outubro, vem junto de V. Exª solicitar autorização de acumulação de funções, como empregado de limpeza do salão Moinho de Vento, com exercício de funções apenas aos fins de semana (Sábado e Domingo) e feriados.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 08 de Fevereiro de 2008.

Trata-se de um pedido para acumulação de funções públicas e privadas.

O pedido tem enquadramento legal conforme é disposto no próprio requerimento.

Desde que não ocorra nenhuma incompatibilidade absoluta nem qualquer outra circunstância expressa enunciada na Lei assiste ao funcionário o direito da acumulação requerida.

Faz-se ao pedido, tendo em conta a natureza do funcionário e a titularidade de horário que lhe está atribuído (horário fixo), sendo sempre o melhor, nada obsta ao deferimento do solicitado.

Deferido
por V. Exª da
informação

Pede Deferimento,

08/02/08

O Requerente,

António José Rosário Pisco Figueiredo

T.C.
20/2/2008
António José Rosário
Pisco Figueiredo

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	0602-2-1
ENTRADA	60
DATA	8.02.2008
DESTINO	AL. 11

Def. Ex. 21
 C. 2. 1. 1
 Prop. Ex. 21
 Ex. 21
 15/11/2013
 15/11/2013
 15/11/2013

Exm^o Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

António Xavier Martins da Rocha Pinto, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro alterada pela Lei nº24/2010 de 2/9, requerer a V^o Ex^o se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a actividade será desenvolvida na Rua Serpa Pinto, 86, 1º dto Tardos em Santarém e consistirá na elaboração de projectos de engenharia, direcção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e ainda avaliação imobiliária para o sector bancário ou para a Autoridade Tributária ou peritagem em processos de tribunal e outros estudos de natureza económica.
2. O horário a preticar será pós-laboral;
3. A remuneração a auferir não é determinável previamente, por depender da natureza de cada estudo ou projecto, complexidade e local.
4. O trabalho será desenvolvido de forma autónoma.
5. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas considerando que os projectos a executar o serão fora do concelho e jurisdição do concelho de Almeirim e os estudos de natureza económica não são objecto de qualquer licenciamento camarário.
6. O trabalho a desenvolver não tem qualquer relação concorrencial com a Câmara Municipal de Almeirim.

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 15 de Novembro de 2013.

A. P. 15/11/2013

Anteriormente
 que 15/11/2013
 15/11/2013
 15/11/2013

CLASSIF.	06-02-Ima
ENTRADA	190.9
DATA	08 Jan 2014
DESTINO	A.H

Rh/Informação

Selvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pelo requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

Raj

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

<i>Proc. n.º:</i>	<i>Requerente:</i>	
<i>Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas. Apreciação</i>		<i>Data: 10.01.2014</i>

INFORMAÇÃO

O funcionário, António Xavier Martins da Rocha Pinto técnico superior de engenharia vem solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos do requerimento que apresenta e que se dá por reproduzido¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*

1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou

¹ No requerimento, por lapso, vem referida a Lei n.º 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei n.º 12-A/2008), designadamente aos seus art. 28º e 29º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei n.º 34/2010 (02.09).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;*
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;*
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;*
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*

• *Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções*

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;*
- b) Do horário em que ela se deve exercer;*
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;*
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;*
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas*
 - a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;*
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;*
- g) Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.*



3 -

O requerimento apresentado mostra-se em conformidade com a lei, na medida em que contempla todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Ainda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

Apreciando o mesmo, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretende desenvolver podem, de algum modo, conflitar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários.

É claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento do pedido apresentado.

O Consultor Jurídico

António Rocha Pinto

Exmo. Senhor:
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

António Xavier Martins da Rocha Pinto, engenheiro civil, técnico superior, portador do cartão de cidadão 5369207 1ZZ7 vem, nos termos da Lei, requerer a V. Exa^a se digne autorizá-lo a acumular funções privadas declarando desde já:

- Que o local de exercício dessa actividade é a Rua Serpa Pinto, 86, 1º dto tardoz, 2000-046 Santarém.
- Que o horário a praticar será pós-laboral
- Que a remuneração a auferir é de impossível determinação prévia dado depender da conjuntura e do mercado
- O trabalho tem carácter autónomo, consistindo na elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras e na avaliação imobiliária
- Não existirá qualquer conflito ético ou legal, quer por o trabalho se desenvolver em horário pós laboral, quer por a sua actividade, nomeadamente de projecto, não ocorrer no concelho de Almeirim
- Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar de imediato a actividade em acumulação.

Almeirim, 27 de Dezembro de 10

Pede deferimento

L. M. - L. C. R.

MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	106028us
ENTRADA	57
DATA	25/01/2011

at least 200,
No. 100 280
- 12-A/1000, de

que são

destruam

representação de

portuário de

a cerca de

1000 metros

operação de

nao se opõem

do lado

da Câmara

precisa

de 1000

de 1000

de 1000

de 1000

de 1000

Handwritten signatures and initials in purple ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

to me: carlos
22.1.11

Handwritten signature in black ink, appearing to be '2f'.

António Rocha Pinto

Exmo. Senhor:
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

António Xavier Martins da Rocha Pinto, engenheiro civil, técnico superior, portador de cartão de cidadão 5369207 1ZZ7 vem, nos termos da Lei, requerer a V. Exa^a se digne autorizá-lo a acumular funções privadas declarando desde já:

- Que o local de exercício dessa actividade é a Rua Serpa Pinto, 86, 1º dto tardoz, 2000-046 Santarém.
- Que o horário a praticar será pós-laboral
- Que a remuneração a auferir é de impossível determinação prévia dado depender da conjuntura e do mercado
- O trabalho tem carácter autónomo, consistindo na elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras e na avaliação imobiliária
- Não existirá qualquer conflito ético ou legal, quer por o trabalho se desenvolver em horário pós laboral, quer por a sua actividade, nomeadamente de projecto, não ocorrer no concelho de Almeirim
- Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar de imediato a actividade em acumulação.

Almeirim, 27 de Dezembro de 10

Pede deferimento

L. M. L. L. R.

MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	106028nd
ENTRADA	57
DATA	25/01/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.ind
ENTRADA	7786
DATA	01/09/2015
DESTINO	2.11

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Avelino Manuel Mendes Fidalgo, assistente operacional a desempenhar funções de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, no serviço de Recolha de Resíduos Sólidos, na Divisão de Ambiente e Obras do município de Almeirim vem, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida no lugar de Paço dos Negros, freguesia de Fazendas de Almeirim;
2. O horário a praticar é pós-laboral;
3. Não pode indicar desde já a remuneração auferida, porque tal fica dependente dos serviços requisitados;
4. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na condução de veículos pesados de mercadorias, nomeadamente, tratores e camiões, apenas durante o período da campanha agrícola de 2015;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de valgar as seguintes razões:

- a) Permite a aquisição de conhecimentos na área da condução de diversos veículos pesados;
- b) A atividade a desempenhar não é concorrente, similar ou conflituante com as funções públicas que exerço, de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais;
- c) Não existe qualquer incompatibilidade com o desempenho das minhas funções públicas;
- d) O horário a exercer nas funções privadas é pós-laboral;
- e) Não compromete a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;
- f) Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas fora do âmbito das competências do município;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 01 de setembro de 2015

Avelino Manuel Mendes Fidalgo

Manuel Mendes Fidalgo

Comprovação

3.12.2015

prelato

final

A
R.R.H.
para informação
2012/06/01

ALMEIRIM 12/06/04 2766

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

Cândida Isabel da Conceição Lopes, Assistente Técnica, desta Câmara Municipal, tendo em conta o artigo 28º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, vem junto de V. Ex.ª solicitar autorização de acumulação de funções públicas com funções privadas, designadamente produtora de energia elétrica de origem solar.

Relativamente à atividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Comprometendo-se a cessar imediatamente a atividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 31 de maio de 2012

Pede deferimento,

O requerente

Cândida Isabel Conceição Lopes

Cândida Isabel da Conceição Lopes

lourei
Conhecimento
2012/06/19
Cândida Lopes

cu
não existe qualquer
inconspatibilidade entre o
exercício das funções que se
pretende acumular com as
públicas, pelo se afigura não
haver qualquer obs. f. n. l. o. a.

Deferido
Almeirim, 12/06/15
O Presidente da Câmara,
[Assinatura]

Sob a melhor interpretação, o presente
 tem sido interpretado pelo
 de legislação tributária por parte
 fiscal, nomeadamente o Art. 23.º da
 Lei n.º 12-A/2008, de 22/02, que
 aprova o novo regime de vínculos,
 contratos e subordinações dos
 bens da Administração Pública.

Não obstante a, em a favor
 da Ocultação que é "Redução
 DE ENERGIA ELÉTRICA" para a
 o paragem dos Serviços Jurídicos.

A Enciclopédia Sobrin

Leu 4-06-2012

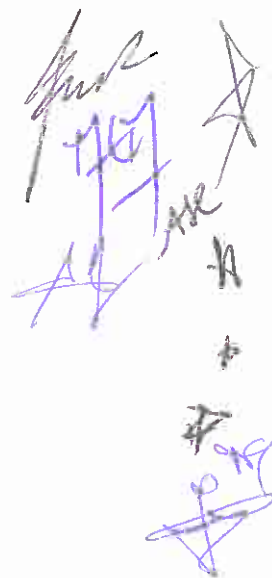
R. H.


AO DA VITA ARTISTIZ

para informação

2012/06/05





06-02-1992

RADA	1321
ATA	19 Dec 2019
ESTING	R.H

Exm^o Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

FILIPA MARIA BARRANCOS VIEIRA NARCISO JOURDAN, funcionária da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almerim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro alterada pela Lei nº24/2010 de 29, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida no Instituto Conde Sobral, aulas de motricidade infantil;
2. O horário a praticar é o pós-laboral;
3. A remuneração ao auferir não é possível de determinação prévia, dado de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização de aulas de educação física a lecionar a alunos do pré escolar;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da atividade pedagógica;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a alunos fora do âmbito das competências do município;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 10 de dezembro de 2013

Alpa Jordan

Do O meu Amado

vid 11 12 2013

Anthony J. Scola
Legal - Scola
1111 - 1111
Lynn Harris
10.12.13013


RH/Informação


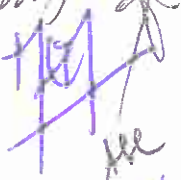



Salvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pela requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

À consideração superior,

Em 2013/12/10





CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

<i>Proc. n.º:</i>	<i>Requerente:</i>
<i>Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas. Apreciação</i>	<i>Data: 17.12.2013</i>

INFORMAÇÃO

Os funcionários Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, técnicos superiores de arquitectura e Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan, técnica superior de desporto, vêm solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos dos requerimentos que apresentam e que se dão por reproduzidos¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*

1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

¹ Em todos os requerimentos, por lapso, vem referida a Lei n.º 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei n.º 12-A/2008), designadamente aos seus art. 28º e 29º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei n.º 34/2010 (02.09).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;*
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;*
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;*
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*

• *Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções*

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;*
- b) Do horário em que ela se deve exercer;*
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;*
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;*
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas*
 - a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;*
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;*



g) *Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.*

3 -

Os requerimentos apresentados mostram-se em conformidade com a lei, na medida em que contemplam todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Áinda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

Apreciando os mesmos, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretendem desenvolver podem, de algum modo, conflituar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários,

Relativamente a todos os requerentes, é claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento dos pedidos apresentados

O Consultor Jurídico

CLASSIF.	06.08-Des
ENTRADA	258
DATA	29.1.15
DESTINO	RH

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Gonçalo Manuel Nunes Bastos Martins, funcionário com contrato de trabalho por tempo indeterminado, a exercer funções de Técnico Superior de Desporto, vem nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida no "Clube dos Infantes", com aulas de motricidade infantil sito em Rua da Fonte, 16 Apartado 84, 2080-076 Almeirim;
2. O horário a praticar é pós-laboral, das 16h às 17h;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização de aulas de educação física a lecionar a alunos do pré-escolar;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:

- a) Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da atividade pedagógica;
- b) A atividade a desempenhar não é concorrente, similar ou conflituante com as funções públicas que exerce;
- c) Não existe qualquer incompatibilidade com o desempenho das minhas funções públicas;
- d) O horário a exercer no "Clube dos Infantes" não se sobrepõe ao meu horário normal de trabalho;
- e) Não compromete a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;
- f) Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a alunos fora do âmbito das competências do município;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim 28 de Janeiro de 2015

Gonçalo Manuel Nunes Bastos Martins.

conhecimentos
4/2/2015

Gonçalo Martins?

Em face
de todo exposto
e do parecer
anexo.

é desde que não
existam nenhuma
incompatibilidade
autorizo a
de funções

2015-02-03



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De : Recursos Humanos

Para: Vice-Presidente da Câmara

Assunto: Acumulação de funções privadas com as funções públicas exercidas no município
GONÇALO MANUEL NUNES BASTOS MARTINS

PARECER:

DESPACHO:

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.

[Handwritten signature in black ink]

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Tudo resumido, resulta claro que a actividade privada desenvolvida pelo trabalhador no "Clube dos Infantes", através de trabalho prestado em horário pós-laboral, das 16h às 17h, cuja remuneração não é possível de determinar previamente, leccionando aulas de educação física a alunos do pré-escolar.

Tal atividade não é similar, concorrente ou conflituante com as funções desenvolvidas pelo trabalhador nas piscinas municipais de Almeirim, uma vez que não têm o mesmo ou idêntico conteúdo ao das funções públicas desempenhadas, nem são desenvolvidas de forma permanente e habitual, nem tão pouco se dirigem ao mesmo círculo de destinatários.

Salvo melhor opinião, deverá V.Ex.ª autorizar o exercício das funções privadas referidas, despachando no próprio requerimento apresentado pelo funcionário em 28/01/2015.

A consideração e decisão superior.

02/02/2015

Victor de Sousa

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.2015
ENTRADA	20
DATA	15.01.15
	RH

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Inês Margarida Almeida Ferreira, portadora do cartão de cidadão n.º 13449762 7zz1, válido até 19/03/2015, assistente operacional vem nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida nas escolas primárias do concelho de Almeirim, através de contrato de prestação de serviços com a empresa "Empreendendo", ministrando aulas de inglês no âmbito das atividades extracurriculares;
2. O horário a praticar é pós-laboral, iniciando às 16h30m e terminando pelas 17h30m;
3. É auferida a remuneração de 10h/hora;
4. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo é o descrito no ponto 1;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a) Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da atividade administrativa e lectiva;
 - b) A atividade a desempenhar não é concorrente, similar, ou conflituante com as funções públicas que exerço;
 - c) Não existe qualquer incompatibilidade com o desempenho das minhas funções públicas;
 - d) O horário a exercer nas escolas primárias não se sobrepõe ao meu horário normal de trabalho;
 - e) Não compromete a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;
 - f) Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas fora do âmbito das competências do município;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 07 de Janeiro de 2015

Inês Ferreira

Termos
Comhecimento
15-01-2015
Inês Ferreira



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jus', 'ME', 'AB', and 'TR'.

De : Recursos Humanos
Para: Vice-Presidente da Câmara

Assunto: Acumulação de funções privadas com as funções públicas exercidas no município

PARECER:	DESPACHO: <i>Em face do Ldo 8 de 1996 e do art. 20º da Constituição de 1988 e do art. 24º da LRF de 1996</i>
-----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, ~~não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.~~

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre

Handwritten signature in blue ink.

que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Tudo resumido, resulta claro que a actividade privada desenvolvida pela trabalhadora nas escolas primárias do concelho de Almeirim, através de contrato de prestação de serviços com a empresa "Empreendendo", nas quais leciona aulas de inglês no âmbito das actividades extracurriculares, das 16h30m às 17h30m, auferindo a remuneração de 10€/hora, não é similar, concorrente ou conflituante com as funções de assistente operacional que a mesmo exerce no município de Almeirim, uma vez que não tem o mesmo ou idêntico conteúdo ao das funções públicas desempenhadas, nem são desenvolvidas de forma permanente e habitual, nem tão pouco se dirigem ao mesmo círculo de destinatários.

Salvo melhor opinião, deverá V.Ex.ª autorizar o exercício das funções privadas referidas, despachando no próprio requerimento apresentado pela funcionária em 07/01/2014.

À consideração e decisão superior.

08/01/2015

Victor de Sousa

Defendido
Pas. Curatário
do box de trabalho
04/06/2013

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

(nome) João Fernando Xavier bilhete
de identidade/cartão do cidadão n.º 07422483, válido
até 12/03/2015, contribuinte fiscal n.º 148185609

(categoria) Fiscal Municipal, a exercer a sua atividade no
serviço de Higiene e Limpeza, departamento/divisão
de Obras e Ambiente, vem, nos termos do artigo 29.º da
Lei n.º 12-A/2008, de 27-2 e ulteriores alterações, solicitar autorização para acumulação de
funções públicas/privadas de Feltrante não concorrentes ou
similares com as funções públicas que desempenha e com estas não conflitantes.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada
pela Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro), passo a indicar a situação concreta, das funções
a acumular, relativamente às alíneas a); b); c); d); e); f) e g), daquela norma:

a) Em várias localidades.

b) Em horário pós laboral.

c) Com remuneração imprevisível.

d) Venda de antiguidades, valências e artigos usados -- *para a autarquia*

e) Não são incompatíveis com as funções públicas que desempenha.

Não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas que
Desempenha.

f) As funções a desempenhar não são concorrentes ou similares com as funções públicas que
desempenha e que com estas sejam conflitantes.

g) Com o compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência
superveniente de conflito.

Almeirim, 05 de junho de 2013.

O(A) Requerente,

ESTINO

João Fernando Xavier

11/06/2013

João Fernando Xavier

João Fernando Xavier

Nota: Artigo 29.º Lei 12-A/2008, de 27-2, alterada pela Lei n.º 34/2010, de 2-9.

1.º - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades

2.º - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta

3.º - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes as funções ou

4.º - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por

a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;

b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Assunto: ...
... da Câmara,

Deferido
00/4/19

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Eu, José Jacinto Pereira dos Santos Funcionário desta Câmara com a Categoria de Operário semi-qualificado, venho mui respeitosamente solicitar autorização ao Sr. Presidente para no horário pós laboral desempenhar as funções de Topógrafo.

Esse serviço será prestado dentro e fora do nosso Concelho.

Querendo estar legalizado para que não haja problemas já procedi à abertura de início de actividade.

Como a actividade que desempenho não choca com o meu horário laboral nem como as funções que desempenho nesta Câmara sou pois a pedir mui atenciosamente que defira este meu pedido.

Sem mais com o devido respeito.

Almeirim, 18 de Dezembro de 2006

[Handwritten signature: José Jacinto Pereira dos Santos]
José Jacinto Pereira dos Santos

Fui conhecido

2-02-2007

[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.2007
ENTRADA	
DATA	19 DEZ 2006
DESTINO	

*Requisição de Trabalho
Pelo Sr. Luís Filipe Inácio Lopes
27/06/2017*

Exm^o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Luís Filipe Inácio Lopes, portador do cartão de cidadão n.º n.º 10761525 8zy0, válido até 14/06/2021, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 202 358 186, trabalhador da carreira de Assistente Operacional do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, no Serviço de Oficinas vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, requerer a V^ª Ex^ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local indeterminado mas nos concelhos de Almeirim e da Chamusca;
2. O horário a praticar é o pós-laboral sendo praticado das 17horas às 22horas, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em prestar serviços de mecânica a diversas entidades públicas e privadas em regime de prestação de serviços;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito das funções que desenvolve no município, na área de mecânica;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado/público similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a entidades fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

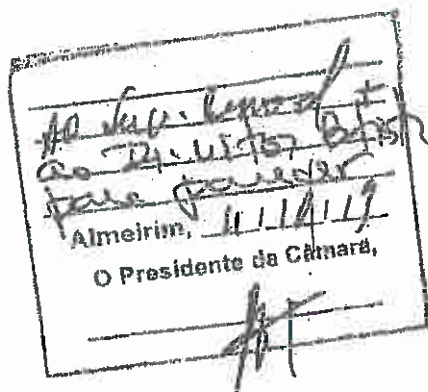
Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento,

Almeirim, 28 de Julho de 2017

Luís Filipe Inácio Lopes

*Ch. C. L. Ind
2062
28/7/2017
04*



de v. m. e. d. r.
 F. t. m. p. a. m.
 11/10/11

Ex.º Senhor
 Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

LUIZA MARIA REIS FERREIRA, Assistente Operacional com a actividade profissional de AUXILIAR ACCAO EDUCATIVA, em exercício de funções na Escola dos Charcos/Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim, vinculada por um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, vem ao abrigo do Art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, solicitar a V.Ex.ª autorização para acumular as funções que exerce como trabalhadora do Município, com funções de âmbito privado, designadamente empregada de balcão.

Relativamente às funções para que está a requerer a necessária autorização de acumulação, informa que as mesmas não são concorrentes ou similares nem conflitantes com aquelas que desempenha no Município e concretamente na Escola dos Charcos.

Não obstante, compromete-se a cessar imediatamente as funções acumuladas, caso venha a verificar-se algum conflito de interesses entre estas e as que desempenha como trabalhadora do Município.

Pede Deferimento,

Almeirim, 13 de Outubro de 2011

O Requerente,

Luiza Maria Reis Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-023-3
ENTRADA	319
DATA	13-10-2011
DESTINO	R. H.

Estão reunidas as condições para o deferimento do pedido, que é o poder discricionário do Sr. Presidente.

Atv. 16.10.11

Luiza Maria Reis Ferreira
 Tomei conhecimento

Julgo não existir impedimento
para o deferimento da situação
uma vez que o trabalhador
continua a assegurar as
suas funções. Esclareço
pouco do Dr. V. M. Batista
em relação ao assunto.

Atenciosamente, *[assinatura]*

Deferido por
Tribunal de Desapropriação
11/10/10
[assinatura]

[assinatura]
11/10/10
[assinatura]
me
[assinatura]
11/10/10
[assinatura]

Manuel Francisco Barradas Russo
Rua de Coruche Bloco 9 - 3º Esquerdo
2080 Almeirim

Almeirim, _____
O Presidente da Câmara,

Resposta ao ofício nº 94
me está dispensando um
dos 8.20 às 15.20 horas.
A acumulação de funções a realizar-se
Terá início a partir 15.45 horas
em 03 - 11 - 2008.

Exmo. Sr.

Eu, Manuel Francisco Barradas Russo, residente em Almeirim, com o BI numero 7869458 emitido em Santarém, funcionário efectivo na Câmara Municipal de Almeirim, com a Categoria de Técnico Profissional Principal, a desempenhar funções nas Piscinas Municipais, venho por este meio informar que recebi, como no ano anterior, novo convite da Empresa EDUTEC para leccionar Expressão Física e Motora nas escolas do concelho de Almeirim para a época escolar de 2008 / 09.

Nos termos do artigo 28 e seguintes da lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, solicito a V. Exa. se digne autorizar a acumulação de funções, para os referidos efeitos se indica:

A actividade passa por leccionar aulas de expressão Física e Motora aos alunos das referidas escolas. O local é diverso já que é em várias escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Almeirim. A Actividade a exercer é liberal.

Informo ainda, que no decorrer da época 2008/09 estarei a desempenhar funções de Treinador de Futebol na Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, com treinos às 3ª, 5ª e 6ª Feiras com início às 20.00 horas e jogos ao Domingo, salvo excepções de necessidade (aumento ou diminuição de treinos) ou de acordo entre os clubes (jogos aos Sábados).

Mais informo V. Exa., que não existe conflito entre as funções exercidas por mim na autarquia e as que proponho para acumulação.

Pede deferimento.

Almeirim, 29 de Setembro de 2008

cf

O requerimento não satisfaz totalmente
o requisito legal, na medida em que não
apresenta a validade do curso
que deve permitir funções de acumulação
tendo em vista classificar-se em
exceção sobreposta de horários (art. 28.º/4.º)
b) Lei nº 12-A/02)

Alm, 21.10.08

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02. Ind
ENTRADA	
DATA	20/10/2008
DESTINO	R.R.H

Notificação
em processo
20/10/08

Com o seu
carregamento

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

(3)

Tendo em conta o esclarecimento
prestado pelo interessado e o parecer
do Sr. Vereador, não há obstáculos
ao deferimento.

[Handwritten signature] 04.11.02

[Handwritten signature]

Deferido
04/11/02
[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*

Tomando conhecimento

em 06-11-2002

[Handwritten signature]

ALMEIRIM 17/12/27 9469

Ante a ...
...
...

Exm^a Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Maria do Carmo Mendes Pereira Gomes Lourenço Crucho, portadora do cartão de cidadão n.º 08309884 4224, válido até 09/07/2018, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 166 363 088, trabalhadora da carreira de Assistente Técnico do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, no Serviço de Educação vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, requerer a V^a Ex^a se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local determinado, mais precisamente, na Escola Profissional de Salvaterra de Magos;
2. O horário a praticar não se sobrepõe ao horário laboral praticado no Município de Almeirim, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do número de horas e aulas leccionadas;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em leccionar aulas na Escola Profissional de Salvaterra de Magos;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - b. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a entidades fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários.

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento,

Almeirim, 27 de Dezembro de 2017

[Handwritten signature in blue ink]



[Handwritten signatures and initials in purple ink]

De : Recursos Humanos

Para: Presidente da Câmara

Assunto: Acumulação de funções com as funções públicas exercidas no município
MARIA DO CARMO MENDES PEREIRA GOMES LOURENÇO CRUCHO

PARECER:

[Handwritten text in the PARECER box:]
A atividade que a
trabalhadora se propõe de-
velopar é realizada em horário
que não colide com o horário
de trabalho que está a des-
empenhar no Município de São Paulo.
São funções similares.

DESPACHO:

[Handwritten text in the DESPACHO box:]
→ de 0 - 2 - 1
P - - P - -
4

[Handwritten text:] encaminha-se a confirmação para a Prefeitura 06/01/2015

Atualmente, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas está consagrada na Lei n.º 35/2014, de 20/06, designada por LTFP.

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.

[Handwritten signature]

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

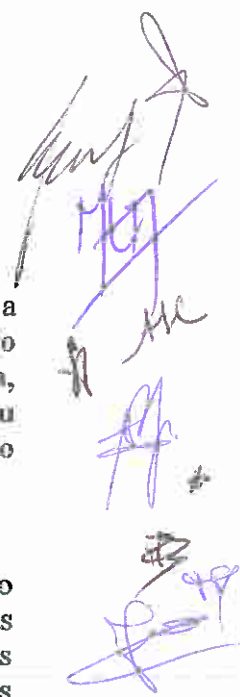

Tudo resumido, resulta que a actividade que a trabalhadora se propõe desenvolver, não tem horário sobreposto com as funções públicas que exerce, as funções privadas exercidas não se consideram similares, concorrentes ou conflituantes com as funções públicas desenvolvidas, nem são exercidas funções para o mesmo círculo dos destinatários das funções públicas.

Salvo melhor opinião em contrário, entendemos que o Sr. Presidente poderá decidir em conformidade com o requerido.

A consideração e decisão superior.

2017/12/27

Victor de Sousa



A
R.B.H.

Almeirim, 05/04/2011
O Presidente da Câmara,

Exmo. Senhor :
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim.

Maria de Fátima das Neves Lopes, engenheira Civil, técnica Superior, portadora do cartão de cidadão n.º 0566595 4ZZO vem, nos termos da Lei, requerer a V. Ex.ª se digne autorizá-la a acumular funções privadas sobre as quais declara que:

- O local do exercício da actividade é na morada da sua habitação permanente;
- O horário que pratica nessa actividade é pós-laboral;
- A Remuneração a auferir não é possível determinar previamente dado que depende do mercado;
- O trabalho a praticar consiste na elaboração de projectos de engenharia e acompanhamento de obra;
- Não existe conflitos éticos e legais dado que o trabalho a desenvolver é para fora do Concelho de Almeirim e em horário pós laboral;
- Compromete-se ainda que em caso de conflito de interesses cessa de imediato a actividade em acumulação.

Almeirim, 5 de Abril de 2011-04-05

Pede deferimento,

Francisco Soares de Carvalho

torre Condeamento.
13/06/2011
Ap

C2

Tendo em conta o quadro
atual exposto, poderá ser
autorizada a acumulação
de funções.

A autoridade é poder desmonizar
do Sr. Presidente.

At, 12.04.11

Deferido

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.20
ENTRADA	132
DATA	5.04.2011
DESTINO	B.R.

Deferido

Ex.º Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Assunto: Pedido de autorização para acumulação de funções

Eu, Maria do Rosário Alfaiate Russo, Técnica Superior a desempenhar funções no Gabinete de Acção Social, venho expor e solicitar o seguinte:

De acordo com a Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mesmos necessitam de autorização da entidade competente para acumulação de funções, tal como se encontra previsto nos art. 28º e 29º. Neste sentido solicito a autorização, por parte de V. Ex.ª para poder fazer parte, como vogal, da Direcção do Centro Paroquial de Bem-estar Social de Almeirim. Trata-se de uma IPSS (instituição particular de solidariedade social), com sede em Almeirim, que desenvolve várias respostas sociais, nomeadamente com valências nas áreas: infância e juventude (creche, jardim de infância e ati) e idosos (lar, centro de convívio e apoio domiciliário).

As reuniões serão em horário pós-laboral, sendo o meu contributo como voluntária, não auferindo ~~consequentemente~~ qualquer tipo de remuneração. Do exercício desta função não parece que resulte qualquer prejuízo para o interesse público, nem qualquer fonte de conflitualidade com as tarefas que desenvolvo no meu desempenho profissional, contudo e caso as condições se venham a alterar, cessarei de imediato estas funções.

Pede deferimento

Com conhecimento

26/3/13

HP

Almeirim, 25 de Março de 2013

HP

*Bona ora, pelo processo individual.
HP, 26-03-2013*

*Delegado do
Município de Almeirim
delegado no município
com poderes municipais
02.02.02*

[Handwritten signature]

Exm.º Snr.
Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assunto: ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Mário João Nogueira Capela, Porta-Miras dessa Câmara Municipal, tendo em conta os artºs. 31.º, n.º 3, alínea a) e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, vem junto de V.Ex.ª, solicitar a autorização de acumulação de funções, para em período pós-laboral poder exercer a actividade com comércio a retalho e artigos de pesca.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Pede Deferimento

Almeirim, 2 de Maio de 2007

O Requerente,

Mário João Nogueira Capela

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.2nd
ENTRADA	180
DATA	01/05/07
DESTINO	R.R.H

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	
CLASSE	06.02 Ind
ENTRADA	1769
DATA	Substituição emitida 01.12.15 RH

*Antônio José Zúñiga
Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim
02/12/2015*

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Moisés Ribeiro Rego, portador do cartão de cidadão n.º 10830513, válido até 23/01/2017, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 203783662, motorista de transportes coletivos no município de Almeirim vem, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será exercida em local diverso, isto é, o local é dependente da entidade que requisita o serviço;
2. A atividade a cumular com a exercida no município de Almeirim é a de motorista de transportes coletivos;
3. O trabalho a prestar tem carácter autónomo (profissional independente);
4. O horário a praticar é pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provocam prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
5. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na prestação do serviço de condução, como o transporte de grupos, coletividades e clubes para a realização de convívios, almoços, jantares e outras atividades dos visados no transporte, bem como a realização de passeios e visitas organizadas com estes grupos e coletividades, para a praia ou museus entre outros locais. Não existe remuneração determinada, dado que esta vai depender da quantidade dos serviços a prestar que forem requisitados;
6. Não existe conflito entre as funções mencionadas e as que exerce nesse município e a que está obrigado como funcionário autárquico;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 16 de novembro de 2015

O Requerente

Moisés Ribeiro Rego

*Tomei conhecimento
01.12.2015*

Deferido
Assinado: 06.12.17
O Presidente da Câmara,

Exm.º Snr.
Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Assunto: ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Moisés Ribeiro Rego, Motorista de Pesados, dessa Câmara Municipal, tendo em conta os art.ºs. 31.º, n.º 3, alínea a) e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, vem junto de V.Ex.ª, solicitar a autorização de acumulação de funções, indicando para o efeito o seguinte:

1. O local de exercício é diverso, isto é, local dependente da entidade requisitante;
2. As actividades a acumular são a de restauração e a de Motorista de transportes colectivos;
3. O trabalho a prestar tem carácter autónomo (*profissional liberal*);
4. O seu conteúdo resume-se a serviço de mesas e a de condutor. Não existe remuneração determinada, dado que esta vai depender da quantidade dos serviços a prestar;
5. Verifica-se inexistência de conflito entre as funções mencionadas com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico - motorista de pesados;
6. Compromete-se a cessar imediatamente as actividades acumuladas se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Pede Deferimento

Almeirim, 14 de Dezembro de 2006

O Requerente,

Moisés Ribeiro Rego

1.º e 2.º Contas. n.º 20
22-12-06
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.2.2.2
ENTRADA	14.12.2006
DATA	14.12.2006
DESTINO	

Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Nuno Filipe de Jesus Costa Montez, trabalhador da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 e da Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08 requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na Escola Marquesa da Alorna;
2. O horário a praticar é o pós-laboral sendo praticado das 18.00 horas às 21.00 horas, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dada depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em ser formador de uma ação de formação em Excel Básico;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito de utilização do programa Microsoft Excel;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos os cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a professores do pré-escolar fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 25 de maio de 2016

*Deferido com
reserva no cumprimento
da cláusula b)*

Almeirim, 10/01/18

O Presidente da Câmara,

[Signature]



Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Nuno Miguel Barros Santiago, funcionário da carreira de Assistente Operacional, do quadro de pessoal do Município de Almeirim, requer a V. Exa., nos termos do Artigo 29º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, *se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que declara:*

- Predominantemente a actividade será desenvolvida de acordo com as solicitações do Mercado;
- O horário a praticar é o pós-laboral;
- A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;
- Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em trabalhos ligados à indústria metalúrgica (Serralheiro Civil);
- Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação.

Almeirim, 18 de Janeiro de 2009.

Tomado conhecimento

[Signature] 8.1.2010

Pede Deferimento,

O Funcionário,

[Signature]
Nuno Miguel Barros Santiago

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.01.8.1.4
ENTRADA	3.º
DATA	2010/01/15
DESTINO	

1/57

Tomei conhecimento

Nuno Torre
28-06-2016

H R H

Arbuz - por favor 0602 Inq
Proceder anexos
R R H
Sem

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Eu, Nuno Miguel Duarte Torre, trabalhador da carreira Assistente Operacional (Piscinas Municipais) do quadro de pessoal do Município de Almeirim, venho, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 e da Retificação n.º 37-A/2014, de 19/08, requerer a V.Ex.ª que se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

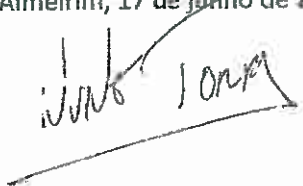
1. Predominantemente, a atividade será desenvolvida no Recinto de Festivais no NOS Alive, Passeio Marítimo de Algés;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir são 25€ diários;
4. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na montagem de telas cénicas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da decoração e cenografia em contexto de espetáculo;
 - b. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenho no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - c. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos, por serem funções exercidas e destinadas à Transform-Arte, fora do âmbito das competências do Município, não comprometendo, assim, a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;






6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários.

Mais declaro que, em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, comprometo-me a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Peço deferimento

Almeirim, 17 de junho de 2016



Retorno ao trabalho
por tempo

Exm^o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Osvaldo Correia Galvão da Cruz Estevão, portador do cartão de cidadão n.º 07828691 3zz9, válido até 14/05/2019, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 122 061 268, trabalhador da carreira de Assistente Operacional do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, no Serviço de Obras Municipais/Asfaltador vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 34/2015, de 07/08, requerer a V^a Ex^a se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local determinado no concelho de Alpiarça;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho, nomeadamente, do mercado agrícola, e de o mesmo ser praticado em nome próprio e para seu sustento e da sua família;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste no desenvolvimento de serviços de agricultura em nome próprio, nomeadamente, nos prédios rústicos de sua propriedade;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - b. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas a entidades fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento,

Almeirim, 13 de Dezembro de 2017

Osvaldo Correia Galvão da Cruz Estevão



De : Recursos Humanos

Para: Presidente da Câmara

Assunto: Acumulação de funções com as funções públicas exercidas no município
OSVALDO CORREIA GALEGO DA CRUZ ESTEVÃO

PARECER:

Tomei conhecimento, Advogado
de acordo com o parecer.
A consideração superior.
19/12/2014

DESPACHO:

De/vid. nos termos
do parecer supra.
At. Ver. R. P. - Ingresso
71 Contoamento
19/12/2014

Atualmente, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas está consagrada na Lei n.º 35/2014, de 20/06, designada por LTFP.

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Tudo resumido, resulta que a actividade que o trabalhador se propõe a desenvolver, (atividade agrícola em prédios rústicos de sua propriedade) não tem horário sobreposto com as funções públicas que exerce, as funções privadas exercidas não se consideram similares, concorrentes ou conflituantes com as funções públicas desenvolvidas, nem são exercidas funções para o mesmo círculo dos destinatários das funções públicas.

Salvo melhor opinião em contrário, entendemos que o Sr. Presidente poderá decidir em conformidade com o requerido.

À consideração e decisão superior.

2017/12/13

Victor de Sousa



Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Almeirim

Philippe Tomás Rafael, funcionário n.º 982 da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 24/2010 de 2 de setembro, requerer a V.ª Ex. se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições seguidamente discriminadas:

1. A atividade será, predominantemente, desenvolvida na minha habitação sita na avenida 5 de Outubro, 40 1.º em Santarém. A atividade integrará a elaboração de projetos de arquitetura, algumas especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo decreto-lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral.
3. Não é possível a determinação prévia da remuneração a auferir, dado depender do mercado de trabalho.
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na conceção de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras reativas a operações urbanísticas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da conceção técnica-arquitetónica;
 - b. Permite a troca de conhecimentos / procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
 - c. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfica correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a atividade privada não será realizada nesta zona territorial; e
 - d. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratar de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações / gestões autárquicas distintas e autónomas;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento,

Almeirim, 15 de novembro de 2017

Philippe Tomás Rafael

João Luís Batista

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	03.02.m0
ENTRADA	124
DATA	15.1.2015
DESTINO	24

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Rui Manuel Loureiro, portador do cartão de cidadão n.º 8223035 8zz6, válido até 04/12/2019, contribuinte fiscal n.º 173926410, técnico superior, a exercer a sua atividade de relações públicas e comunicação multimédia, no município de Almeirim (GAP) vem nos termos dos artigos 21.º e 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções públicas e privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na qualidade de promotor bancário, fotojornalista, consultor de imagem (funções privadas) e formador profissional (componente de funções públicas e privadas);
2. Todas estas atividades são realizadas em horário pós-laboral incluindo sábados, domingos e feriados;
3. Não é possível quantificar a remuneração a auferir relativamente às atividades referidas, uma vez que esta é variável;
4. O exercício destas atividades verifica-se em todo o território nacional e na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma do que exerce no município de Almeirim;
5. Das atividades a desenvolver entendem-se de realçar as seguintes razões:
 - a) As atividades a desempenhar não são concorrentes, similares ou conflitantes com as funções públicas que exerce e revela manifesto interesse público, uma vez que as funções de formação profissional sobre multimédia servirão para desenvolver o conhecimento do requerente nessa área, podendo realizar projectos de interesse público para o município;
 - b) Não existe qualquer incompatibilidade com o desempenho das minhas funções públicas, nomeadamente, para efeitos de aplicação do artigo 21.º, n.º 2, alínea d) da LTFP;
 - c) O horário a exercer nessas atividades não se sobrepõe ao meu horário normal de trabalho;
 - d) Não compromete a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;
 - e) Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se

tratarem de funções exercidas e destinadas fora do âmbito dos destinatários do município;

d) Qualquer das atividades são desenvolvidas de forma autónoma e delas consta, resumidamente venda de produtos bancários, reportagens fotográficas, elaboração de cartazes publicitários e formação na área da comunicação e multimédia.

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 15 de Janeiro de 2015

[Handwritten signature]

[Handwritten notes and signatures in the right margin, including 'MST', 'X', 'h', 'AM', '19', and a large signature]

face a todo o exposto pro
parecer do R.H. não
vimos qualquer inconvénio
pelo que deferimos o
pedido do requerente

[Handwritten signature]
15.01.22
V.S. (C. H. S.)

turnament
30/1/2015
[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De : Recursos Humanos

Para: Vice-Presidente da Câmara

Assunto: Acumulação de funções privadas e públicas com as funções públicas exercidas no município – RUI MANUEL LOUREIRO

PARECER:

DESPACHO:

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa acumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode acumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, não será admitida a acumulação se o trabalhador, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta.

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da LTFP o trabalhador ou quem a ele seja considerado equiparado, nos termos do n.º 4, incorre numa situação de conflito sempre que, por si ou por interposta pessoa, com subordinação ou autonomia, possa prestar

[Handwritten signature]

serviços a terceiros que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de quem esteja sob a sua direta influência, nos termos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

O artigo 21.º da LTFP refere, por seu lado, que o trabalhador pode acumular o exercício de funções públicas com outras funções públicas remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público e apenas, para a questão das funções públicas que o trabalhador exerce como formador profissional (vide artigo 21.º n.º 2 alínea d) da LTFP).

Tudo resumido, resulta claro que as actividades privadas desenvolvidas pelo trabalhador na qualidade de promotor bancário, fotojornalista, consultor de imagem (funções privadas) e de formador profissional (componente de funções públicas e privadas) não é similar, concorrente ou conflituante com as funções de técnico superior em relações públicas e comunicação multimédia que exerce no município de Almeirim, uma vez que não terão o mesmo ou idêntico conteúdo ao das funções públicas desempenhadas, nem são desenvolvidas de forma permanente e habitual, nem tão pouco se dirigem ao mesmo círculo de destinatários, mas, salvo melhor opinião, V.Ex.ª decidirá, despachando no próprio requerimento apresentado pelo trabalhador em 15/01/2015.

À consideração e decisão superior.

16/01/2015

Victor de Sousa



Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

[Handwritten signatures and stamps in the top right corner, including a date stamp 17/09/15 and various initials.]

Rui Manuel Louraço, bilhete de identidade n.º 8223035, válido até 28-06-2014, contribuinte fiscal n.º 173926410, assistente técnico, a exercer a sua atividade no serviço de apoio a sessões, da divisão de administração e recursos humanos, vem, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27-2 e ulteriores alterações, solicitar autorização para acumulação das suas funções públicas com as seguintes funções privadas

- promotor bancário;
- fotojornalista;
- consultor de imagem, e
- formador profissional

não concorrentes ou similares com as funções públicas que desempenho e com estas não conflituantes.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro, passo a indicar a situação concreta, das funções a acumular, relativamente às alíneas a); b); c); d); e); f) e g), daquela norma:

- a) O exercício destas atividades verifica-se em todo o território nacional;
- b) Todas estas atividades são realizadas em horário pós-laboral incluindo sábados, domingos e feriados;
- c) Não é possível quantificar a remuneração a auferir relativamente às atividades referidas, uma vez que esta é variável;
- d) Qualquer das atividades são desenvolvidas de forma autónoma e delas consta, resumidamente venda de produtos bancários, reportagens fotográficas, elaboração de cartazes publicitários e formação na área da comunicação e multimédia;

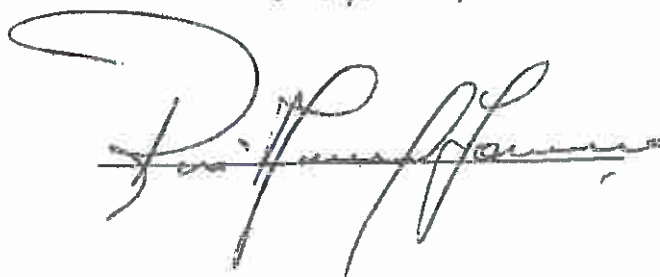
e) As atividades a desenvolver não estão no âmbito do exercício de funções exclusivamente públicas, vão ser exercidas em horário referido na alínea b). Ao serem exercidas a nível nacional não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas que exerço, não provocando qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

f) As atividades a desempenhar não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas que desempenho, e não são desenvolvidas de forma permanente ou habitual nem dirigidas exclusivamente ao mesmo círculo de destinatários.

g) Comprometo-me a cessar de imediato qualquer das atividades acima referidas no caso de ocorrência superveniente de conflito.

Almeirim, 1 de agosto de 2013.

O Requerente,



Autuizado desde
de que foi criado
Comun. fer.

20.06.11

1001

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Telma Inês dos Santos Chambel Branco, assistente operacional vem nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) a qual revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade a desenvolver será exclusivamente a de artesanato (pintura em tecido) e será desenvolvida na habitação da requerente;
2. O horário a praticar é pós-laboral;
3. Não é possível quantificar ainda a remuneração a auferir, uma vez que irá iniciar agora a atividade de artesanato;
4. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização de peças de artesanato, com pinturas em tecido;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a) Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da atividade artesanal;
 - b) A atividade a desempenhar não é concorrente, similar ou conflituante com as funções públicas que exerce;
 - c) Não existe qualquer incompatibilidade com o desempenho das minhas funções públicas;
 - d) O horário a exercer não se sobrepõe ao meu horário normal de trabalho;
 - e) Não compromete a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;
 - f) Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas fora do âmbito das competências do município;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 01 de Junho de 2015

Telma Inês Branco

Tomei conhecimento

25/06/2015 Telma Branco

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.ind
ENTRADA	12.34
DATA	11-06-2015
OUTRO	A.H

Exm.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Deferido

Teresa Isabel de Matos Alexandre, portadora do Bilhete de Identidade n.º 8546382, emitido por Santarém em 1/07/2005 e Contribuinte Fiscal Pessoa Singular n.º 193627655, Assistente Técnica do Mapa de Pessoal dessa Câmara Municipal, vinculada por um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, vem nos termos do Art.º 29, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, requerer a V.Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas conforme prevê o Art.º 28.º do mesmo diploma, nas condições que passo a expor:

1. A actividade para que estou a requer a devida autorização, será desenvolvida como caixeira e em limpezas e arrumos de edifícios.
2. As actividades identificadas serão executadas em horário pós-laboral.
3. A remuneração a auferir, não é possível determiná-la previamente, pois vai depender das horas e dos dias em que acumulará as referidas actividades.
4. As referidas actividades não são concorrentes ou similares, nem conflitantes com as desempenhadas na Câmara Municipal (Assistente Técnica, com a actividade profissional de administrativa).
5. Não obstante, declaro que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses – funções públicas/funções privadas – comprometo-se a cessar imediatamente as actividades em acumulação.

Pede deferimento.

Almeirim, 28 de Setembro de 2010

A Requerente,

Teresa Isabel de Matos Alexandre

*foi recebido
em 29/9/2010
pelo Secretário*



De : Recursos Humanos

Para: Presidente da Câmara

Assunto: Cumulação de funções privadas com as funções públicas exercidas no município
DÉBORA CRISTINA PINGO GUARITA MARCELINO

PARECER:

DESPACHO:

Refund. no Tom
do parecer
#

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa cumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode cumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, **não será admitida a acumulação se o trabalhador**, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta;

*tornar com habilitação
de professor*

CAMALMEIRIM 18/03/2018

0602 Ind

12 R H

Exm^o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

*artigo 22 -
por tempo
indeterminado*

Ana Maria Galão Veríssimo, portadora do cartão de cidadão n.º 09892364, válido até 12/07/2020, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 166 026 042, trabalhador da carreira de Assistente Técnico do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na Divisão Sócio-Cultural vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, requerer a V^a Ex^a se digne autorizar a acumulação e reapreciação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local determinado no concelho de Lisboa;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. Existe remuneração a auferir, mas não consegue determinar o exato montante, pois é variável;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste no desenvolvimento de serviços de vendas/comissionista;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflituantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - b. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas ao próprio trabalhador e sua família, fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento,

Almeirim, 20 de Março de 2018

Ana Maria Galão Veríssimo

18/10/26

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

DÉBORA CRISTINA PINGO GUARITA MARCELINO, portadora do cartão de cidadão n.º 13548787 0zx0, válido até 02/10/2027, contribuinte fiscal n.º 217 961 045, beneficiária da Segurança Social n.º 12038299083, residente na Rua Oliveira Martins, n.º 17, 2.º esquerdo, 2080-161 Almeirim, com a carreira e categoria de Técnico Superior, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a desempenhar funções no serviço de Educação do Município de Almeirim, vem nos termos do artigo 22.º da Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local incerto, mas seguramente e inicialmente, no concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
3. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização de consultas de nutrição a entidades desportivas do concelho, nomeadamente, a Associação desportiva Footkart, não podendo determinar a remuneração a auferir para a atividade, neste momento dado de depender do mercado de trabalho bem como por ainda se encontrar em fase de participação de início de atividade para a Autoridade Tributária;
4. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, uma vez que nas suas funções públicas realiza consultas de nutrição personalizadas com acompanhamento familiar, apenas para os Agrupamentos de Escolas e nos Projetos de Educação para a Saúde e as atividades de consulta de nutrição propostas realizar a nível privado visarem apenas entidades desportivas, não sendo desenvolvida de forma permanente ou habitual, nem para o mesmo círculo de destinatários.

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 26 de Outubro de 2018

A Requerente,

Débora Marcelino

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Infratado, com fone
parecer auxilio do
museu n de conteúdos
a interessada

Exmo. Senhor

Vice-presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

20.7.20

FLÁVIA SOFIA PETINGA VICENTE, portadora do cartão de cidadão nº. 12645902 9ZY4, válido até 16/11/2020, contribuinte fiscal nº. 219857342, beneficiária da Segurança Social nº. 11917542550, residente na URBANIZAÇÃO DAS MILHEIRAS - LOTE 110, 15-C 2º DTO, 2080-001 ALMEIRIM, Técnica Superior, com vínculo de emprego público a tempo indeterminado, do quadro de pessoal do Município de Almeirim, no serviço das Piscinas Municipais, vem nos termos do Artº22 da Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, designada com Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local diverso, na atividade de Nadador - Salvador;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
3. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização na prática de nadador salvador, não podendo determinar a remuneração a auferir para a atividade, neste momento dado de depender do mercado de trabalho;
4. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de Interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 20 de julho de 2018

O Requerente,

Flávia Sofia Petinga Vicente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIFIC.	
ENTRADA	2635
DATA	20.7.2018
DESTINO	Btt

Câmara Municipal de Almeirim
O(A) Vereador(a) com delegação de competências,
20.07.2018

António
dos
Ferreiros

Paulo
Balu

2018.07.23

Exm^o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Helena Isabel Marques Duarte Segurado, portadora do cartão de cidadão n.º10530138 8ZY8, válido 08.11.2019, contribuinte fiscal pessoa singular n.º204306035, trabalhador da carreira de Técnico Superior do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, no Serviço Aprovisionamento vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com posteriores alterações, requerer a V^a Ex^a se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade (em regime de prestação de serviços) será desenvolvida em local determinado nos concelhos de Almeirim e Santarém;
2. O horário a praticar poderá ser em pré-laboral ou pós-laboral, acautelando-se que não se sobreponha ao horário em prática no Município (horário flexível, com plataforma fixa);
3. A remuneração a auferir varia consoante o total a cobrar às prestações de serviços que realiza por mês, pelo que não é determinável neste momento, encontrando-se a diligenciar no sentido de atualizar a indicação da atividade para efeitos fiscais;
4. As prestações a realizar possuem natureza autónoma, cujos destinatários são entidades públicas – Associações de Municípios e Juntas de Freguesias, consistindo o seu conteúdo no desenvolvimento de serviços de consultoria jurídica/emissão de pareceres, para os quais é necessário a licenciatura em direito, sem necessidade de inscrição na respetiva Ordem. Poderão ainda ser realizadas ações de formação para entidades públicas ou privadas, nas áreas do direito administrativo e/ou contratação pública;
5. Realça-se, com interesse para a presente apreciação, o seguinte:
 - a) Considera-se que as funções não são legalmente incompatíveis com as funções públicas pois não são desenvolvidas de forma permanente ou habitual (antes de forma irregular e ocasional, consoante as necessidades), nem se dirigem ao mesmo círculo de destinatários (os órgãos das outras entidades são diferentes dos do Município, bem como os respetivos colaboradores, divergindo também quer os destinatários quer os assuntos a tratar);

b) O horário não é sobreposto, respeitando-se a plataforma fixa no âmbito do horário flexível e conciliando-se com as 35 horas semanais a prestar ao Município de Almeirim;

c) As funções não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas, atento que não tem qualquer poder de decisão nas matérias que trata, nem existem assuntos que possam prejudicar ou favorecer uma ou outras entidades, que sejam tratados de forma isolada ou divergente dos demais;

d) As funções a acumular não provocam prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, na medida em que são prestadas a entidades públicas, com diferentes público-alvo e/ou diversas matérias.

Mais solicito a acumulação com as seguintes funções não remuneradas, prestadas às seguintes Associações de direito privado, sem fins lucrativos:

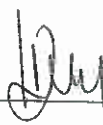
1. Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B.1 leões, em Santarém, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral;
2. Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola E.B.2.3 Mem Ramires, em Santarém, na qualidade de Presidente da Direção;
3. Associação de Futebol de Santarém, na qualidade de Vogal do Conselho de Disciplina;
4. Grupo Académico de Danças Ribatejanas, na qualidade de Vice-Presidente da Assembleia Geral.

As funções serão prestadas no concelho de Santarém, fora do horário laboral e sem qualquer remuneração.

A requerente compromete-se a cessar de imediato a função ou atividade em acumulação, no caso de ocorrência superveniente de conflito com a atividade que exerce. (nos termos da alínea g) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho).

Pede deferimento,

Almeirim, 02 de julho de 2018



Helena I. Marques Duarte Segurado

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIFIC	06.02.500
ENTRADA	2405
DATA	27.2018
DESTINO	AG

1. 2. 2. 4

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Autenticado
Confirmação
O(A) Vereador(a) com
delegação de poderes
Câmara Municipal de
Almeirim

João Manuel Domingos Moreira Marecos, portador do cartão de cidadão n.º 09343885 Ozy1, válido até 12/06/2018, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 190 369 680, trabalhador da carreira de Assistente Operacional do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na Divisão Sócio-Cultural vem, nos termos do Artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as posteriores alterações decorrentes da Lei n.º 84/2015, de 07/08, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local determinado no concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, pelo que não existe a sobreposição dos horários entre as diferentes funções exercidas;
3. Não existe remuneração a auferir, sendo o trabalho praticado em nome próprio e a si destinado;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste no desenvolvimento de serviços de carpintaria;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas, não sendo as funções exercidas a título privado similares ou conflitantes com as funções públicas que desempenha no Município, pois não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas;
 - b. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por serem de funções exercidas e destinadas ao próprio trabalhador e sua família, fora do âmbito das competências do município não comprometendo assim a imparcialidade e a isenção exigidas pelo desempenho das funções públicas;
6. Assim, não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento,

Almeirim, 02 de Março de 2018

João Manuel

TOMEI CONHECIMENTO

João Manuel

9-3-2018

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

Luís Filipe Inácio Lopes, portador do cartão de cidadão n.º 10761525 8zy0, válido até 14/06/2021, contribuinte fiscal n.º 202 358 186, beneficiário da Segurança Social n.º 10955244538, residente na Rua 25 de Abril, n.º 24, Marianos, 2080-630 Almeirim, Assistente Operacional no Serviço de Oficinas, onde passará a exercer funções de lubrificador no município de Almeirim, com início a 01/07/2018 vem, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local diverso, isto é, o local situa-se na localidade de Marianos;
2. A atividade a acumular com a exercida no município de Almeirim é a de mecânico de motorizadas e velocípedes sem motor, em oficina do próprio;
3. O trabalho a prestar tem caráter autónomo (profissional independente);
4. O horário a praticar é pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
5. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na prática de reparação, venda e manutenção de motorizadas e velocípedes sem motor, não podendo determinar a remuneração a auferir para a atividade, neste momento;
6. Não existe conflito entre as funções mencionadas e as que exerce nesse município e a que está obrigado como funcionário autárquico;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento,

Almeirim, 28 de Junho de 2018

O Requerente

Luís Filipe Inácio Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIFIC	06.02-2nd
ENTRADA	2397
DATA	29.6.2018
DESTINO	RM

fornei
comhecimento
06/07/2018
[assinatura]

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

MARIA EMÍLIA PISCALHO PEREIRA SILVA, portadora do cartão de cidadão n.º 012623598ZY1, válido até 09/03/2019, contribuinte fiscal n.º 125 960 832, beneficiária da Segurança Social n.º 10954402600, residente na Rua Ricardo Durão, n.º 75, 2090 Alpiarça, com a carreira e categoria de Assistente Técnica, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a desempenhar funções no serviço de Educação do Município de Almeirim, vem nos termos do artigo 22.º da Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

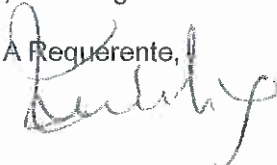
1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local diverso, na freguesia de Alpiarça;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
3. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização e prática da atividade de Alojamento Local, nomeadamente, exploração da referida atividade na "Casa Girassol" de sua propriedade e sita na referida freguesia de Alpiarça, não podendo determinar a remuneração a auferir para a atividade, neste momento dado de depender do mercado de trabalho bem como por ainda se encontrar em fase de autorização a referida atividade de alojamento local;
4. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 22 de Agosto de 2018

A Requerente,



Carreia concorrente
24.08.18
Luis

Exm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de ALMEIRIM

0124

Ante a...

Pedro Manuel da Cruz Bento, portador do cartão de cidadão n.º 11361536, válido até 16/01/2019, contribuinte fiscal pessoa singular n.º 208190244, técnico superior de desporto no município de Almeirim vem, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas, nas seguintes condições que passo a citar:

1. Predominantemente a atividade será exercida em local diverso, isto é, o local situa-se em Fazendas de Almeirim;
2. A atividade a acumular com a exercida no município de Almeirim é a de sócio gerente não remunerado, em empresa do próprio, a qual tem por objeto social o comércio a retalho por outros métodos, venda por recurso a máquinas automáticas;
3. O trabalho a prestar tem carácter autónomo (profissional independente/comércio);
4. O horário a praticar em termos de gerência é o pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
5. Na generalidade, o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na prática de gerência da sociedade comercial, na qual possui quota com familiar, não existindo remuneração determinada para a referida atividade de gerência comercial;
6. Não existe conflito entre as funções mencionadas e as que exerce nesse município e a que está obrigado como funcionário autárquico;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Trabalho em Funções Públicas 8-6-18

Pede deferimento

Almeirim, 28 de Maio de 2018

O Requerente

Pedro Manuel Cruz Bento

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIFIC	06.02-Ind
ENTRADA	3579
DATA	18/10/2018
DESTINO	

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

RUI ANTÓNIO RODRIGUES BOTAS, portador do cartão de cidadão n.º 07099010 7zy4, válido até 02/02/2019, contribuinte fiscal n.º 128 778 539, beneficiário da Segurança Social n.º 10952992373, residente na Rua Luís de Camões, n.º 90, 2080-584 Fazendas de Almeirim, com a carreira e categoria de Assistente Operacional, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a desempenhar funções no serviço de Obras do Município de Almeirim, vem nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, designada como Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) requerer a V. Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida em local incerto, mas seguramente, no concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral, sendo o trabalho desenvolvido sem comprometer a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas, nem provoca prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
3. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na realização e prática da atividade de calceteiro, não podendo determinar a remuneração a auferir para a atividade, neste momento dado de depender do mercado de trabalho bem como por ainda se encontrar em fase de participação de início de atividade para a Autoridade Tributária;
4. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, dado que a nível das suas funções públicas, os trabalhos desenvolvidos a mando da autarquia visarem entidades/empresas de média ou grande dimensão e as atividades propostas realizar a nível privado visarem apenas o cidadão em particular, nomeadamente, pequenas reparações e assentamentos a nível exclusivamente doméstico, não sendo desenvolvida de forma permanente ou habitual, nem para o mesmo círculo de destinatários.

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação.

Pede deferimento

Almeirim, 18 de Outubro de 2018

O Requerente,

Rui António Rodrigues Botas

[Handwritten signatures and initials in the right margin]



De : Recursos Humanos

Para: Presidente da Câmara

Assunto: Cumulação de funções privadas com as funções públicas exercidas no município
RUI ANTÓNIO RODRIGUES BOTAS

PARECER:

DESPACHO:

Defevid. no termo do
P.º de 1.º de 1.º
75

As funções públicas são, em regra, exercidas em exclusividade, como determina o artigo 20.º da LTFP, mas a lei admite que, em certas condições o trabalhador possa cumular as suas funções com outras funções públicas ou privadas.

Resulta do artigo 22.º da LTFP, que o trabalhador pode cumular as suas funções com outras funções privadas, remuneradas ou não, se para tal estiver autorizado, salvo se as funções forem concorrentes, similares ou conflituantes com as suas funções públicas;

ou seja, **não será admitida a acumulação se o trabalhador**, com ou sem remuneração, pretender desenvolver a título privado uma atividade que, sendo idêntica à sua atividade pública quanto ao objeto, produto e destinatários, entre em concorrência ou conflito com esta;

Aut. 10 no 20
Tomei conhecimento
1. Sousa

Exmº Senhor Presidente
da Câmara Municipal
ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Vitor José Ferreira David de Sousa, portador do cartão de cidadão n.º 09919607 7zx2, válido até 22/07/2020, contribuinte fiscal n.º 201 518 244, trabalhador da carreira e categoria de Técnico Superior do pessoal do Município de Almeirim, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a exercer funções afecto ao Serviço de Recursos Humanos vem, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com posteriores alterações, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a citar:

- a) Predominantemente a atividade será desenvolvida em regime de prestação de serviços e será realizada em local determinado no concelho de Almeirim e no Distrito de Santarém;
- b) O horário a praticar é pós-laboral, pelo que o mesmo não se sobrepõe ao horário em prática no Município (por via da realização da modalidade de horário trabalho flexível no Município) respeitando-se as 2 plataformas fixas no âmbito do horário flexível e conciliando com as 35h semanais a prestar no âmbito das funções públicas que exerce;
- c) A remuneração mensal a auferir varia consoante o número de prestações de serviços que realiza por mês, pelo que não é, por ora, determinável, estando ainda a tratar das diligências fiscais para o início de atividade pretendida;
- d) As prestações a realizar possuem natureza autónoma, cujos destinatários poderão vir a ser entidades públicas ou privadas, consistindo o conteúdo das funções de âmbito privado, no desenvolvimento de serviços de jurista/licenciado em direito, prestando consultoria jurídica e emitindo pareceres, principalmente na vertente de Recursos Humanos e outras, bem como direito administrativo, contratação pública e laboral;
- e) As funções referidas não são legalmente incompatíveis com as funções públicas pois não são desenvolvidas de forma permanente ou habitual (antes de forma irregular e ocasional), nem se dirigem ao mesmo círculo de destinatários;
- f) Como anteriormente referido, o horário não é sobreposto, respeitando-se a plataforma fixa no âmbito do horário flexível e conciliando-se com as 35 horas semanais a prestar ao Município de Almeirim;
- g) As funções a desenvolver não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas, nem a prejudicam ou favorecem, não provocam prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, na medida em que são prestadas a entidades públicas e privadas, com diferentes público-alvo;

O requerente compromete-se a cessar de imediato a função ou atividade em acumulação, no caso de ocorrência superveniente de conflito com a atividade que exerce.

Pede deferimento,

Almeirim, 02 de julho de 2018

Vitor José Ferreira David de Sousa

ANEXO VIII

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS				
Designação da entidade	Município de Almeirim			
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018			
Nome	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada
Pedro Miguel César Ribeiro	Presidente da Câmara	30.852,58€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique, n.º 13 2080-145 Almeirim
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-presidente	25.751,20€	01 janeiro a 31 dezembro	R. Afonso Albuquerque, n.º 1 R/C Dto, 2080-007 Almeirim
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Vereadora a tempo inteiro	25 338,40€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua José Peixe 2080-581 Fazendas de Almeirim
Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues	Vereador a tempo inteiro	25.751,20€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua D. Manuel I, Urbanização Quinta de S. Miguel, Lt. 52 2080 Almeirim
Ana Sofia Fonseca Casebre	Vereadora a tempo inteiro	25.751,20€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua da Liberdade, n.º 88, Paço dos Negros 2080-640 Fazendas de Almeirim
Eurico Manuel Lopes Henriques	Vereador	2.472,48€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua dos Aliados n.º 101 2080-116 Almeirim
Sónia Isabel Santos Silva Colaço	Vereadora	2.472,48€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Capitão Henrique Galvão, n.º 64, 2080-516 Almeirim
O Dirigente responsável pela área administrativa e/ou financeira Assinatura _____				



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2020	1.202.621,16€
2021	552.253,23€
2022	526.640,02€
Seguintes	3.262.931,95€

Em anexo junta-se o balancete das contas de contro orçamental do ano de 2019 e seguintes.

Almeirim, 30 de janeiro de 2019

Filipe Nunes

Unidade de Gestão Financeira

(Dirigente de 3.º grau)



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Declaração de pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, declaro que não existiam em 31 de dezembro de 2018 pagamentos em atraso, não existindo por isso qualquer registo na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental.

Almeirim, 30 de janeiro de 2019

Filipe Nunes

Unidade de Gestão Financeira

(Dirigente de 3.º grau)



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Declaração de recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2018.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, declara-se que os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2018 se encontravam devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental.

De acordo com o artigo 17.º do DL n.º 127/2012, pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 dezembro do ano anterior podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações:

- "a) Os pagamentos ou recebimentos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a (euro) 5000;*
- b) O devedor ou credor seja uma pessoa individual."*

Os recebimentos em atraso ascendiam, em 31 de dezembro de 2018, ao montante global de 1.214.608,21€ e constam de mapa anexo à presente declaração (declaração agregada de recebimentos em atraso existentes em 2018/12/31).

Almeirim, 30 de janeiro de 2019

Filipe Nunes

Unidade de Gestão Financeira

(Dirigente de 3.º grau)

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO			DATAS		CLIENTE / DEVEDOR		Valor (€)	Número Regs.	Natureza	
Ano	Tipo	Número	Emissão	Vencimento	NIF	Nome				
					IND_AGR	Mercados e Feiras	201.185,71	186	02020601	
					IND_AGR	Loteamento e Obras	262,00	3	02020602	
					IND_AGR	Ocupação de Via Pública	21.597,33	148	02020603	
					IND_AGR	Publicidade	23.615,59	203	02020605	
					IND_AGR	Outros	1,35	1	02020699	
					IND_AGR	Outras	28,44	4	0202069999	
					IND_AGR	Loteamento e Obras	116,50	3	04012302	
					IND_AGR	Saneamento (Débito)	6.290,38	133	04012306	
					IND_AGR	Outros	208,84	9	04012399	
					IND_AGR	Outras	1.233,73	93	0401239999	
					IND_AGR	JUROS DE MORA	6,52	4	040201	
					IND_AGR	Taxa de Relaxe	20,07	3	04029901	
					IND_AGR	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	5.565,80	3	060307	
					IND_AGR	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	6,41	1	070103	
					IND_AGR	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	33.252,95	155	070107	
					IND_AGR	Água (Débito)	24.758,47	141	07011101	
					IND_AGR	Saneamento	4,05	3	07020901	
					IND_AGR	Resíduos Sólidos	19.210,78	133	07020902	
					IND_AGR	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	8.188,99	40	07020903	
					IND_AGR	Trabalhos por Conta de Particulares	10.618,01	204	07020904	
					IND_AGR	Outros(Disp.)	25.889,96	169	07020999	
					IND_AGR	HABITAÇÕES	12.977,46	102	070301	
					IND_AGR	EDIFÍCIOS	16.671,89	5	070302	
					IND_AGR	Aluguer de Contadores Água (Abolido/Débito)	5.725,91	86	07039901	
					IND_AGR	Diversas	14.511,38	22	08019999	
					IND_AGR	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	3.639,14	10	150101	
					IND_AGR	Operações de Tesouraria - Receitas do Estado	2.299,36	238	1701	
					IND_AGR	Outras Operações de Tesouraria	254,32	16	1702	
2006	3	DRI	6534	2006/08/23	2006/08/23	720004497	CITATION - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FE	434.357,38	1	04012399
2013	3	DRI	3448	2013/07/19	2013/07/19	502513900	RODOVIÁRIA DO TEJO,S.A.	11.972,80	1	07020903
2013	4	DRC	42	2013/11/11	2013/11/11	600079600	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALMEIRIM	5.592,29	1	08019999
2016	3	DRI	2988	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	10.358,96	1	070302
2016	3	DRI	2990	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	20.105,39	1	070302
2016	3	DRI	2991	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	21.953,29	1	070302
2016	3	DRI	2992	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	23.266,82	1	070302
2016	3	DRI	2993	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	23.918,29	1	070302
2016	3	DRI	2994	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	23.990,05	1	070302
2016	3	DRI	2995	2016/07/14	2016/07/14	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	23.918,08	1	070302
2018	3	DRI	1600	2018/04/05	2018/04/05	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	24.063,98	1	070302
2018	3	DRI	1603	2018/04/05	2018/04/05	503045764	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDO	24.393,65	1	070302
2018	4	DRC	547	2018/10/30	2018/10/30	508345464	AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM	10.345,21	1	07020902
2018	4	DRC	584	2018/11/29	2018/11/29	508345464	AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM	62.947,70	1	07020902
2018	4	DRC	625	2018/12/28	2018/12/28	508345464	AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM	55.282,98	1	07020902
TOTAL ACUMULADO :							1.214.608,21	2133		

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

LISTA DE PROCESSOS PENDENTES

(ARTº 52º Nº 3 - Lei nº 140/2015 de 07/09)

N/REFº	TRIBUNAL	PROCESSO	CONTRA-PARTE	NATUREZA	OBSERVAÇÕES
835-52	TAF Leiria	1304/06.4BELRA Réu	CITATION – Fundo Investimento Imobiliário Fechado (e outros)	Ac. Adm. Especial	
835-53	TAF Leiria	1343/08.0BELRA Réu	Dayse Mara Teixeira Rodrigues	Ac. Adm. Comum	
835-58	TAF Leiria	369/10.9BELRA Réu	António João Pinta Raposo Correia Marmelo e Carla Sofia Galão Lopes	Ac. Adm. Especial	
835-63	Almeirim	173/11.7TBALR Autor	RENIT, SA e outros	Ac. Comum Ordinária	
835-64	Almeirim	305/11.5TBALR Autor	Gertrudes Amara, Lda	Ac. Declarativa Comum Ordinária	
835-74	TAF Leiria	407/12.0BELRA Réu	Daniel Filipe Martins Leandro (e outro)	Ac. Adm. Comum	
835-75	TAF Leiria	411/12.9BELRA Réu	Alda Paula Ferreira Melro Leandro (e outros)	Ac. Administrativa Comum	
835-77	TAF Leiria	467/12.4BELRA Réu	Ana Paula Mateus Eloio Guilherme	Ac. Adm. Comum	
835-78	TAF Leiria	486/12.0BELRA Réu	Nuno Miguel Rosa Cruz	Ac. Adm. Comum	
835-81	TAF Leiria	625/13.4BELRA Réu	Alda Paula Melro Leandro	Ac. Adm. Especial	
835-86	Inst. Local Almeirim	538/16.8YIPRT Requerido	Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	Injunção	
835-88	DIAP Tomar	170/16.9T9ALR	Carlos Matos	Processo Crime	
835-91	TAF Leiria	1158/16.2BELRA	João Rui Mendes Evangelista	Acção Administrativa	
835-93	TAF Leiria	186/17.5BELRA	Manrail – Manutenção de Redes, Lda	Reclamação	
835-96	Inst. Local Almeirim	571/18.5T8ALR	Massa Insolvente J.M.S.Fidalgo e Témis, SA	Ad. Decl. Comum	

L.A. – Dez./2018

DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (artigo 40.º da Lei
n.º 73/2013 de 3 de setembro)

Município de Almeirim

Ano: 2018

AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Caracterização do Empréstimo M/L-Prazo (b)	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Capital		Divida no final de 2013 (*)	Amortização média
			Contratado	Utilizado		
Caixa G. Depósitos	1-ago-00	20	3 740 984 €	3 740 984 €	2 015 569 €	287 938 €
BPI	22-ago-03	20	510 260 €	510 260 €	211 825 €	21 183 €
BES	14-nov-03	20	89 893 €	89 893 €	50 763 €	5 076 €
Caixa G. Depósitos	29-jun-04	20	557 703 €	557 703 €	371 306 €	33 755 €
BOP	4-out-04	20	146 862 €	146 862 €	104 990 €	9 545 €
BES	29-out-04	20	51 488 €	51 488 €	35 758 €	3 251 €
Santander Totta	31-mai-05	20	609 602 €	609 602 €	430 307 €	35 859 €
Santander Totta	28-jun-05	20	201 386 €	201 386 €	142 155 €	11 846 €
Santander Totta	11-jul-05	20	611 608 €	611 608 €	431 723 €	35 977 €
Santander Totta	7-out-05	20	153 370 €	153 370 €	108 261 €	9 022 €
BES	21-ago-06	20	771 405 €	771 405 €	589 898 €	45 377 €
BES	2-fev-07	20	151 823 €	151 823 €	120 565 €	8 612 €
BES	29-mar-08	20	500 000 €	500 000 €	441 176 €	29 412 €
Caixa G. Depósitos	9-mai-09	20	176 799 €	176 799 €	168 234 €	10 515 €
BANIF	17-jun-09	20	434 746 €	434 746 €	409 172 €	25 573 €
BPI	26-jul-09	20	261 904 €	261 904 €	249 109 €	15 569 €
BES	29-out-09	20	333 805 €	333 805 €	323 987 €	20 249 €
BPI	24-jul-10	20	193 500 €	193 500 €	193 500 €	11 382 €
Caixa G. Depósitos	2-jan-11	20	396 808 €	396 808 €	396 808 €	22 045 €
Caixa G. Depósitos	28-abr-11	20	298 500 €	298 500 €	298 500 €	16 583 €
BPI	9-dez-15	10	240 000 €	240 000 €	240 000 €	24 000 €
CA - Crédito Agrícola	8-mai-17	20	286 000 €	286 000 €	286 000 €	14 300 €
CA - Crédito Agrícola	28-set-17	20	97 966 €	97 966 €	97 966 €	4 898 €
CA - Crédito Agrícola	18-jun-18	10	66 900 €	66 900 €	66 900 €	6 690 €
CA - Crédito Agrícola	11-jun-18	20	85 000 €	85 000 €	85 000 €	4 250 €
CA - Crédito Agrícola	11-jun-18	20	113 000 €	113 000 €	113 000 €	5 650 €
CA - Crédito Agrícola	11-jun-18	20	180 000 €	180 000 €	180 000 €	9 000 €
BPI	15-set-18	20	710 000 €	710 000 €	710 000 €	35 500 €
TOTAIS			11 971 313 €	11 971 313 €	8 972 475 €	773 057 €

(*) Dívida à data da entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, para efeitos do respetivo art.º 83.º.

Descrição	Valor
1 Receita corrente	13 195 925 €
2 Despesa corrente	10 767 408 €
3 Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	773 057 €
4 Saldo Corrente (1-2)	2 428 516 €
5 Equilíbrio Orçamental (4-3)	1 655 459 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Mey" and "me"]



Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Ana Sofia da Fonseca Casebre, vereadora da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

A Vereadora,

Ana Sofia da Fonseca Casebre



Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

JB

No âmbito do processo de prestação de contas, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, vereadora da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

A Vereadora,

Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira



Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Eurico Manuel Lopes Henriques, vereador da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

O Vereador,

Eurico Manuel Lopes Henriques



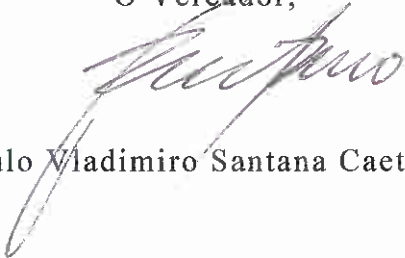
Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Paulo Vladimiro Santana Caetano, vereador da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

O Vereador,


Paulo Vladimiro Santana Caetano



Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Pedro Miguel Cesar Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

O Presidente,

Pedro Miguel Cesar Ribeiro



Câmara Municipal de Almeirim

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues, vereador da Câmara Municipal de Almeirim, declara que a subscrição da declaração de responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da Autarquia e certificadas pelo Revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Almeirim, 15 de abril de 2019

O Vereador,

Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues



Declaração de responsabilidade

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2018 do Município de Almeirim declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;



h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

[Handwritten signatures in blue ink: João Neto, João Henrique, Henrique, and others]

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

Subscribo esta declaração depois da mesma ter sido assinada pelo Vice-Presidente e pelos vereadores em regime de permanência, baseada no princípio da boa-fé, tendo em consideração que existe assimetria no acesso às informações, resultante da diferença das funções exercidas e das responsabilidades assumidas na gestão.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Rua Joshua Benoliel, 1-2 D

1250-273 Lisboa

Almeirim, ____ de Abril de 2019

Declaração do Órgão de Gestão

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do exame às demonstrações financeiras individuais do **Município de Almeirim** as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 68.427.301 euros e um total de Fundos Próprios de 49.003.699 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 2.159.515 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza e os Mapas de Execução Orçamental, (que evidencia um total de 16.189.925 euros de despesa paga e um total de 17.117.832 euros de receita cobrada), e os correspondentes Anexos, conducentes à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é de nossa responsabilidade, a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, naquela data, resultado das suas operações e da execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no período findo naquela data, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

As principais políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras encontram-se devidamente divulgados no Anexo, estando cada componente das mesmas adequadamente classificado, descrito e divulgado, de acordo com o Plano Oficial de



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados, ações judiciais pendentes ou impugnações fiscais;
8. Todas as transações realizadas pelo Município encontram-se devidamente registadas e reconhecidas, nomeadamente as relacionadas com vendas, prestação de serviços, transferências, subsídios, despesas com pessoal e com outros colaboradores do Município;
9. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares;
10. O Município não detém nenhuma conta bancária para além das evidenciadas no balancete final do período findo em 31 de dezembro de 2018;
11. É completa a informação que vos foi facultada sobre a identificação das partes relacionadas e sobre os respetivos saldos e transações;
12. Em todas as entidades participadas, o Município não assumiu qualquer responsabilidade, real ou contingente, para além do valor nominal da participação financeira e dos saldos registados nas contas;
13. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras;
14. Não temos projetos ou intenções de encerrar ou reduzir atividades ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor das existências, nem perdas de valor de imobilizações;
15. O Município cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Como membros do Órgão de Gestão, acreditamos que o sistema de controlo interno implementado no Município é adequado e permite a preparação de demonstrações financeiras fiáveis.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e atas de todas as reuniões;
2. Para além dos ajustamentos que resultarem do trabalho de auditoria efetuado, os efeitos de distorções por corrigir não são materiais, não só individualmente como em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo.
3. Todas as operações e condicionalismos respeitantes aos fundos próprios estão adequadamente registados e divulgados;
4. Estão registados todos os ativos de que o Município é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo;
5. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de Imobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existam foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras;
6. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros do órgão de gestão, assim como todas as garantias prestadas a terceiros;



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras;

16. Não temos conhecimento de quaisquer transgressões às disposições legais, regulamentares ou de outras irregularidades, que devam ter efeitos nas demonstrações financeiras nomeadamente através de provisões;
17. Não temos conhecimento de situação potencial ou ocorrência de fraudes, envolvendo os vereadores, diretores ou empregados do Município;
18. Não temos conhecimento de quaisquer passivos ou contingências materialmente relevantes, nomeadamente as relativas a matérias ambientais, situação potencial ou possivelmente ilegais. Também não temos conhecimento de matérias ambientais de que possam resultar o reconhecimento de imparidade de ativos relacionados;
19. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetar a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes;
20. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras não tendo sido praticados ou omitidos quaisquer factos, realizadas operações ou assumidos compromissos, afetando ou não o património do Município, que não tenham sido transmitido aos serviços competentes para o devido registo contabilístico ou de outra natureza;
21. No período subsequente à data do balanço, não ocorreram situações ou transações que originem ajustamentos nas demonstrações financeiras ou divulgações dos factos nas notas explicativas;
22. Todos os passivos e contingências, incluindo os associados a garantias, escritas ou verbais, foram adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras, não tendo conhecimento de violações ou possíveis violações que devam ser divulgadas como

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JCF', 'me', and others, along with a large circular stamp.]



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

outras perdas contingentes, nem quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados;

23. Não foram assumidos quaisquer compromissos ou obrigações contratuais que não estejam relacionados com o curso normal das atividades e que possam ter um efeito negativo para o Município;
24. O Município cumpre com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a Lei das Finanças Locais em vigor, bem como os limites ao endividamento definidos pelo Orçamento do Estado;
25. Estão a ser cumpridas as leis, regulamentos e demais condicionamentos aplicáveis à Entidade. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço), estão integralmente e apropriadamente escrituradas e divulgadas, não tendo o Município dívidas ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações e Direção Geral de Proteção Social aos Trabalhadores da Função Pública (ADSE) em situação de mora;
26. Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Pessoa Coletiva nº 501 273 433

27. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas foram efetuados tendo por base critérios de razoabilidade, consistência e comparabilidade;
28. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas emitida nesta data que contém duas ênfases.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos apresentando os melhores cumprimentos,

Atentamente

Presidente da Câmara

Vice Presidente da Câmara

Responsável pela Unidade de Gestão Financeira



-----CERTIDÃO-----

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a quinze de Abril de dois mil e dezanove, consta a seguinte deliberação:-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018, PARA POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e alínea 1), do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o número 1 do artigo 76º da Lei número 73/2013, de 3 de Setembro, proponho ao executivo, que aprecie e aprove o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e ainda os documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2018, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção."-----

-----Proposta aprovada por maioria e minuta, com os votos a favor do PS e a abstenção da CDU.-----

-----Por ser verdade e pedida, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, quinze de Abril de dois mil e dezanove.-----

A Assistente Técnica

Teresa Isabel de Matos Alexandre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CERTIDÃO

----- Carlos Manuel Russo Mota, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

----- Certifica que, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, deliberou aprovar por unanimidade e minuta, os documentos de Prestação de Contas referentes ao Exercício de dois mil e dezoito, de proposta de aplicação do Resultado líquido do exercício de dois mil e dezoito, bem como Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, com vinte e quatro votos a favor, dezanove do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

----- E por ser verdade e pedida, mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta edilidade. -----

----- Almeirim, aos vinte e nove dias de abril do ano de dois mil e dezanove. -----

O Primeiro Secretário,

Carlos Manuel Russo Mota



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Presidência

Proposta nº 165/2019/PR

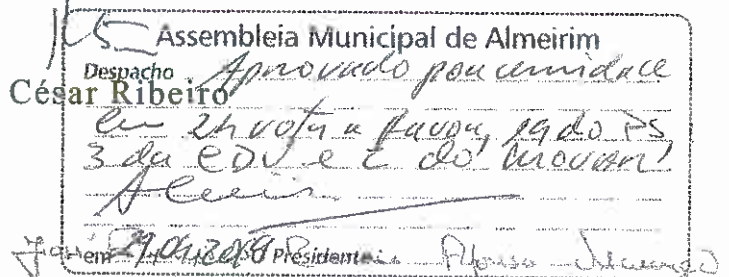
Na sequência da deliberação de Câmara de 15/04/2019, e em cumprimento da alínea l), do nº 2 do art. 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas leis nº 25/2015, de 30 de março, nº 69/2015, de 16 de julho, nº 7-A/2016, de 30 de março, nº 42/2016, de 28 de dezembro e lei nº 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, nº 69/2015, de 16 de julho, nº 132/2015, de 4 de setembro, nº 7-A/2016, de 30 de março, nº 42/2016, de 28 de dezembro, nº 114/2017, de 29 de dezembro, nº 51/2018, de 16 de agosto e nº 71/2018, de 31 de dezembro, o Executivo Municipal propõe à Assembleia Municipal, que aprecie e vote os documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2018, de proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2018, bem como que aprecie o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do nº 3 do artigo 57º do anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações.

Almeirim, 15 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel César Ribeiro



**MUNICIPIO DE ALMEIRIM****Presidência****PROPOSTA Nº156/2019-PR**

Em cumprimento da alínea i) do nº 1 do art. 33º e alínea l), do nº 2 do art. 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho ao executivo, que aprecie e aprove o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e ainda os documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2018, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do nº 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Almeirim, 10 de abril de 2019

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel César Ribeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

REUNIÃO DE 15/4/19
Proposta aprovada em
ordem e unanimidade
os votos a favor do PS e a
abstenção de
6 Presidente da Câmara
CML



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Município de Almeirim**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 68.427.301 euros e um total de fundos próprios de 49.003.699 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.159.515 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 16.189.925 euros de despesa paga e um total de 17.117.832 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Município de Almeirim** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

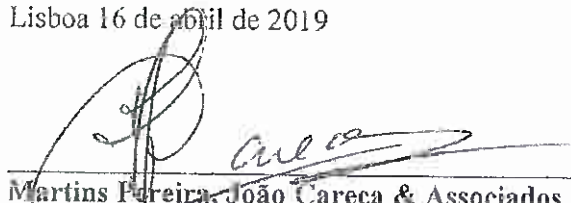
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa 16 de abril de 2019


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
representada por,
João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Relatório

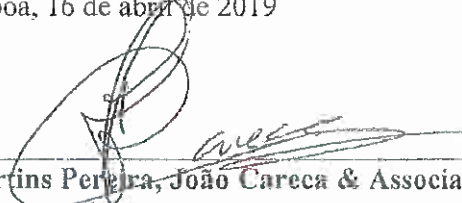
No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e o respetivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos somos de parecer que as contas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, referentes ao exercício de 2018, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Lisboa, 16 de abril de 2019


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849